



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

**ABRA SUA CABEÇA PARA OS ANIMAIS:
PROPOSTA DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CENTRO DE
TRIAGEM DE ANIMAIS SILVESTRES**

Por

ISABELLA JANOT PACHECO CARNEIRO

NAZARÉ PAULISTA, 2018



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

**ABRA SUA CABEÇA PARA OS ANIMAIS:
PROPOSTA DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CENTRO DE
TRIAGEM DE ANIMAIS SILVESTRES**

Por

ISABELLA JANOT PACHECO CARNEIRO

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO

**PROFA. DRA. CRISTIANA SADDY MARTINS
PROFA. DRA. SUZANA MACHADO PÁDUA**

**TRABALHO FINAL APRESENTADO AO PROGRAMA DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL COMO REQUISITO PARCIAL À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE**

**IPÊ – INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS
NAZARÉ PAULISTA, 2018**

Ficha Catalográfica

Carneiro, Isabella Janot Pacheco

Abra sua cabeça para os animais: proposta de um projeto de educação ambiental no Centro de Triagem de Animais Silvestres, 2018. 123 p.

Trabalho Final (mestrado): IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas

Tráfico de animais silvestres

Educação ambiental

Centro de Triagem de Animais Silvestres

Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, IPÊ

BANCA EXAMINADORA

NAZARÉ PAULISTA, 14 DE FEVEREIRO DE 2019.

PROFA. DRA. CRISTIANA SADDY MARTINS

PROFA. DRA. SUZANA MACHADO PÁDUA

PROFA. DRA. MARIA AUXILIADORA DRUMOND

Trabalho dedicado à vida, em todas as suas formas, e à educação necessária para que os humanos a respeitem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Leandro, meu companheiro, que esteve ao meu lado de todas as maneiras possíveis ao longo do curso de mestrado, na execução do projeto e na vida nesses 8 anos. Imprescindível, participou e me deu força suficiente para acreditar que eu poderia. Obrigada por ser você e por dividirmos esse amor pela natureza e um pelo outro. E ainda por desenhar a logo mágica que usamos para representar o projeto.

À Juliana, minha terapeuta, peça fundamental nesta jornada. Seu excelente trabalho me proporcionou crescimento, equilíbrio e confiança para realizar o meu.

Aos meus PAIS, pela inteligência e pelo profissionalismo que me inspiraram, mas principalmente pelo apoio, pela paciência e pelo AMOR que, desde a infância e em diversos momentos deste trabalho, cada um me deu ao seu modo incrível e particular.

Aos familiares e amigos, por compreenderem minha ausência em vários momentos, por “botarem fé” em mim e me incentivarem. Em especial vovó, Clara, Gábi, Cá, Xande, Nanata e Flavinho, Grazi, Aninha, Rosa e família. E também aos cães Tutu, Tita e Pepita, ao Lóris, o gato, aos peixinhos, plantas, caracóis, lagartixas, todo ecossistema do meu apartamento, que tornou mais suave esse período.

A cada pessoa e animal com quem eu trabalhei e a quem atendi enquanto estive no Cetas BH, por todo o aprendizado e a experiência que me proporcionaram, além de tornarem possível a realização do projeto. Em especial àqueles que participaram diretamente deste trabalho na elaboração dos materiais educativos: Dani, Iza e Babi, estagiárias preciosas; Nino, Marcellinha e Jeff, grandes profissionais e pessoas; Luana, artista que produziu as miniaturas do jogo, e Moisés, fotógrafo que cedeu uma foto. Àqueles que responderam o questionário sobre cenário dos Cetas no Brasil e aos

que dedicaram seu tempo sendo entrevistados e assim possibilitaram a execução da pesquisa. A toda a equipe do Cetas BH, funcionários, estagiários e voluntários do IEF, do IBAMA, integrantes do Waita e da ASSEA, que contribuíram e apoiaram o projeto. Em especial à Júlia pelo suporte e torcida.

Às queridas orientadoras Cristi e Suzana, que foram incríveis, dando suporte, importante orientação e estímulo na realização deste trabalho.

Aos colegas e professores do mestrado, que fizeram parte da jornada de crescimento pessoal e profissional. Trouxeram conhecimento, trocas, aprendizados e diversidade, cada um de seu jeito.

A todos os funcionários do IPÊ, em especial Maria Helena, Rose e Vitória, seu Ernesto, Eduardinho, Ivete, Rose e Rosângela, que tornaram minhas estadas na ESCAS experiências produtivas e agradáveis.

Ao programa Russel E. Train EFN, da WWF, que possibilitou financeira e ideologicamente a realização deste sonho. Eternamente grata.

À Dodora, membro da banca por quem tenho grande carinho, admiração pessoal e profissional, por ter aceitado o convite mesmo com restrições de saúde, e por, bem como as estimadas Cristi e Suzana que acompanharam e incentivaram minha jornada, ter sido complacente com minha enorme ansiedade na defesa e ter trazido grandes contribuições para esta dissertação e para minha vida.

E por último, agradeço a mim mesma por ter persistido e me superado, mental, emocional e profissionalmente. Vejo-me agora mais segura e capaz para agir no mundo lutando pelo que acredito: uma relação humana politizada, de reconhecimento, integração, amor, mas principalmente de respeito pela natureza, ser supremo.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	v
LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE QUADROS	10
LISTA DE ABREVIACÕES.....	11
RESUMO 12	
ABSTRACT	14
1. INTRODUÇÃO	16
2. OBJETIVOS	19
2.1. Objetivo geral	19
2.2. Objetivos específicos	19
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
3.1. Relação homem-fauna: tráfico, posse e usos dos animais silvestres.....	20
3.2. Trabalhando com as consequências	23
3.3. Trabalhando com as causas.....	27
3.4. Que tipo de abordagem usar na educação ambiental pró-fauna silvestre?.....	29
4. MATERIAIS E MÉTODOS	32
4.1. Acessar o conhecimento de profissionais dos Cetas do Brasil sobre a realidade dos centros e suas abordagens educativas com o público que atendem.....	32
4.2. Conhecer diagnósticos de perfil e percepção sobre animais silvestres e seu tráfico e posse, bem como projetos educativos de combate a essas atividades propostos ou realizados no Brasil	32
4.3. Conhecer a realidade do atendimento ao público no Cetas BH, analisando falhas, pontos positivos, necessidades e possibilidades de melhoria.....	33
4.4. Diagnosticar o perfil do público atendido pelo Cetas BH e sua percepção sobre animais silvestres, a posse e o tráfico deles, identificando demandas e lacunas de informação e sensibilização	34
4.5. Desenhar proposta de projeto educativo incluindo ferramentas para o público que procura o Cetas.....	35
5. RESULTADOS.....	36
5.1. Cenário dos Cetas amostrados geridos pelo Ibama no Brasil	36

5.1.1. Localização e funcionamento	36
5.1.2. Percepção sobre atendimento ao público e abordagens educativas.....	38
5.2. Levantamento bibliográfico de diagnósticos, medidas e projetos educativos de combate ao tráfico e à posse ilegal de animais silvestres propostos ou executados no Brasil	39
5.3. Diagnóstico inicial dos atendimentos ao público: abordagem com funcionários do Cetas BH e observações	43
5.3.1. 1ª etapa – Conversa com os funcionários	43
5.3.2. 2ª etapa – Observações dos atendimentos.....	44
5.4. Perfil e percepção do público atendido no Cetas BH	45
5.4.1. Perfil do público atendido.....	47
5.4.2. Perfil das entregas	49
5.4.3. Percepção do público sobre tráfico, posse de animais e consequências.....	51
5.5. Projeto de atendimento educativo com abordagem e materiais adequados ao público	55
6. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES.....	60
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
8. REFERÊNCIAS.....	80
APÊNDICE A Questionário visão outros Cetas: Educação ambiental e atendimento ao público externo no Cetas.....	86
APÊNDICE B Roteiro de entrevista ao público do Cetas BH.....	92
APÊNDICE C Guia de Orientação de Atendimento Educativo do CETAS BH.....	95
Apêndice A do Guia <i>Banner</i> “O que acontece com os animais que chegam ao Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas)”	106
Apêndice B do Guia Fôlder “Abra sua Cabeça para os Animais”	108
Apêndice C do Guia Jogo educativo Domésticos x silvestres: cada macaco no seu galho.....	111
Apêndice D do Guia Roteiro do vídeo <i>Doméstico x silvestre: cada macaco no seu galho</i>	120
ANEXO A Relação de espécies e indivíduos entregues	122

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Logística e destinos do tráfico internacional de animais silvestres (WWF, 2012)	22
Figura 2- Recebimento médio anual de animais nos Cetas respondentes.....	36
Figura 3- Taxa média (%) anual de soltura de animais recebidos nos Cetas respondentes.....	37
Figura 4- Perfil etário do público atendido no Cetas BH no período de estudo	47
Figura 5- Escolaridade do público atendido no Cetas BH no período de estudo	48
Figura 6- Distribuição das entregas de animais (60) por Classe e Ordem.....	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Atividades ilícitas internacionais e movimentação financeira associada a elas.....	21
1	
Quadro 2- Resultados da percepção do público sobre posse ilegal e tráfico de animais silvestres	52

LISTA DE ABREVIações

ASAS	Áreas de Soltura de Animais Silvestres
ASCOM	Assessoria de Comunicação do Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais
Cetas	Centro de Triagem de Animais Silvestres
Cetas BH	Centro de Triagem de Animais Silvestres de Belo Horizonte
CRAS	Centro de Reabilitação de Animais Silvestres
EA	educação ambiental
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
Ibama	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IEF	Instituto Estadual de Florestas
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NURFS/CETAS	Núcleo de Reabilitação da Fauna Silvestre/Centro de Triagem de Animais Silvestres
ONG	Organização não governamental
PM Mamb	Polícia Militar de Meio Ambiente
RAN	Centro de Conservação e Manejo de Répteis e Anfíbios
RENCTAS	Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
Semad	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

RESUMO

Resumo do Trabalho Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre

ABRA SUA CABEÇA PARA OS ANIMAIS: PROPOSTA DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CENTRO DE TRIAGEM DE ANIMAIS SILVESTRES

Por

Isabella Janot Pacheco Carneiro

Dezembro de 2018

Orientadoras: Profa. Dra. Cristiana Saddy Martins
Profa. Dra. Suzana Machado Pádua

O tráfico e a posse ilegal de animais silvestres são práticas extremamente prejudiciais à biodiversidade em todo o mundo. Apesar de grandes e imprescindíveis, os esforços dos órgãos públicos na fiscalização, no combate e na penalização dessas atividades ainda é insuficiente. Torna-se necessário atacar a causa: o hábito cultural de retirar do habitat, comprar e principalmente manter esses animais como de estimação em casa. A educação ambiental figura então como importante instrumento de conservação da fauna silvestre ao possibilitar transformações de posturas e hábitos das pessoas. O presente trabalho propôs um projeto de atendimento educativo estruturado ao público que busca o Centro de Triagem de Animais Silvestres para entregar voluntariamente um animal. Para elaborar o projeto “Abra sua Cabeça para os Animais”, recorreu-se a: a) conhecimento de profissionais dos Cetas do Brasil sobre a realidade de seus centros e suas abordagens educativas; b) pesquisa bibliográfica sobre diagnósticos, medidas e projetos educativos referentes ao tema; c) diagnóstico dos atendimentos antes do projeto e do que os funcionários do Cetas BH consideravam necessário abordar com o público; e d) levantamento de perfil e percepção do público atendido pelo Cetas Belo Horizonte (BH) sobre a posse de animais silvestres. Em linhas gerais, a maioria dos Cetas respondentes do questionário, assim como o de BH,

têm deficiências na estrutura física, pouca capacitação dos funcionários e ausência de monitoramento regular das solturas dos animais. Nenhum Cetas possuía um projeto de educação ambiental estruturado para atender seu público, mas todos sugeriram materiais e estratégias. Os diagnósticos de perfil e percepção da população levantados na bibliografia não tratam do mesmo público-alvo que este, mas ainda assim tiveram valor comparativo. O levantamento do presente estudo foi feito com 74 sujeitos em 60 situações de entrega de animais, dos quais 61 (82%) têm entre 18 e 55 anos de idade e 50 (66%) são mulheres. 73% da amostra mora em BH. Dos 72 que informaram sua escolaridade, 48 têm curso superior, mas apenas 9 na área ambiental. 10 pessoas têm ocupações relacionadas ao setor. 65% da amostra alegou resgatar animal de situação de vulnerabilidade e ficar menos de um mês com ele. A maioria já teve contato com animais silvestres em ambiente doméstico antes; não conhecia hábitos naturais da espécie que levou; não sabia aonde levar o animal, buscando informação na internet; e nem conhecia o trabalho do Cetas. Majoritariamente tinham noção dos prejuízos da posse ilegal para a natureza e para o animal; estavam cientes da ilegalidade do ato, mas desconheciam procedimentos de aquisição legalizada. Achavam que presentear, ganhar, vender e comprar animal silvestre de vida livre alimentava o tráfico; mas não conseguiam diferenciar o animal doméstico do silvestre adequadamente. Esses dados direcionaram a forma que a abordagem educativa tomou e as recomendações dos funcionários do Cetas BH auxiliaram no conteúdo. Sobre os projetos educativos na área, quase todas as publicações eram com público escolar, havendo três exceções que trouxeram ideias e direcionamentos válidos para este projeto. Como condutor da abordagem, um Guia de Orientação de Atendimento Educativo do Cetas BH foi estruturado. Materiais e estratégias educativas foram elaborados para encorpar e aprimorar o projeto: *banner* “O que acontece com os animais que chegam ao Cetas”; vídeo e jogo educativos *Domésticos x silvestres: cada macaco no seu galho*; fôlder educativo; brindes com o *slogan* da causa; e cadastro para sorteio de duas vagas em soltura assistida. O projeto está em fase de melhoria e padronização para ampliação.

Palavras-chave: Tráfico de animais silvestres. Educação ambiental. Centro de Triagem de Animais Silvestres

ABSTRACT

Abstract do Trabalho Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre

ABRA SUA CABEÇA PARA OS ANIMAIS: PROPOSTA DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CENTRO DE TRIAGEM DE ANIMAIS SILVESTRES

By

Isabella Janot Pacheco Carneiro

December 2018

Advisors: Profa. Dra. Cristiana Saddy Martins
Profa. Dra. Suzana Machado Pádua

Wildlife trafficking is an extremely harmful practice that endangers biodiversity across the globe. Despite a great deal of effort by environmental agencies, enforcement of prohibitions and punishment of offenses have fallen short of the magnitude of the problem, it is necessary to attack its root cause: the cultural habits of capturing, trading and, above all, keeping these animals as pets. Environmental Education is a key instrument for wildlife conservation as it enables changes in attitudes and behaviors. This work presents an approach to engaging with the people that turn to the Wildlife Triage Center to voluntarily surrender a wild animal. In order to elaborate the Open Your Mind to Wild Animals Project, we resorted to: a) surveying professionals working in the Cetas of Brazil about the realities of their respective Centers and their educational approaches; b) literature on diagnoses, educational projects or actions on this subject; c) diagnosing interactions between Cetas Belo Horizonte (BH) employees with the public before the Project and d) profiling said public's perceptions and attitudes towards wildlife. Generally speaking, most Cetas that answered the survey, including the Cetas BH, revealed deficiencies in infrastructure and in personnel training as well as an inability to regularly monitor wildlife releases. None of the Cetas had a structured

environmental education program to engage with the public, but they suggested educational materials and strategies, nevertheless. Data on public attitudes toward wildlife found in the literature did not target the exact same demographic as this study, but still had some comparative value. This study surveyed 74 people on 60 different instances of wildlife surrenders; 61 (82%) were between 18 and 55 years old and 50 (66%) were women; 72 informed their educational attainment and 48 had college education, only 9 in the environmental field; 10 had jobs in the environmental field; 65% of the sample claimed to have rescued the animals from a dangerous situation and kept them for less than one month. Most had had contact with wild animals as pets before and did not know the natural habits of the species or the work of the Cetas. They were generally aware of the harms of keeping wildlife as pets to both nature and the animal itself and were aware of the illegality of the act, but did not know how to acquire a pet from a legalized breeder. They mostly understood that gifting, receiving, selling or buying wild animals fed wildlife trafficking, but could not properly differentiate between wild and domesticated animals. These data guided the elaboration of the educational project presented here, which developed a Guide for Educational Engagement in Cetas-BH as well as supporting materials: a “What Happens to the Animals Brought to Cetas” informative banner, a video and a game aimed at teaching the differences between domestic and wild animals, an educational folder, gifts with the project’s slogan and a lottery for people to accompany select wildlife release activities.

Keywords: Wildlife trafficking. Environmental education. Wildlife Triage Center

1. INTRODUÇÃO

Perturbações em massa provocadas pela humanidade têm alterado, degradado e destruído em grande escala a natureza, levando espécies e comunidades a se extinguirem (PRIMACK; RODRIGUES, 2006). De acordo com dados do Ministério Público, quase 10% das espécies da fauna brasileira sofrem algum grau de ameaça (RENTAS, 2016). As principais atividades humanas danosas aos animais são a destruição de habitats naturais, sua fragmentação e a substituição por áreas alteradas pela presença humana; a ocorrência de doenças; a introdução de espécies exóticas e a superexploração de espécies para uso humano (PRIMACK; RODRIGUES, 2006), como é o caso do tráfico de animais silvestres (TRÁFICO..., 2014;1 AVELAR; SILVA; BAPTISTA, 2015; NASSARO, 2013; COSTA et al., 2018).

Nesse cenário de agressões à fauna, os Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) desempenham importante papel, ao acolherem animais silvestres desalojados de seu ambiente natural, vítimas de atividades e práticas humanas que os prejudicam, como o tráfico, a posse ilegal, a invasão de seus habitats e os perigos oferecidos por viverem dentro ou ao redor de cidades (AVELAR; SILVA; BAPTISTA, 2015). Independentemente da procedência, os animais que chegam até os Cetas precisam de tratamento especializado, físico e comportamental. Os que estão incapacitados de voltar para a natureza recebem cuidados adequados numa situação legalizada, rompendo o ciclo do tráfico e da posse ilegal. A maioria, após a reabilitação, tem a chance de retornar ao ambiente natural e exercer funções ecológicas novamente.

A autora do presente trabalho, sendo funcionária do Instituto Estadual de Florestas (IEF) em Minas Gerais, atua diretamente no Cetas de Belo Horizonte² (Cetas BH) e experienciou várias das dificuldades enfrentadas por esse tipo de instituição.

¹ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2014/07/trafico-de-animais-contribui-para-extincao-de-especies>>.

² A Lei Complementar nº 140/2011, que fixa normas para cooperação entre união, estado e municípios para ações concernentes a questões ambientais, entrou em vigor em Minas Gerais em 2013, através de acordo de cooperação técnica firmado entre Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), IEF e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Desde então a gestão da fauna no estado de Minas Gerais é compartilhada.

Localizado na capital mineira, suas dependências são pequenas, assim como o corpo técnico, que está aquém do necessário, apesar de ter recebido 9.800 animais só em 2017. Em um único dia de novembro de 2018 chegaram mais de 500 aves, fruto de uma apreensão policial na casa de um casal de traficantes em Belo Horizonte (SOARES, 2018).

A despeito da enorme importância desses centros, problemas estruturais de diversas naturezas infelizmente fazem parte da realidade desta e da maioria das unidades dos Cetas geridas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), seja a gestão compartilhada ou não com outras instituições. O mesmo se aplica a outros órgãos ambientais envolvidos com animais silvestres, como Polícia Civil, Militar, Ministério Público, setores de fiscalização de órgãos federais e estaduais, organizações não governamentais (ONGs), universidades e outros parceiros.

Apesar de grandes deficiências, o panorama de medidas punitivas e estratégias de comando e controle contra o tráfico e a posse ilegal de animais silvestres que envolvem os vários atores citados tem ainda alguma estrutura e consegue efeitos positivos. As instituições continuam seu trabalho, atuando nas consequências da atividade ilegal, mas a prevenção, altamente necessária para atacar a causa, mudar hábitos e diminuir a prática de manter animais silvestres como de estimação, não é valorizada ou executada de modo efetivo. A educação ambiental pode ser uma boa estratégia, mas quando praticada, geralmente cobre apenas o público escolar e muitas vezes foca em ações e projetos pontuais, não atingindo o alvo pretendido.

Nesse contexto, surge a proposta de um projeto educativo de suporte no combate ao tráfico e à posse ilegal de animais silvestres, buscando evitar reincidência e formar multiplicadores dentre o público atendido no Cetas. Esse público é composto de pessoas que mantêm animais silvestres ilegalmente como *pets*, ou que os recolhem de uma situação de vulnerabilidade. Mesmo não sendo possível transformar todo o cenário, investir contra a demanda, que é o que alimenta todo o problema, pareceu à autora, além de necessário, o caminho mais estratégico e eficiente de atuação dentro do Cetas.

Para alcançar esse objetivo, visando conhecer a realidade de instituições, projetos semelhantes e propostas relevantes, foi feita uma pesquisa com funcionários de outros Cetas no Brasil e também um levantamento bibliográfico sobre o tema. Para entender melhor o contexto do Cetas BH, foram feitas entrevistas abertas com seus funcionários sobre o atendimento ao público, bem como observações diretas de como este ocorria. Com os resultados dessas etapas, elaborou-se um roteiro para entrevista semiestruturada (Apêndice B) a fim de levantar o perfil e a percepção do público atendido a respeito de animais silvestres, sua posse, tráfico e consequências. Por fim, identificados os conteúdos e discutidas as formas a serem trabalhadas, elaboraram-se estratégias e foi proposto um projeto de educação ambiental para o Cetas, que é o produto final deste trabalho.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Elaborar um projeto de educação ambiental no Cetas para atendimento educativo estruturado, acolhedor, informativo e sensibilizador ao público que busca a instituição, como uma das ferramentas de combate ao tráfico e à posse ilegal de animais silvestres.

2.2. Objetivos específicos

2.2.1. Acessar o conhecimento de profissionais dos Cetas do Brasil sobre a realidade dos centros e suas abordagens educativas com o público que atendem.

2.2.2. Conhecer diagnósticos de perfil e percepção sobre animais silvestres e seu tráfico e posse, bem como projetos educativos de combate a essas atividades propostos ou realizados no Brasil.

2.2.3. Conhecer a realidade do atendimento ao público do Cetas BH, analisando falhas, pontos positivos, necessidades e possibilidades de melhoria.

2.2.4. Diagnosticar o perfil do público atendido pelo Cetas BH e sua percepção sobre animais silvestres, a posse e o tráfico deles, identificando demandas e lacunas de informação e sensibilização.

2.2.5. Desenhar uma proposta de projeto educativo incluindo ferramentas educativas para o público que procura o Cetas.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. Relação homem-fauna: tráfico, posse e usos dos animais silvestres

A relação extrapredação entre seres humanos e outros animais é bastante antiga, ganhando destaque entre a época medieval e a moderna. Na Idade Média se tem registros de vários animais sendo usados para estimação, tendo a aristocracia preferência por raças nobres de cães e gatos, espécies silvestres e exóticas que representavam poder e nobreza, conferindo-lhe prestígio. Para plebeus, em sua maioria, a posse estava mais ligada à funcionalidade do animal do que à afeição (CANTO, 2016).

No Brasil, além de se alimentarem da fauna silvestre, bem como produzirem ferramentas e instrumentos a partir dela, os povos indígenas também a incorporavam, e ainda incorporam, de diversas maneiras em sua religião e cultura. Ela estava presente em rituais, na ornamentação e como animais de estimação, os chamados xerimbabos.³ Por terem conhecimento profundo de seu modo de vida, os indígenas conservavam a alimentação adequada de cada animal, e estes podiam circular livremente nas aldeias. Apesar da estreita relação afetiva, não se empenhavam em reproduzi-los, amansavam apenas alguns indivíduos. Após o contato com os colonizadores europeus, esses mesmos indígenas passaram a ser usados como agentes de captura das espécies, dando início à história da exploração comercial da fauna silvestre brasileira. Com o advento das grandes navegações, retornar com animais desconhecidos era razão de orgulho, pois comprovava o encontro de novas terras. O comércio da fauna silvestre ocidental se desenvolvia, então, paralelamente ao crescimento do interesse dos europeus por esses animais: além de mantê-los como domésticos, faziam vários usos de suas partes. Essa atividade comercial que se tornou muito lucrativa e se sistematizou no final do século XIX, resultou no extermínio de várias espécies para atender ao mercado estrangeiro (RENCTAS, 2001).

Atualmente, o tráfico de vida silvestre figura, em nível mundial, como a quarta atividade ilegal com maior movimentação financeira, atrás apenas do comércio de drogas, pessoas e mercadorias falsificadas. Somente o comércio irregular de pescado

³ Termo indígena que significa “coisa muito querida”.

movimenta entre 4,2 e 9,5 bilhões de dólares por ano, e o de vida silvestre, excluindo peixes e madeira irregular, outros 7,8 a 10 bilhões de dólares anualmente (WWF, 2012). O Quadro 1, abaixo, dá mais detalhes.

Quadro 1- Atividades ilícitas internacionais e movimentação financeira associada a elas

Mercado	Valor estimado do comércio ilícito internacional
Drogas	320 bilhões de dólares
Pessoas	31,6 bilhões de dólares
Vida silvestre	7,8 a 10 bilhões de dólares
Total de falsificações	250 bilhões de dólares
Medicamentos falsificados	25 a 40 bilhões de dólares
Eletrônicos falsificados	50 bilhões de dólares
Cigarros falsificados	2,6 bilhões de dólares
Órgãos humanos	614 milhões a 1,2 bilhões de dólares
Armamento leve	300 milhões a 1 bilhão de dólares
Gemas preciosas	860 milhões de dólares
Petróleo	10,8 bilhões de dólares
Madeira	7 bilhões de dólares
Pescado	4,2 a 9,5 bilhões de dólares
Arte e propriedade cultural	3,4 a 6,3 bilhões de dólares
Ouro	2,3 bilhões de dólares
Total	639 a 651 bilhões de dólares
Aproximação	650 bilhões de dólares

Fonte: GLOBAL FINANCIAL INTEGRITY, 2011.

Vale lembrar que, por se tratar de ilegalidades, os dados não são precisos, podendo-se considerar as análises apresentadas sobre o tema como conservadoras. A logística dessa atividade criminosa possui uma cadeia intrincada de agentes, como demonstra a Figura 1.

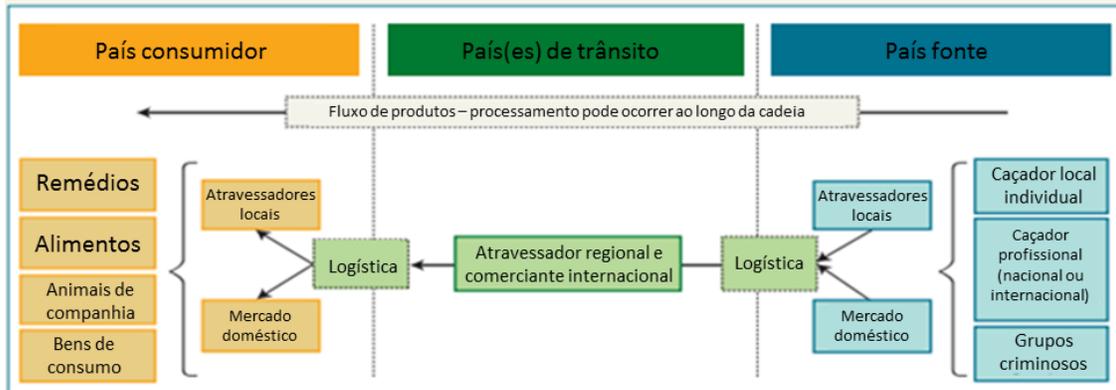


Figura 1- Logística e destinos do tráfico internacional de animais silvestres (WWF, 2012)

Os principais consumidores desse tráfico são, para Avelar *et al.* (2015), em ordem de importância: interessados em biotecnologia (biopirataria para usos medicinais), interessados em animais de estimação e comerciantes de produtos e partes da fauna silvestre para artesanato e peças de vestuário. Já segundo Giovanini (2005), a modalidade que mais alimenta o tráfico é o mercado de *pet shop*. O uso alimentar (WWF, 2012; COSTA, 2017), as coleções particulares e os zoológicos internacionais (RENTAS, 2001) completam a lista de destinos de animais silvestres brasileiros traficados. Estes dois últimos destinos são bastante impactantes por priorizarem espécies ameaçadas de extinção.

O primeiro relatório da Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestre (RENTAS),⁴ publicado em 2001, aponta que não apenas a exportação, mas também o comércio interno no Brasil vem evoluindo. Os números são alarmantes, como os apresentados em um estudo realizado na capital de Pernambuco entre agosto de 2010 e 2011, que demonstrou ter havido movimentação financeira de U\$630 mil em feiras livres, contabilizando apenas aves para estimação. Estima-se que o quantitativo de aves vendidas anualmente nesta região seja de 50 mil indivíduos (REGUEIRA; BERNARD, 2012). Destro *et al.* (2012) apresentam um volume de quase 63 mil animais silvestres recebidos somente no ano de 2008 em Cetas administrados pelo Ibama em todo o país. Apenas em 2017, o Cetas de Belo Horizonte recebeu um volume aproximado de 9.800 indivíduos. Nassaro (2013) traz a impressionante e infeliz

⁴ Organização não governamental (ONG) que se dedica a estudar e combater o tráfico de animais silvestres no Brasil.

estimativa de que 100 mil animais sejam apreendidos por ano (incluindo espécimes vivos e mortos) pelo conjunto de fiscalizações e ações policiais dos órgãos públicos. Este autor ressalta ainda que esse quantitativo se refere apenas àqueles apreendidos, o que estima representar ínfimos 5% do total de animais capturados de vida livre para o tráfico, sem contabilizar produtos e subprodutos e sem incluir os animais que morrem durante a captura. Esses números ilustram o grande impacto que as atividades humanas podem ter na vida silvestre.

Costa (2012) reforça o fato de a posse ilegal para estimação ser um fator que diminui a população de aves amazônicas; e de que os impactos dessa prática para a natureza são incalculáveis. Quando se retiram espécimes de seu ambiente natural, os efeitos não atingem apenas os indivíduos, mas também as populações de sua espécie e de outras relacionadas a ela, gerando desequilíbrio ambiental (COSTA *et al.*, 2018; ABDALLA, 2007). De acordo com Vilela, Oliveira e Martins (2017), não é necessária a depleção de toda uma espécie para que a natureza seja atingida. Cada ser vivo faz diferença no conjunto do mundo natural. Os mesmos autores detalham a questão:

Cada indivíduo é uma entidade biológica, produto de um processo evolutivo de milhares de anos, e quando este deixa de participar dos ciclos ecológicos, toda a sua história genética desaparece. Uma série de relações intra e interespecíficas e com o meio físico-químico também ficam comprometidas e influenciam negativamente o delicado equilíbrio dos ecossistemas (VILELA; OLIVEIRA; MARTINS, 2017, p. 206).

Em resposta a esse cenário e em cumprimento à lei é que as operações de fiscalização e combate ao tráfico de animais acontecem. Essas ações, bem como a ocorrência de eventuais conflitos entre a fauna silvestre, principalmente sinantrópica, e populações humanas, geram um contingente de animais que necessita ser tratado de modo adequado. Com esse propósito foram instituídos os Cetas brasileiros (VILELA; OLIVEIRA; MARTINS, 2017).

3.2. Trabalhando com as consequências

Os Cetas, de acordo com a Instrução Normativa ICMBio nº 23/2014, p.1, são:

[...] unidades responsáveis pelo manejo de fauna silvestre com finalidade de prestar serviço de: recepção, identificação, marcação, triagem, avaliação, recuperação, reabilitação e destinação de animais silvestres provenientes de

ação fiscalizatória, resgates ou entrega voluntária de particulares; e que poderá realizar e subsidiar pesquisas científicas, ensino e extensão.

A Instrução Normativa Ibama nº 07/2015 ainda acrescenta se tratar de empreendimentos de pessoa jurídica de direito público ou privado aos quais a comercialização é vedada.

As entregas voluntárias, geralmente, referem-se aos animais mantidos ilegalmente por proprietários individuais que os levam ao órgão ambiental sem sofrer penalidades. Tal tipo de entrega é prevista legalmente e visa minimizar a soltura indiscriminada e os maus-tratos por proprietários inaptos a mantê-los adequadamente em cativeiro. Esses animais estão diretamente ligados à posse ilegal como *pets*, o que implica comércio ou retirada ilegal do ambiente natural em momentos anteriores (COSTA, 2017).

Chegam aos Cetas também vários espécimes encontrados em situação de vulnerabilidade, que são recolhidos por populares, bem como pela Polícia Militar de Meio Ambiente (PM Mamb) ou pelo Corpo de Bombeiros a pedido da população. São exemplos dessas ocasiões aves que caem de ninhos ou colidem com vidraças, animais feridos, intoxicados, doentes, eletrocutados, atropelados e filhotes separados de suas mães (COSTA, 2017). Esse grupo reflete impactos negativos à fauna proveniente de atividades antrópicas não ligadas ao tráfico ou à posse ilegal, muitas vezes são desdobramentos da ocupação humana e convívio de animais silvestres em ambientes urbanizados. O grande volume de animais recebido nos Cetas, contudo, não decorre de recolhimentos nem de entregas voluntárias, mas de apreensões de animais que foram traficados e/ou mantidos ilegalmente em cativeiro domiciliar.

Além dos Cetas, existe toda uma cadeia de repressão ao tráfico que opera para que os animais cheguem até eles: investigação, fiscalização, apreensão do animal e punição do infrator; ações realizadas pelas Polícias Civil, Militar e Federal, por setores de fiscalização de órgãos ambientais federais e estaduais e Ministério Público. Para destinar adequadamente os animais, recorre-se ainda a Centros de Reabilitação de

Animais Silvestres (CRAS), Áreas de Soltura de Animais Silvestres (ASAS⁵), cativeiros legalizados e parceiros como ONGs, clínicas veterinárias, universidades e laboratórios.

O trabalho de todos esses atores tem papel fundamental na conservação da biodiversidade, ao dar a chance de o animal voltar ao ambiente natural, ter qualidade de vida e poder se reproduzir, exercendo suas funções ecológicas e até restabelecendo populações, sempre que possível. “A possibilidade de retorno de animais apreendidos à natureza é estritamente relacionada à existência de Cetas capazes de receber, avaliar e reabilitar esses animais” (ROCHA, 2012, p. 4). Quando não podem retornar, por lesões incapacitantes, quadros clínicos irreversíveis, distúrbios comportamentais graves desenvolvidos em cativeiro ou por suas origens alóctones, a maioria⁶ dos animais é destinada a cativeiros lícitos de parceiros dos órgãos ambientais. Essa destinação interrompe a posse ilegal dos animais, fator que incentiva e alimenta o tráfico, além de possibilitar sobrevida digna aos espécimes em locais adequados.

A despeito, contudo, do papel crucial desempenhado por tais entidades, infelizmente, na realidade brasileira, diante da enorme demanda, temos insuficiência desses serviços em termos tanto quantitativos quanto qualitativos. Há poucos Cetas, mantenedores de fauna, criadores científicos e jardins zoológicos habilitados para receber os animais apreendidos. A própria insuficiência quantitativa acaba por agravar a qualidade dos serviços desempenhados, uma vez que sobrecarrega as instituições (ROCHA, 2012; SKRABE, 2009).

Padrone (2004), em seu estudo sobre o comércio ilegal de animais silvestres, aponta limitações legais (lacunas, contradições, penas brandas), desinteresse político (partidarismo envolvido e a temporalidade dos governos), deficiências de estrutura

⁵ O Projeto ASAS foi criado pelo Ibama objetivando dar aos animais silvestres acolhidos nos Cetas / CRAS a chance de retornarem à natureza em áreas adequadas ao seu recebimento. Em Minas Gerais desde 2013 o projeto é gerido pelo IEF e recebeu incrementos. As áreas cadastradas no Estado são analisadas por profissionais do ramo através de imagens de satélite, levantamento faunístico, caracterização e avaliação das condições naturais *in loco*. Obtendo aprovação, constrói-se recinto para aclimatação dos animais, necessário à realização de soltura branda. A escolha dos animais a serem soltos obedece a critérios de distribuição natural das espécies e competição com as já ocorrentes na ASAS. Solturas na mesma área são intervaladas para evitar ultrapassar a capacidade de carga. Para mais: www.ief.mg.gov.br/fauna e www.ief.mg.gov.br/dcc/1749-projeto-asas-areas-de-soltura-de-animais-silvestres.

⁶ Alguns animais não resistem ou precisam ser sacrificados em função de condições que impossibilitam tanto o tratamento quanto uma qualidade de vida minimamente adequada.

física para a manutenção dos animais apreendidos, insuficiência de equipamentos e veículos para apreensão, e falta de integração entre os órgãos ambientais, de contingente, de treinamento e de materiais de estudo para os funcionários. Gomes e Oliveira (2012) concordam com alguns desses pontos e chamam a atenção para a falta de uma política pública integradora dos órgãos envolvidos. Destro *et al.* (2012) corroboram esses aspectos e reforçam a necessidade de endurecimento penal para o comércio ilegal de animais silvestres em todos os níveis. Além de brandas, as penas, segundo Giovanini (2005) não são efetivamente aplicadas, pois quem comete o crime dificilmente é preso e, quando muito, paga multa e presta serviço voluntário comunitário. Skrabe (2009) acrescenta como agravantes os longos intervalos entre detecção e penalização pelo crime; expiração do prazo prescricional; falta de juízes titulares e de promotores de justiça locais; falta de especialização em legislação ambiental daqueles disponíveis; e a desconexão entre as penalidades e o investimento na área ambiental e na causa animal, tanto no caso de multas quanto nas conversões de penas. Outro aspecto é que culturalmente se trata de um crime de menor importância, e Giovanini (2005) afirma que os próprios juízes veem traficantes como pequenos delinquentes.

Destro *et al.* (2012) alertam ainda para a carência de investimento em fiscalização e em compartilhamento de informações intra e interórgãos ambientais. Colocam também a importância de acordos bilaterais com países vizinhos, de um maior controle nas vendas de animais pela internet e de campanhas específicas de educação ambiental em parceria com diversos ministérios.

Diante desse cenário de grandes deficiências estruturais do aparato público para fazer cumprir a lei ou corrigir falhas de atuação que possam favorecer a degradação da fauna, em paralelo às ações de remediação do problema, há um importante nicho que busca atuar em sua prevenção. A inserção da educação ambiental na cadeia como resposta ao tráfico de animais silvestres, de modo a minimizar as práticas danosas ao meio ambiente, ganha espaço ao atacar as causas do problema (ISLAS; BEHLING, 2016).

3.3. Trabalhando com as causas

Para atuar nas causas, é necessário, antes de tudo, entender o que faz com que as pessoas mantenham ilegalmente animais silvestres em cativeiro para estimação.

Uma pesquisa finalizada em 2011 no semiárido da Paraíba mostrou que, das 231 famílias estudadas, 80% fazia uso (para companhia, alimentação, comercialização ou troca) de animais silvestres. Nessa população, constatou-se que somente 28,9% das famílias recebiam mais que um salário mínimo, e a maioria dos adultos possuía baixa escolaridade, mas os animais não eram necessários para sua sobrevivência. Pessoa, Wagner e Langguth, autores desse estudo, abordam o componente cultural como principal determinante da captura de animais silvestres na região. Essa dedução teve origem no fato de o uso prioritário desses animais entre a população estudada ser para companhia. O uso na alimentação se dava como iguarias, geralmente em bares locais, não fazendo parte dos hábitos alimentares diários da população (PESSOA; WAGNER; LANGGUTH, 2013).

Além da cultura de manutenção de animais silvestres na condição de estimação sem se preocupar com os efeitos para a preservação das espécies, Nassaro (2013) traz também a sensação de impunidade ao tráfico e aos atos que o fomentam, apresentando-se como mais uma causa da manutenção em cativeiro.

Adicionalmente, Nassaro (2013) apresenta o aspecto simbólico da fauna silvestre. Afirma que na sociedade moderna urbanizada em que vivemos, carente de uma aproximação com o meio ambiente, os animais silvestres representariam o equilíbrio com o meio natural, e tê-los em casa seria como expressar um incontido sentimento de reconquista da natureza no caos da cidade.

Canto (2016) também acrescenta que ao se permitir a posse de animais silvestres para uso doméstico pela legislação, incentiva-se a prática já instalada em nossa sociedade de transformá-los em mascotes. Complementa dizendo que os aspectos monetários e formais da criação legalizada dificultam a posse licenciada, alimentando a informalidade. Nassaro (2013) concorda e avança ao dizer que a lacuna deixada pelo poder público, ao não promover políticas públicas estruturadas para os criatórios, deve-se a uma divisão de opiniões entre os gestores sobre as possíveis consequências que fomentar tal prática poderia gerar. Do mesmo modo que defendem

que os criatórios legalizados poderiam ser uma alternativa ao tráfico, também há quem argumente que é um modo de fomentar a prática do *pet*, que não muda a cultura e que, além do mais, não garante o impedimento do tráfico, pois os preços ainda são altos e, como a fiscalização é ineficiente, mesmo os legalizados podem falsificar as anilhas e os documentos.

Outro aspecto trazido por Canto (2016) e Nassaro (2013) é o contraponto entre o traficante e o comprador. Este seria uma espécie de ponto cego na população, uma vez que quem retira ou vende é visto como o traficante “malfeitor”, e quem tem animal de estimação é visto socialmente como figura passiva. O comprador seria absolvido pelas ideias de que quem adquire em pouca quantidade é inofensivo; ou que quem os tem como de estimação está cuidando e evitando que morra, e mesmo que, como o espécime já teria sido tirado da natureza, não seria crime mantê-lo.

Islas e Behling (2016) trazem resultados de projetos de extensão universitária realizados pelo Núcleo de Reabilitação da Fauna Silvestre/Centro de Triagem de Animais Silvestres (NURFS/CETAS) que apontam o desconhecimento sobre o assunto como grande influenciador das práticas supracitadas:

Ao longo dos 15 anos de atuação do NURFS/CETAS/UFPEL na região, percebeu-se que grande parte da fauna apreendida é traficada ou mantida em cativeiro por pessoas de todas as idades, gêneros e classe social, que não conhecem o conceito de animais silvestres, não reconhecem a ilegalidade das atividades e não possuem qualquer conhecimento sobre os malefícios dessas ações para o animal e para o meio ambiente, o que destacou a necessidade de atividades educativas que tratem da temática (ISLAS; BEHLING, 2016, p. 68-69).

Já a RENCTAS divulgou informações sobre uma pesquisa encomendada por ela ao IBOPE realizada em 143 municípios brasileiros no ano de 2005 (PESQUISA..., 2012⁷) sobre o que o cidadão pensa sobre o meio ambiente. Os resultados apontaram que 84% dos entrevistados sabem que comprar ou manter animais silvestres em cativeiro, sem comprovação da origem do animal, é crime, e 11% afirmaram desconhecer a legislação. O coordenador geral dessa ONG à época afirmou que haviam cumprido seu papel e que os dados refletiam a eficiência das campanhas educativas sobre o tema na medida em que a informação havia chegado a todos.

⁷ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2012/08/pesquisa-revela-o-que-o-brasileiro-pensa-do-meio-ambiente-e-do-consumo-sustentavel>>.

Completo dizendo que era necessário então que os órgãos públicos intensificassem a repressão sobre os traficantes.

Tendo em vista o atual quadro apresentado no que tange à fauna silvestre brasileira, claramente o papel dos educadores ambientais no combate ao tráfico e à posse ilegal de animais silvestres ainda não foi cumprido. E, definitivamente, mesmo que a repressão de organismos públicos fosse intensificada, sozinha não resolveria essa complexa situação. De fato, ainda que o acesso à informação exerça papel fundamental, por si só não tem se mostrado eficaz para mudar atitudes; se fosse talvez tivéssemos um cenário mais alentador.

Todavia, as pessoas buscam manter consistência entre suas crenças, emoções, conhecimentos e ações. Quando detectam dissonâncias, procuram reduzi-las ou removê-las de diversas maneiras. Diante de um impasse entre suas ações e novas informações apresentadas como valores e normas, por exemplo, elas podem porventura mudar seu comportamento, mas essa é apenas uma das possibilidades. Assim, o mero provimento de dados é geralmente insuficiente para transformar a atitude das pessoas (CLAYTON; GOLDMAN; CELIO, 2012).

Novamente recorre-se então a Islas e Behling (2016, p. 67), para introduzir a discussão de soluções para esse tema:

Considera-se a relevância da EA como mediadora desse caminho, no processo de construção de consciência crítica para a problemática dos animais silvestres na sociedade contemporânea, promovendo a reflexão de que as transgressões são fomentadas pelos próprios cidadãos consumidores e buscando a proatividade na preservação da fauna silvestre brasileira, na busca de uma mudança deste paradigma consolidado na sociedade contemporânea.

Surge então a pergunta: como atingir esses audaciosos objetivos?

3.4. Que tipo de abordagem usar na educação ambiental pró-fauna silvestre?

De acordo com Clayton, Goldman e Celio (2012), a relação entre cognição, motivação para agir e ação é complexa e envolve tanto o que a pessoa pensa a respeito quanto como se sente sobre determinado tema. Valores, normas e afiliações também interferem. Portanto, para criar um canal de comunicação com seu público, é

importante saber usar esses elementos na abordagem, pois eles podem ser tanto barreiras quanto alavancas para a mudança.

Um princípio geral sobre aprendizado é que as pessoas constroem seus conhecimentos e entendimentos por meio de experiências diretas, pessoais e por experiências educativas formais e informais (BRANSFORD *et al.*, 2000 *apud* CLAYTON; GOLDMAN; CELIO, 2012).

Conhecimentos preexistentes também influenciam fortemente essa construção, sendo eles corretos ou não, pois existe uma tendência cognitiva de tentar encaixar a novidade no sistema antigo. Para tanto, as pessoas podem negar, rejeitar ou distorcer as novas informações. O primeiro passo para a promoção de mudanças de comportamento seria, então, compreender a visão de mundo da pessoa e o que ela considera valioso, mais ainda dentro de seu contexto social (CLAYTON; GOLDMAN; CELIO, 2012).

Esses aspectos mostram a importância não só de se conhecer de que lugar seu interlocutor fala, seu perfil socioeconômico, sua faixa etária, seu nível de escolaridade, mas também de saber ouvi-lo, promover um espaço de diálogo, onde a troca permita compreender melhor seus interesses e valores (SAUNDERS, 2012).

Outro aspecto importante é atentar para o fato de que os comportamentos humanos são afetados pelas emoções e de que o nível ótimo para as mudanças de atitude e o aprendizado é o moderado. Muita excitação emocional pode acabar levando à inação, especialmente ao tratar de temas como o tráfico e a posse ilegal de animais silvestres, que funcionam de modo similar às mudanças climáticas (CLAYTON; GOLDMAN; CELIO, 2012).

Profissionais da Associação Americana de Psicologia (APA, 2009) perceberam que as pessoas têm um limite para suas preocupações. Quando são bombardeadas por uma série de dados sobre eventos catastróficos, a natureza devastadora do problema diminui o senso de urgência de agir. As pessoas criam então barreiras emocionais. É como se bloqueassem as tendências de se preocupar, cuidar e investir energia na questão. Podem mesmo chegar a negar o problema como mecanismo de defesa, principalmente se emoções negativas se associarem aos pensamentos sobre o tema.

Enfim, assim como acontece com as mudanças climáticas, assunto que lida com grandes escalas, o tráfico, a posse ilegal de animais silvestres e suas consequências devastadoras para a natureza podem parecer desproporcionais para o impacto das ações de um só indivíduo. Essa aparente falta de controle da situação, como se apenas organismos maiores pudessem lidar com o assunto, pode levar o sujeito à inércia (CLAYTON; GOLDMAN; CELIO, 2012).

Há ainda o fato de que muitos indivíduos não assimilam novas informações quando se sentem criticados. Ações como apontar o erro e as consequências, como muitas abordagens de choque nessa área ambiental fazem, somadas aos argumentos anteriores, podem levar a pessoa a não cooperar. O desejo de se defender e preservar sua autoimagem pode levá-la a nem mesmo ouvir, que dirá a mudar suas atitudes. Muitas inventam desculpas para justificar seu comportamento conflituoso com as normas ou prerrogativas de danos ambientais. Assim, recomenda-se que os educadores ambientais captem a atenção do educando e provenham novas informações de maneira não ameaçadora, enquanto oferecem passos fáceis e concretos, estimulando a jornada dessa mudança com encorajamento e reforço consistentes (CLAYTON; GOLDMAN; CELIO, 2012).

Segundo Pellegrino (2012), as pessoas que desenham projetos de educação ambiental informal deveriam obedecer aos seguintes princípios: ambientes informais devem ser desenhados com objetivos de aprendizado específicos em mente; ser interativos; fornecer múltiplas formas para os educandos se engajarem com os conceitos, práticas e fenômenos de um contexto particular; facilitar o aprendizado de áreas de conhecimento através de múltiplos contextos; induzir e apoiar os participantes a interpretarem suas experiências de aprendizado à luz de conhecimentos, experiências e interesses anteriores relevantes; e apoiar e encorajar os educandos a ampliarem seu aprendizado ao longo do tempo.

4. MATERIAIS E MÉTODOS

4.1. Acessar o conhecimento de profissionais dos Cetas do Brasil sobre a realidade dos centros e suas abordagens educativas com o público que atendem

Para acessar o conhecimento de especialistas, um questionário⁸ (Apêndice A) foi elaborado na plataforma Google Forms e enviado por dois analistas do Ibama a dois grupos de Cetas do Ibama no Brasil: um de WhatsApp e outro do Skype. Ambos possuem representantes de todas as unidades ativas de Cetas no Brasil. Os pedidos de resposta ao questionário foram feitos pelo menos duas vezes em cada um dos grupos durante os meses de outubro e novembro de 2017⁹.

O conteúdo do questionário visou contextualizar a realidade dos Cetas e buscar as contribuições a respeito de projetos educativos sobre tráfico, posse ilegal de animais silvestres e o trabalho da instituição com o público adulto que a procura.

O instrumento de coleta foi testado por um profissional do Cetas BH, que respondeu e deu sugestões para que ele fosse aprimorado. Um dos respondentes do questionário, portanto, foi um funcionário do próprio Cetas BH.

4.2. Conhecer diagnósticos de perfil e percepção sobre animais silvestres e seu tráfico e posse, bem como projetos educativos de combate a essas atividades propostos ou realizados no Brasil

Para atingir este objetivo foi feita, ao longo dos anos de 2017 e 2018, extensa pesquisa bibliográfica de diagnósticos, medidas e projetos educativos propostos ou realizados no combate ao tráfico e à posse ilegal de animais silvestres.

Dentre os materiais utilizados para a pesquisa, podem ser citados artigos científicos publicados em revistas eletrônicas e bases de dados da área, dissertações de mestrado e trabalhos de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*. Foram ainda consultados documentos e materiais apresentados em simpósios e congressos.

⁸ <https://docs.google.com/forms/d/1uBHgpQGKbYA5wVu7QpitBHAE1bc3t3z1PBd4L0DmP6o/prefill>

⁹ Não foram feitas ligações para os representantes de cada Cetas uma vez que, internamente é sabido que há problemas interinstitucionais na gestão dos Cetas e os próprios analistas do Ibama acreditaram que pedidos feitos por eles em grupos dessa instituição poderiam surtir mais efeito que ligações feitas por uma servidora do Estado.

Esses materiais foram encontrados através de buscas realizadas na base de dados do Google e Google Acadêmico para todas as palavras-chave e expressões utilizadas conforme o foco da pesquisa. Por fim, a partir dos resultados gerados, foram selecionados os principais materiais, analisando-se cada um quanto à informação apresentada, a pertinência de sua utilização como base para compor o presente projeto ou o aproveitamento parcial de conteúdos como ideias ou referência para questões específicas tratadas neste documento.

4.3. Conhecer a realidade do atendimento ao público no Cetas BH, analisando falhas, pontos positivos, necessidades e possibilidades de melhoria

Para tanto foi feito um levantamento com os funcionários do Cetas BH sobre como viam os atendimentos ao público até então e o que consideravam necessário abordar neles; como poderia ser melhorado. Além disso, foram realizadas observações sistemáticas dos atendimentos.

A primeira etapa ocorreu no mês de agosto de 2017 e consistiu em reuniões com os analistas do Cetas BH, em especial com os dois principais responsáveis por orientar os atendimentos. Através de entrevista não estruturada, abordou-se quais eram, independentemente da frequência em que apareciam, os temas mais relevantes para serem discutidos com o público atendido no Cetas. Os analistas foram questionados também sobre o que consideravam importante esclarecer sobre os referidos temas.

A segunda etapa consistiu no uso dessas informações preliminares para a elaboração de uma planilha para registrar as observações de forma mais sistemática. Nela incluíram-se as perguntas feitas pelo público, uma classificação das respostas dadas pelos estagiários a ele e um campo específico para outros aspectos relevantes observados. Após a confecção da planilha, as 15 observações dos atendimentos foram executadas entre os meses de agosto e outubro de 2017.

Para analisar a adequação e qualidade dos atendimentos, foram comparados os registros feitos na planilha de observação com o conteúdo apontado pelos funcionários como esperado a ser discutido nos atendimentos.

4.4. Diagnosticar o perfil do público atendido pelo Cetas BH e sua percepção sobre animais silvestres, a posse e o tráfico deles, identificando demandas e lacunas de informação e sensibilização

As informações foram coletadas através de entrevista baseada em um roteiro estruturado (Apêndice B), que foi elaborado a partir dos resultados dos objetivos específicos anteriores, incluindo a consulta a questionários apresentados em outros trabalhos da área¹⁰. Estes estão especificados no levantamento de publicações sobre o tema na seção de Resultados. Houve adaptações, incrementos e cortes de acordo com o foco que se pretendia dar à abordagem.

É importante ressaltar que não havia nenhum tipo de estrutura nem propósito educativo em si nos atendimentos ao público antes de esse trabalho ser realizado, apesar da necessidade. Como a responsável pelo diagnóstico, autora do presente trabalho, era, à época, a única funcionária com disponibilidade de tempo e qualificação profissional para realizar um atendimento adequado à população, optou-se por fazer o levantamento concomitantemente ao trabalho educativo. O trabalho, então, foi feito de modo que a população tivesse suas dúvidas esclarecidas e as informações pudessem ser apresentadas e discutidas, mas somente após ser colhida a percepção, a visão ou o conhecimento da pessoa sobre cada tópico do roteiro. O protocolo dessa abordagem está descrito na seção de Resultados.

O método usado para tratar os dados obtidos nas entrevistas foi a análise de conteúdo. Esse tipo de análise é quali-quantitativo e busca extrair os conteúdos mais relevantes das informações escritas através de uma categorização prévia das respostas. Essa categorização foi realizada com base nos objetivos do levantamento: perfil do público, perfil das entregas realizadas e percepção sobre tráfico e posse de animais silvestres. Com base na categorização, parte dos resultados foi expressa em frequência de ocorrência e/ou porcentagens.

¹⁰ Na última semana de outubro de 2017 foram feitas quatro entrevistas individuais objetivando testar o roteiro. Elas fazem parte da presente amostra, uma vez que todas as perguntas da versão final foram feitas nas versões de teste, modificando-se apenas a ordem ou a forma de redigir a questão. Uma pergunta foi eliminada da versão original, pois não se mostrou eficiente para obter o dado que buscava.

4.5. Desenhar proposta de projeto educativo incluindo ferramentas para o público que procura o Cetas

Com base no diagnóstico do perfil, das entregas e das percepções do público atendido; nas coletas de informação do Cetas BH e dos funcionários dos outros Cetas abordados; bem como na pesquisa bibliográfica, desenhou-se o processo de atendimento educativo com a confecção de materiais diversos.

Pelo Guia de Orientação para Atendimento Educativo do Cetas BH (Apêndice C) é possível acompanhar a utilização de cada uma das ferramentas elaboradas para o projeto: o *banner*, o *fôlder*, o *jogo*, o *vídeo*¹¹ e os *brindes*. Apesar de a autoria intelectual de cada uma delas ser da autora do presente trabalho, a produção das peças contou com importante participação supervisionada de estagiárias de educação ambiental, profissionais e estagiários do IEF, do Ibama e da ONG Instituto de Pesquisas e Conservação Waita, além de alguns voluntários externos.

No caso do guia e do jogo, apenas as estagiárias participaram. Quanto ao *banner* e ao *fôlder*, toda a equipe do Cetas BH e a equipe de Educação Ambiental do Ibama puderam contribuir. A arte do *banner* foi executada por uma designer gráfica apoiadora voluntária da causa, e a diagramação e as ilustrações do *fôlder*, por um analista do Ibama. O vídeo foi gravado pela autora e sua equipe de estagiárias, com exceção das imagens das araras, cedidas por uma publicitária apoiadora. As dublagens foram feitas por analistas do Cetas BH, estagiários da instituição e três voluntários externos. A edição e produção do vídeo foram feitas pelo jornalista do IEF. A logomarca que aparece em todos os materiais e é usada como *slogan* dos brindes distribuídos para divulgar a causa e incentivar a participação na abordagem educativa foi concebida pela autora e ilustrada por um analista ambiental do IEF.

¹¹ Acessível em https://drive.google.com/open?id=11YPnXMD2_fcGoHvV9wUyuI3TNKfiUI4q

5. RESULTADOS

5.1. Cenário dos Cetas amostrados geridos pelo Ibama no Brasil

Apresentamos a seguir os resultados obtidos pela amostra dos Cetas gerenciados pelo Ibama (em compartilhamento com órgãos estaduais ou não) que responderam ao questionário sobre ações e projetos educativos para o público atendido pela instituição. Os sujeitos responderam também uma seção prévia de contextualização do funcionamento dos Cetas nos quais trabalhavam.

5.1.1. Localização e funcionamento

Dos 27 Cetas que se encaixam na descrição supracitada, 29,62% (N=8) responderam¹². Dos respondentes, nenhum funciona junto a um CRAS. Dois estão em Minas Gerais e os outros seis distribuídos um em cada estado: Goiás, Espírito Santo, Ceará, Acre, Rio Grande do Sul e Bahia; sendo só este último localizado em área rural.

Metade dos Cetas em questão (quatro) recebe uma média anual de pelo menos 3.600 animais, volume considerável e indicativo da gravidade das atividades ilegais relativas à fauna. Apenas um Cetas amostrado recebe menos de 1.000 animais/ano, conforme mostra a figura 2 abaixo.

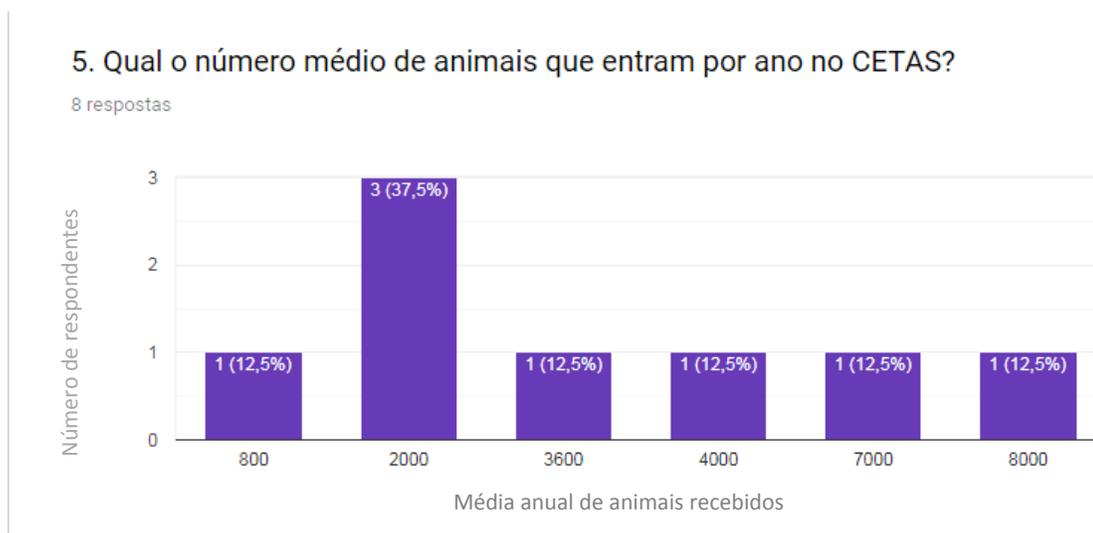


Figura 2- Recebimento médio anual de animais nos Cetas respondentes

¹² A participação dos Cetas em questão foi de grande valia para este trabalho. Não há como saber se outros não responderam a pesquisa por questões interinstitucionais, insuficiência logística ou desinteresse no tema, que como este trabalho demonstra, ainda é pouco explorado no cenário nacional.

Cinco Cetas realizam anualmente a soltura de pelo menos 70% dos animais recebidos. O único Ceta que solta menos da metade (45%) dos animais que recebe relata não ter um programa de soltura estruturado. Esse Ceta destina aproximadamente 5% dos animais para cativeiro legalizado e relatou enfrentar problemas com furto/extravio e fuga de animais.

Todos os outros Cetas também têm baixas taxas de destinação para cativeiro legalizado: até 20% dos animais. Contudo, suas taxas de soltura são de, no mínimo, metade dos animais (ver Figura 3) cobrindo a destinação da grande maioria deles.

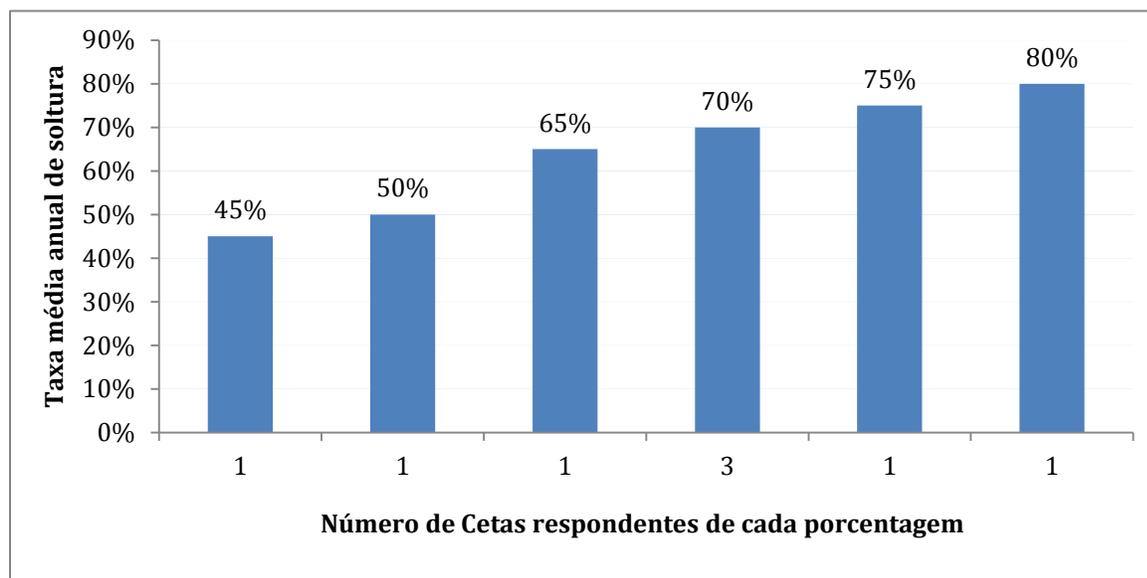


Figura 3- Taxa média (%) anual de soltura de animais recebidos nos Cetas respondentes

O grupo de animais mais recebido é o das aves, liderando em sete dos oito Cetas, seguido pelos mamíferos e depois pelos répteis. Os anfíbios, invertebrados e peixes, quando os Cetas têm dados sobre eles, são sempre os menos recebidos.

As maiores dificuldades percebidas pelos funcionários dos Cetas são:

- escassez de recursos para ampliação da estrutura física, e ausência de monitoramento das ações de soltura (6 respondentes);
- ausência ou poucas ações de capacitação para o *staff*, espaço insuficiente e inadequado para os animais recebidos (5 respondentes).

5.1.2. Percepção sobre atendimento ao público e abordagens educativas

O público atendido pelos Cetas é composto de pessoas que fazem entregas voluntárias ou levam animais silvestres recolhidos de situação de vulnerabilidade. Somente em um Cetas, que fica na área rural, o atendimento externo não é constante.

Existe grande convergência na opinião dos funcionários dos Cetas sobre o atendimento ao público. De forma geral, eles apontam que o formato deve envolver respeito, educação, agradecimento no ato de entrega, afirmação de que ele não gera penalidade e de que a pessoa deve inspirar outras a fazerem o mesmo.

Sobre o conteúdo, o mais recorrente na amostra foi a necessidade de informar sobre o que ocorre com o animal depois de entrar no Cetas, citada por três deles.

Quanto às ferramentas educativas, houve diversidade de opiniões. Alguns sugeriram passar informações oralmente, outros em mídias escritas, como cartazes, panfletos e fôlderes. Propuseram também exibir imagens e entregar gibis sobre as consequências do tráfico, e houve ainda sugestões de realizar palestras, ações de educação ambiental com crianças e em cidades que tenham áreas de soltura de animais silvestres. A realização de campanhas também é sugerida, em especial a Campanha Nacional de Proteção a Fauna (MENDES, 2008).

Em relação ao atendimento ao público no geral, o que se nota é a recorrente incompletude e ausência de programas estruturados de educação ambiental contra tráfico e posse ilegal de animais silvestres, ainda que todos os respondentes afirmem julgar que o Cetas deveria promovê-los. Duas instituições relataram possuir um programa estruturado, mas a descrição de uma delas demonstra que, na verdade, realizam-se apenas ações pontuais. A outra baseia seus atendimentos na campanha supracitada. Contudo, após busca de dados em *sites* oficiais das instituições, não foi possível encontrar informações aprofundadas sobre a campanha. O *site* do Ministério do Meio Ambiente dá apenas notícias sobre o lançamento da campanha, há dez anos, mas sem muitos detalhes, e não disponibiliza o material citado. Com a exceção da revista em quadrinhos do Ibama *Liberdade e saúde - animais silvestres livres: pessoas saudáveis*, disponível na internet, criada anteriormente e não vinculada a esse propósito, não foi possível encontrar dados sobre a campanha na internet.

5.2. Levantamento bibliográfico de diagnósticos, medidas e projetos educativos de combate ao tráfico e à posse ilegal de animais silvestres propostos ou executados no Brasil

Foram investigados dois tipos de material:

- trabalhos que apresentassem um levantamento de percepção sobre animais silvestres e questões relacionadas (manutenção como de estimação, tráfico, conhecimentos, crenças e valores), bem como do perfil do público abordado;
- trabalhos com relatos e propostas de projetos ou ações educativas sobre o tema, constando diagnóstico ou não do público-alvo e suas percepções.

Nesta primeira categoria foram levantados oito diagnósticos: um trabalho científico publicado em base de dados da área; três artigos publicados em revistas eletrônicas; e quatro dissertações de mestrado. Destes, três estudos abordam o perfil e a percepção sobre animais silvestres de moradores de cidades do Norte e do Nordeste do país que os mantinham em domicílio ilegalmente. São eles: dissertação de Dias Júnior (2010), cujo estudo foi feito em Macapá, Amapá; dissertação de Costa (2012), cuja pesquisa aconteceu em Santa Bárbara do Pará, Pará; e o artigo de Pessoa, Wagner e Langguth (2013), cujo levantamento ocorreu em seis municípios rurais da Paraíba.

Os outros cinco estudos apresentam públicos mais heterogêneos. Canto (2016), em sua dissertação, aborda diretamente donos de animais silvestres ilegais e também agentes do setor de proteção ambiental da cidade de Lábrea, Amazonas. Em outra linha, mas dentro do mesmo tema, Aragão e Kazama (2014), em seu artigo, levantam o perfil e a percepção dos visitantes adultos do zoológico de Brasília.

Gomes (2017), em sua dissertação, além de abordar moradores do município de Caxingó, Piauí, que fica próximo a duas áreas de soltura de animais silvestres cadastradas pelo Ibama, também faz a pesquisa com alunos. Ainda no ambiente acadêmico, Islas e Behling (2016), em seu artigo, abordam professores de escolas municipais de Capão do Leão, Rio Grande do Sul, sobre conhecimento e percepção de animais silvestres, além da visão deles sobre educação ambiental relacionada a animais silvestres.

Todos esses levantamentos foram muito úteis para embasar a construção do roteiro de entrevista e dar direções para o diagnóstico. Serviram também ao propósito comparativo em termos de resultados, ainda que os públicos, ambientes e vozes dos pesquisadores sejam bastante diferentes do presente estudo. Nesses quesitos apenas um estudo se aproxima mais da realidade deste trabalho: o diagnóstico feito a partir de dados das fichas de recebimento de animais silvestres do Centro de Conservação e Manejo de Répteis e Anfíbios (RAN) sediado em Goiânia, Goiás, e administrado pelo ICMBio. Esse levantamento, apresentado por Souza *et al.* (2007) em seu artigo, tem como um dos objetivos identificar as causas da entrega do animal. Apesar de no Cetas BH também haver mamíferos e aves, e do fato de que usar dados de uma ficha não é tão rico quanto de uma entrevista, o ambiente e o público são bem similares. A última seção dos resultados deste estudo apresenta os dados diagnósticos do público analisados à luz da bibliografia supracitada.

Na busca de bibliografia para o segundo tipo de material foram encontrados outros oito trabalhos que descrevem ações educativas realizadas exclusivamente em ambiente escolar, com os alunos. Destes, sete incluem algum tipo de palestra ou aula. Junto com elas, também houve uso de *quizz*, produção de desenhos, cartazes infantis, exibição de fotos e filmes, debates, discussão de textos e de reportagens. As propostas educativas destes estão descritas em:

- artigo publicado em revista em Fortaleza, Ceará, de Rodrigues e Leite (2013), e outro em duas cidades do Piauí, de Silva, Otávio e Freire (2017);
- trabalho de conclusão de curso (TCC) de graduação em Estância Velha, Rio Grande do Sul, de Rost (2007), e outro em Areia, Paraíba, de Alves (2017);
- trabalho de conclusão de curso de especialização em Caçapava do Sul, Rio Grande do Sul, de Coradini (2013), e outro em São João do Polêsine, Rio Grande do Sul, de Zago (2008);
- artigo apresentado em simpósio de Pereira *et al.* (2017), em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

O oitavo trabalho, descrito no artigo de Pinheiro e Kindel (2013), tratou exclusivamente da percepção pré e pós-exibição dos filmes *Rio* e *Procurando Nemo*

sobre animais silvestres, tráfico e posse em uma escola particular e uma pública de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, sem aulas ou palestras.

Apesar de válida tanto para uso diagnóstico quanto para pensar temáticas e práticas da educação ambiental, essa seleção, majoritariamente marcada por trabalhos do Sul ou do Nordeste do país, trata de ações, e não de projetos mais duradouros, estruturados e abrangentes. Outro aspecto importante é que o público, o ambiente e os atores são novamente muito diferentes daqueles nos quais este trabalho focou. Desse modo, as oito publicações supracitadas não possuem valor comparativo para as discussões seguintes.

Foi levantado ainda um artigo publicado em revista eletrônica por Carneiro *et al.* (2009), que relata, além de palestras ministradas para alunos em seis escolas do Distrito Federal, uma campanha midiática com produção de cartazes, *banners* e adesivos para a população em geral. Houve também a distribuição do gibi *Liberdade e saúde*, e de certificados para as crianças das escolas participantes. Esse tipo de campanha tem uma relação mais estreita com o presente trabalho, uma vez que ambos buscam o melhor formato e logística de divulgação da causa animal/ambiental em ambiente informal e com a população adulta. Ler sobre a campanha auxiliou em decisões a respeito da confecção dos materiais deste projeto, porém, sem aprofundamento, já que o foco da publicação foi na atividade realizada com as crianças das escolas.

Fora do ambiente escolar e lidando com adultos, a dissertação de Skrabe (2009), no Rio Grande do Sul, apresenta diagnóstico participativo feito com diversos atores (criador amadorista, científico, conservacionista, zoológico e comerciante) sobre tráfico e posse de animais silvestres. Além do levantamento, o autor se propôs a criar uma rede de cooperação e a estruturar com eles um plano piloto de educação ambiental para o Rio Grande do Sul. Como resultado da reunião, discutiram-se estratégias de divulgação da Campanha Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres no estado. O objetivo era proporcionar aquisição de conhecimentos, atitudes, valores e aptidões pró-conservação da fauna através de um processo democrático de debate, polemizando também o papel de cada um no estímulo ou desestímulo ao tráfico, e suas consequências. Ibama, criadores, zoológicos e comerciantes seriam os

atores principais no processo educativo, sendo o poder público coordenador das ações. Os demais trabalhariam diretamente com seus públicos-alvo (outros criadores, escolas, visitantes, consumidores e outros), e intencionava-se fazer uma divulgação ampla em meios de comunicação de massa. A criação de um *blog* também foi aventada como maneira de ampliar as discussões. O trabalho desse autor foi bastante útil a este projeto, ao propor parcerias, pensar em uma gestão pública que também contemplasse ações conjuntas com agentes com maior capilaridade na sociedade civil que as próprias instituições e ainda atuar na prevenção, indo além do controle das consequências do tráfico de animais silvestres. Contudo, há claras diferenças entre criadores legalizados e o público deste estudo. Outro aspecto é que o programa de educação ambiental proposto pelo autor é voltado praticamente só para a campanha mencionada. Na própria dissertação não há detalhes sobre ela, sobre como criar esse espaço de troca, nem mesmo sobre os materiais. Também não há descrições sobre resultados, já que o estudo constitui um plano.

O único estudo encontrado com ações educativas realizadas por atores semelhantes, contemplando público-alvo adulto, é o realizado no Rio Grande do Sul pelo NURFS/CETAS, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Behling *et al.* (2013) descrevem em seu artigo que em 2009 o núcleo iniciou seu Programa de Educação Ambiental (PEA), procurando disseminar conhecimento sobre a fauna silvestre local, conscientizar a comunidade a respeito da preservação desses animais, sensibilizar quem pratica a posse ilegal a entregá-los voluntariamente, promover espaços para pesquisa na área de educação ambiental, elaborar material didático específico, realizar visitas monitoradas ao NURFS/CETAS, divulgar o trabalho do núcleo e apoiar a campanha do Ibama contra o tráfico de animais silvestres. Para tanto, foram executadas palestras, visitas ao Cetas, acompanhamento de solturas, teatro de fantoches e participação em feiras e eventos. Apesar de a descrição dessas atividades ser bastante sucinta, não haver aprofundamento sobre os materiais elaborados nem sobre a abordagem em si, incluindo padronização e regularidade, e de não se descreverem ações direcionadas a portadores ilegais de animais silvestres, esse é um projeto mais próximo da situação em que a presente produção atua e que serviu de

base para ajudar a traçar paralelos e elaborar estratégias de ações educativas descritas na seção de Discussão.

Não foi encontrada nenhuma publicação que descrevesse um trabalho realmente como este: um órgão público ambiental executando um projeto educativo estruturado para atender regularmente a população adulta que procura a instituição portando animais silvestres, a respeito deles, de sua posse ilegal e tráfico. Um projeto padronizado, regular, adequado ao público-alvo a ser abordado, com materiais específicos e que, além de informar, tenha o propósito de sensibilizar, proporcionar mudança de atitude, evitar reincidência na posse ilegal e formar multiplicadores da causa. Intenciona-se que esta proposta sirva de base para adaptações de projetos e/ou replicação deste por outras unidades de Cetas, bem como por outras organizações públicas, privadas, não governamentais e pela sociedade civil organizada.

5.3. Diagnóstico inicial dos atendimentos ao público: abordagem com funcionários do Cetas BH e observações

5.3.1. 1ª etapa – Conversa com os funcionários

Os funcionários relataram que o que mais ouviam do público eram dúvidas sobre o destino do animal: a) o que acontece com ele depois que entra no Cetas; b) se, quando está ferido, será salvo; c) se será solto, e onde; e d) o que acontece quando não é solto. Em resposta a essas perguntas apontaram que o ideal seria, respectivamente: a) explicar o fluxo de recebimento, avaliação, marcação, triagem, recuperação e reabilitação de forma simples e direta, mencionando cuidados médicos, adaptação alimentar, ressocialização com hábitos e comportamentos da espécie e do bando; b) conscientizar sobre a gravidade da lesão/situação de saúde do animal, deixando claro que tentarão sempre salvá-lo, mas nem sempre é possível; c) avaliar as possibilidades de adaptação, geralmente no CRAS, e falar do projeto ASAS de forma simples, abordando critérios de cadastramento e escolha de áreas de soltura; e d) encaminhamento para cativeiro legalizado, mencionando os tipos existentes.

Também citaram os questionamentos sobre o acompanhamento dos animais: se a pessoa poderia entrar no Cetas e visita-los depois. A explicação adequada, segundo os funcionários, envolve dizer que não é possível e direcionar o foco para o trabalho de

reabilitação dos animais. Deve-se mencionar o transtorno que a movimentação de pessoas no Cetas pode causar; a interferência que elas podem ter nos processos de ressocialização com os pares e na necessária perda de “vínculo” com os humanos; as distrações que causariam nos animais que estão aprendendo os comportamentos da espécie. Além disso há a fragilidade de animais em tratamento que podem adquirir doenças humanas, bem como transmitir as deles ao público, que não está vacinado nem tem os devidos cuidados sanitários e de manejo.

Outro aspecto levantado são abordagens sobre legalidade: se era possível manter o animal para si e quais deles eram legalizados. A proposta foi explicar o papel biológico/ecossistêmico do animal e as consequências quando são retirados da natureza: interrupção das funções ecológicas, desequilíbrio ambiental, além de danos físicos para o animal decorrentes do tráfico e alterações biológicas e comportamentais pela humanização. Também foi apontado como desejável tentar descobrir motivo de a pessoa querer ter esse animal específico e, se possível, sugerir o doméstico como companhia. Para isso, sugere-se fazer a diferenciação entre animal doméstico e silvestre, usando a Portaria Ibama nº 93/1998 como base. Se a pessoa realmente quiser o silvestre, quem atender deve dizer que há criatórios comerciais autorizados e que ela deve comprar deles.

Os entrevistados contaram também que essas informações não eram dadas ao público com consistência, frequência ou estrutura esperadas, uma vez que faltava pessoal, e que os estagiários que atendiam o público não eram selecionados com perfil para educação ambiental e/ou recebiam capacitação para essa atividade.

5.3.2. 2ª etapa – Observações dos atendimentos

Nas observações, identificou-se que todas as perguntas citadas pelos funcionários ocorriam nos atendimentos em maior ou menor frequência, além de poucas outras que não apareceram na conversa com eles.

Questionamentos sobre o destino do animal foram os mais frequentes, aparecendo em mais da metade dos 15 atendimentos observados. Das explicações dadas, algumas foram satisfatórias, ainda que pudessem ser mais bem exploradas, outras foram muito rasas e algumas vezes nem foram repassadas ao público.

Sobre o acompanhamento dos animais, além de pedir para entrar no Cetas e visitar, perguntaram se poderiam ter notícias do animal. Os estagiários que realizavam os atendimentos, com exceção de um, responderam de modo lacônico positiva ou negativamente, sem maiores justificativas ou detalhes.

Abordagens sobre legalidade foram respondidas, mas não de maneira adequada em relação ao que os analistas esperavam que o público recebesse de retorno.

O mais marcante nas observações dos atendimentos é que eram sempre passivos, ou seja, o estagiário nunca buscava por conta própria informar a pessoa sobre os temas levantados como importantes pelos analistas. Se a pessoa não perguntasse nada, saía somente com o Termo de Recebimento. Se tivesse dúvidas, quem estava atendendo respondia conforme seus conhecimentos e sua disponibilidade de tempo, geralmente escassos. Não havia padrão nem qualificação para a atividade.

Vale ressaltar que as observações foram realizadas durante o período reprodutivo da maioria das espécies que o Cetas recebe frequentemente. Nessa época do ano o recebimento aumenta consideravelmente e com alto volume de animais precisando de cuidados diversos, de manejo e veterinários, atender o público recebia prioridade mais baixa para a equipe.

5.4. Perfil e percepção do público atendido no Cetas BH

Nos meses de novembro e dezembro de 2017 e em janeiro e março de 2018 foram realizadas 208 entregas voluntárias de animais silvestres por pessoas da sociedade civil no Cetas BH¹³. Dessas entregas, 56 foram alvo da abordagem educativa, que também levantou o perfil e a percepção ambiental desse público.¹⁴ Nessas 56 situações de entrega, contabilizadas pelos Termos de Entrega, 14 pessoas estavam acompanhadas de familiares, amigos ou companheiros adultos que também foram abordados para levantamento de perfil. Assim, no período de quatro meses, 70

¹³ Vale ressaltar que durante os quatro meses de coleta de dados houve mais entregas voluntárias que não foram contabilizadas neste trabalho por não terem sido feitas pelo público-alvo em questão. Trata-se de parceiros do Cetas: clínicas veterinárias, laboratórios, universidades, ONGs, apoiadores da causa animal, colegas de funcionários, público já tem ligação com a instituição e seu trabalho. O foco deste projeto são pessoas sem ligação prévia, contato constante ou contínuo com a instituição.

¹⁴ Em várias das 208 situações de entrega a autora estava em atendimento ou realizando outra atividade quando chegava uma pessoa, impossibilitando a abordagem. A indisponibilidade de tempo, abertura ou disposição do público também interferiu, mas, ainda assim, mais de ¼ das situações de entrega foram contemplados neste estudo.

adultos compareceram ao Cetas BH e foram atendidos. Somando aos quatro do período de teste (outubro), ao todo tem-se uma amostra de 74 pessoas abordadas.

Para realizar o levantamento, a direção era dada pelo roteiro, mas a ordem das perguntas nele expostas podia variar de acordo com o andamento do atendimento. Apesar de no roteiro haver algumas categorias prévias, as perguntas eram feitas de modo aberto, cabendo qualquer resposta. As categorias serviam apenas para facilitar o registro do entrevistador, caso o que a pessoa dissesse se encaixasse nelas.

Geralmente se iniciava a conversa falando sobre o animal (Seção “Sobre o animal” do roteiro). Essa parte, na maioria das vezes, não configurou um desafio, nem surgiram muitas resistências, uma vez que, como as informações eram referentes ao que as levou à instituição, o animal, as pessoas entendiam como algo protocolar. Era informado a elas então, que, para atender o público de modo adequado e condizente com sua realidade, estavam sendo coletadas informações em uma pesquisa sobre o perfil deste público e sua opinião sobre algumas questões relativas a animais silvestres. Em momento algum se registrava o nome da pessoa e ela era avisada da confidencialidade de sua identidade. De posse desses dados seria possível criar ferramentas mais direcionadas para o atendimento educativo no Cetas. .

Assim, seguia-se para a Seção “Conhecimentos e percepção sobre posse ilegal e tráfico de animais silvestres”, na qual as perguntas eram feitas dizendo que não se esperava resposta certa, mas sim a percepção e visão da pessoa sobre o tema. Os conteúdos não eram discutidos imediatamente após as respostas da pessoa, visando a não influenciar as respostas nas perguntas seguintes. A cada bloco temático ou mesmo ao final de toda a seção é que se discutiam os aspectos concernentes às questões apresentadas e outros quaisquer que surgissem. Os dados de perfil que não aparecessem ao longo da abordagem eram coletados ao final, com a pessoa já mais relaxada. Desse modo, o público era atendido pela educadora ambiental, autora do presente trabalho, que ao mesmo tempo coletava dados para compor o diagnóstico. Algumas vezes, uma ou outra questão deixou de ser abordada em vista do alto volume de assuntos discutidos, interesses e tempo despendido pelas pessoas. Inclusive, por falta de tempo, 14 delas não responderam toda a seção de percepção.

5.4.1. Perfil do público atendido

Das 74 pessoas abordadas, 66% eram do sexo feminino. As faixas etárias desta amostra variaram bastante (FIGURA 4).

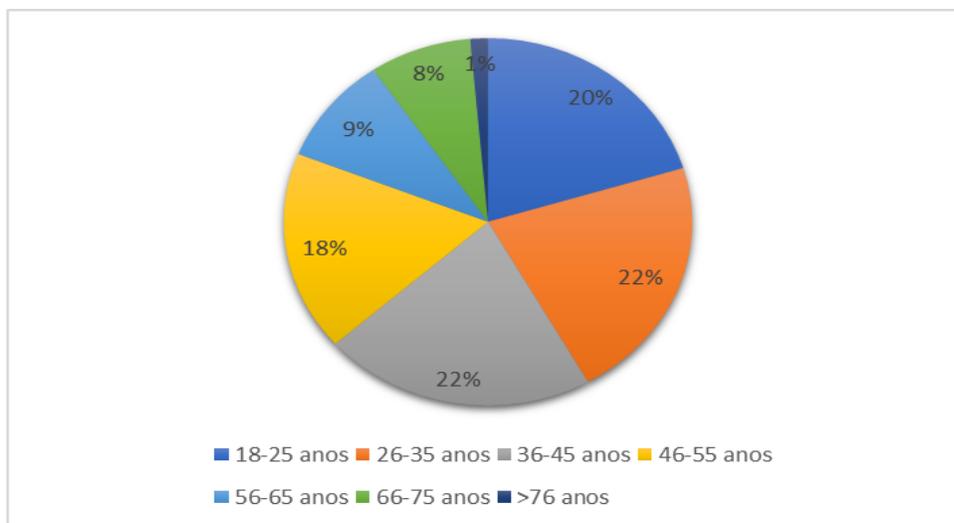


Figura 4- Perfil etário do público atendido no Cetac BH no período de estudo

O público atendido no Cetac BH possui alto nível de escolaridade: das 72 pessoas que informaram seu nível de estudo, 67% tem ensino superior (FIGURA 5).

A grande maioria dos cursos (79% dos 43 respondentes) não está relacionada ao campo ambiental ou ligada a animais. O mesmo pode-se dizer das ocupações: 86% (N=72)¹⁵ atuam ou atuaram em campos sem ligação com animais ou meio ambiente.

Os cursos superiores considerados ligados à área foram: Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental, Tecnólogo em Mineração, Biologia e Veterinária. Já os não relacionados: Educação Física, Pedagogia, Sistema de Informação, Artes Visuais, Teologia, Design de Interiores, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Gestão Pública, Economia, Administração, Comunicação, Engenharia Civil, Letras, Arquitetura, Enfermagem e Direito. As ocupações foram bem variadas, incluindo aposentados e estudantes. Considerou-se como relacionadas à área as seguintes: analista ambiental do IEF, funcionária da Secretaria Municipal de Agricultura, engenheiro florestal, paisagista, assessor de deputado ligado a animais, diretor de vigilância em saúde-zoonoses, consultora ambiental, estudantes de biologia e de veterinária.

¹⁵ O N diferente de 74, nessa seção refere-se ao total de pessoas que responderam àquela questão.

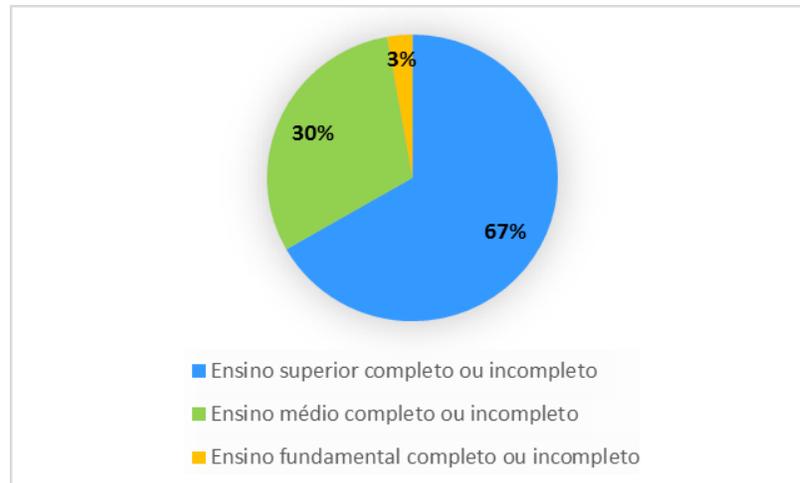


Figura 5- Escolaridade do público atendido no Cetas BH no período de estudo

Em relação ao local de residência 73% mora em Belo Horizonte, 18% na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e 9% em outras cidades (N=73).

Dos oito municípios amostrados da RMBH, a maioria possui Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) entre alto e muito alto. Dos quatro municípios fora da RMBH, dois têm IDHM médio, e dois, alto. Dentro de Belo Horizonte, porém, há grande variação de nível socioeconômico relacionada à região da cidade em que a pessoa habita. A referida amostra possui representantes de todas as regionais da capital. Contudo, a distribuição dos indivíduos nas diferentes regiões é bem marcante: a maior parte mora nos locais com os IDHMs mais altos de toda a cidade. A regional Centro-Sul, cujo IDHM é considerado muito alto, é a que tem mais entregadores: 28%. Cabe colocar que o Cetas se localiza nessa mesma regional, podendo o fator proximidade ser uma variável interveniente na origem das entregas. As outras duas regionais de IDHM mais altos, respectivamente Pampulha e Oeste, são também as que têm, em seguida, maior número de entregadores: 22,6% cada uma, sendo a Oeste a mais próxima da regional do Cetas (N=47).

Desse modo, a amostra em questão se caracteriza majoritariamente por mulheres adultas, jovens e maduras, por pessoas com curso superior e ocupação não relacionados à área ambiental ou aos animais, maioria residente em Belo Horizonte, das regionais com IDHMs mais altos e mais próximas do Cetas.

5.4.2. Perfil das entregas

Das 60 situações de entrega de animais, 80% foram de aves, 12% de mamíferos e 8% de répteis. As aves recebidas pertencem a nove ordens, sendo psittaciformes (papagaios, maritacas, periquitos) e passeriformes (sabiás, bem-te-vis, pássaros preto) as mais expressivas nas entregas: 42% e 23% das entregas de aves, respectivamente (Ver Figura 6). Quanto aos mamíferos, chegaram gambás de orelha branca, mico-estrela e tatu-galinha. Os répteis foram recebidos cágados, jabutis e tigrês d'água.

As entregas poderiam contemplar mais de um animal por vez, mas a maioria foi de um único indivíduo. O total de indivíduos levados nas entregas foi 109. Uma lista com todas as espécies levadas e o número de indivíduos está disponível no Anexo A.

Classe	Aves	48 entregas (80%) Delas:	Mamalia	7 entregas (12%) Delas	Reptilia	5 entregas (8%) Delas:
Ordem	Anseriformes	2 entregas (4,17%)	Xenarthra	1 (14,3%)	Testudines	100%
	Apodiformes	2 entregas (4,17%)	Primates	1 (14,3%)		
	Caraniformes	1 entrega (2,08%)	Didelphimorphia	5 (71,4%)		
	Columbiformes	2 entregas (4,17%)				
	Falconiformes	4 entregas (8,33%)				
	Passeriformes	11 entregas (22,91%)				
	Piciformes	2 entregas (4,17%)				
	Psittaciformes	20 entregas (41,66%)				
	Strigiformes	2 entregas (4,17%)				
	2: Psitta/columb +passeriforme)	2 entregas (4,17%)				

Figura 6- Distribuição das entregas de animais (60) por Classe e Ordem

As entregas dos animais (N=60)¹⁶ se caracterizaram por dois tipos: recolhimento de situação de vulnerabilidade e animais de estimação. Neste trabalho, a categoria de recolhimento engloba os animais que, após resgatados, não eram mantidos pelas pessoas em suas residências por mais de um mês. Segundo os relatos, 65% das entregas estava nessa situação. O restante das entregas (35%) veio de animais mantidos como de estimação. Nessa categoria considerou-se o tempo de permanência com o animal de mais de um mês, independentemente da situação que a pessoa declara ter originado sua guarda (compra, presente, resgate, apanha da natureza, etc).

¹⁶ Das 74 pessoas abordadas, 14 eram acompanhantes de quem veio entregar o animal. Como esta seção, Perfil das Entregas, trata da manutenção o animal em cativeiro, entrega no Cetas e afins, os acompanhantes foram excluídos da amostra para não haver redundância, obtendo-se aqui N máximo de 60. Ns menores se referem ao total de respondentes, pois nem todos respondiam a todas às perguntas.

No grupo de recolhimentos, os entrevistados atestaram que resgataram o animal por ele estar ferido, atordoado, sem a mãe, com dificuldade de voar ou por correr algum outro risco. Adicionalmente a esses argumentos, duas pessoas mencionaram a ilegalidade. Uma terceira pessoa falou sobre a ilegalidade aliada ao desejo de que o animal voltasse a conviver com seus pares na natureza. Houve ainda um entrevistado que alegou levar o animal ao Cetas por ter encontrado dificuldades de mantê-lo em sua casa, e ter medo de ele fugir.

Das 10 entregas em que os animais foram declarados como ganhados, comprados ou apanhados da natureza para estimação, todos segundo os entrevistados, ficaram com eles no mínimo um ano, alguns sendo mantidos por mais de 10 anos. Outra constante nesse grupo é que as razões pelas quais os animais foram entregues ao Cetas sempre envolvem conhecimento da ilegalidade e/ou a dificuldade de manter o animal em casa, seja por falta de quem cuide, risco de ataque de animais domésticos, agressividade do animal ou seu bem-estar.

Fato em destaque é que 64% dos 59 respondentes já tiveram algum animal silvestre, nativo ou exótico, na própria casa, na família ou vizinhança. Apesar de já terem convivido com animais silvestres, averiguou-se no levantamento que os conhecimentos sobre eles são, para a maioria das pessoas amostradas, uma zona obscura. Mais da metade dos 56 respondentes não conhecia os hábitos naturais dos animais que entregaram. O restante alegou conhecer costumes alimentares, sociais, reprodutivos e/ou comportamentais da espécie, mas, averiguando os detalhes das respostas, na maioria das vezes esse conhecimento era raso; alguns inclusive não condizentes com informações científicas da espécie.

Apesar de 65% dos respondentes (N=57) declararem não ter enfrentado dificuldades com os animais em suas casas, nem sempre os animais chegavam em estado de saúde ou comportamental condizentes com seu bem-estar. As dificuldades relatadas pelos demais foram: lidar com ferimento e doença; manejo; alimentação do animal; adequação ao ambiente; lidar com comportamento de estresse; agressividade com humanos; ameaça de animais domésticos; cuidados com filhotes sem a mãe.

O trabalho do Cetas e a própria instituição são pouco conhecidos do público. Apenas 9% (N=58) souberam o que fazer com o animal silvestre através de curso

superior ou local de trabalho, e 12% conseguiram a informação buscando amigos ou familiares ligados à área. A maioria (40%) disse que para dar encaminhamento adequado buscou dados na internet, e outros 15% em clínica veterinária ou *pet shop*.

Sobre o conhecimento do trabalho realizado no Cetas, 67% (N=57) disseram não saber de nada. Dos que sabiam algo, 14% mencionaram a reabilitação física e/ou comportamental do animal, outros 14% as mesmas reabilitações acompanhadas de soltura, e 5% apenas a soltura do animal.

Todas essas constatações nos mostram como o alcance do tema é baixo e como ele ainda precisa ser explorado para que as pessoas possam entender o impacto da posse de um animal silvestre e sentir segurança sobre o trabalho desenvolvido para fazer o correto. Sem conhecer sobre os animais, os efeitos nocivos de tê-los em casa (mesmo com boa intenção) e o que é possível fazer para reverter a situação, as pessoas continuam a mantê-los e adquiri-los ilegalmente.

5.4.3. Percepção do público sobre tráfico, posse de animais e consequências

O Quadro 2 apresenta respostas categorizadas às perguntas da 2ª página do roteiro de atendimento educativo e diagnóstico (Apêndice B). Apesar dos acompanhantes também serem questionados sobre essa seção, dos 74 abordados 13 responderam apenas a parte de perfil (1ª página do roteiro) alegando não ter disponibilidade para a seção de percepção (2ª página). Assim, o N máximo nela foi de 61, mas nem todos respondiam a todas as perguntas, seja pelo próprio andamento da abordagem, tempo ou outra razão pessoal. Nas duas primeiras perguntas, as respostas “sim”, “não” e “depende” são excludentes entre si, mas as justificativas apresentadas em cada uma das categorias não são. Isso quer dizer que o N total dos argumentos para uma resposta positiva, por exemplo, pode ultrapassar o N do “sim”, já que a pessoa poderia usar quantos elementos quisesse para explicar sua resposta. Na terceira pergunta ocorre algo similar na diferenciação de domésticos e silvestres. Cabe ressaltar que no quadro a seguir as perguntas estão em forma de tema para facilitar o entendimento das categorias, o que não significa que foram feitas com estas palavras.

Quadro 2- Resultados da percepção do público sobre posse ilegal e tráfico de animais silvestres

TEMA	PERCEPÇÃO	
	Sim (N=7) (11%)	Não (N=54) (89%)
Qualquer animal pode conviver no ambiente doméstico? N = 61	Se houver cuidados adequados com o animal (N=6)	Porque interfere no bem-estar* do animal *restrição de liberdade, cuidados inadequados, riscos à saúde, necessidades da espécie, mudança de hábitat (N=51)
	Se houver controle do risco à saúde humana (N= 2)	Porque para satisfazer a necessidade humana existe o animal doméstico (N=3)
	Se for legalizado (N=1)	Porque oferece risco à saúde humana (N=6)
	Se não estiver em extinção (N=1)	Porque gera impacto na natureza (N=9)
	Porque com o convívio o animal se acostuma (N=1)	
Há dano ao ambiente ao retirar o animal da natureza? N= 60	Sim (N=53) (88%)	Depende (N=7) (12%)
	Pode levar à extinção de espécies (N=9)	De qual animal é retirado (N=1)
	Impacta funções ecológicas/ecossistêmicas (N=49)	Da quantidade retirada (N=4)
	Impacto no bando (N=6)	Se é filhote ou mãe ou em reprodução (N=2)
Sabe a diferença entre animal doméstico e silvestre? N = 56	Doméstico	Silvestre
	Que tem dependência do homem (N=13)	Não é domesticado, vive solto (N=17)
	Nascido em cativeiro (N=3)	Seu hábitat é a natureza, nasceu ou está adaptado a ela (N=1)
	Domesticado: foi acostumado e está apto ao convívio com os humanos e seu ambiente (N=25)	Não adaptado ao ambiente doméstico, não quer contato nem depende do homem (N=15)
	Características do próprio animal: tem comportamento menos instintivo e capacidade de se adaptar ao ambiente doméstico, prefere contato humano (N=13)	
Sabe que é ilegal manter animal silvestre em cativeiro sem autorização? N= 57	Sim (N=49) (86/%)	Não (N=8 - 14%)
Sabe o que é necessário para ter animal silvestre legalizado? N= 60	Sim (N=34) (57%)	Não (N=26) (43%)
	Comprando de criatório legalizado (N=18)	
	Autorização do órgão ambiental (N=11)	
	Comprando de criatório legalizado e/ou com autorização do órgão (N=4)	
	Se tiver local adequado pode legalizar (N=1)	

	Sim (N=51) (84%)	Não (N=5) (8%)	Depende (N=5) (8%)
Quem <u>ganha</u> animal silvestre de vida livre contribui para o tráfico? N= 61		Se receber e entregar no local certo (N=2)	A pessoa pode não ter culpa, intenção tem que ser levada em conta (N=2)
		Se não gera renda (N=1)	Da origem do animal (N=1)
		Não justificaram (N=2)	Se a pessoa teve acesso à educação (n=2)
Quem <u>vende</u> animal silvestre de vida livre contribui para o tráfico? N= 60	Sim (N=58) (97%)	Não (N=1) (1,5%)	Depende da quantidade (N=1) (1,5%)
Quem <u>dá</u> animal silvestre de vida livre contribui para o tráfico? N= 58	Sim (N=54) (93%)	Não (N=1) (2%)	Depende (N=3) (5%)
			Da quantidade (N=1)
			Da informação que a pessoa tem (N=2)

Todo o processo da abordagem foi feito com muito cuidado, dedicando tempo e atenção suficiente para escuta, abertura para o diálogo, estabelecendo uma relação de confiança. Ninguém desta amostra foi atendido em menos de 25, 30 minutos. Os questionamentos eram feitos ao longo de um diálogo e não por um protocolo pergunta-resposta. Havia troca e respeito. O resultado foi que as próprias pessoas se envolviam na abordagem educativa e por vezes ficavam mais de duas horas, duas horas e meia no Cetas, mesmo algumas dizendo que estavam com pouco tempo. Ainda assim é importante lembrar que houve lacunas metodológicas que, em alguns casos, podem ter influenciado os resultados, mas, todavia, não os invalidam.

Na pergunta sobre domésticos e silvestres percebeu-se falha na coleta de informações, pois, quando da análise de dados, surgiram dúvidas na classificação de respostas. A pergunta era feita pedindo que o entrevistado não se restringisse a dar exemplos de animais, que buscasse definir as duas categorias dizendo o que entendia que diferenciava os dois grupos. Contudo, o registro das respostas não foi preciso e como não era possível consultar os respondentes depois sobre o que exatamente queriam dizer, foi difícil separar a categoria “domesticado” da “características do animal”. A essência da primeira classificação era dizer que o homem, em sua relação com o animal, provocou uma mudança neste. A segunda atribui a classificação de doméstico a características inerentes ao animal. De qualquer modo, nenhuma das respostas contidas nas categorias indicava clareza sobre o que realmente é um animal

doméstico. As pessoas que reforçaram características do animal não faziam a ligação de que eles não nascem assim e que tais características foram manipuladas pelos humanos; o mesmo se aplicando às pessoas que descreveram domésticos como dependentes das pessoas. As que atribuíam aos humanos as mudanças geralmente se referiam a ações reversíveis baseadas em condicionamento de hábitos, ao amansamento, e não à manipulação ao longo do tempo, com exceção de apenas quatro sujeitos, não incluídos no Quadro 2. Estes demonstraram claro conhecimento do processo que ocorreu há milhares de anos, tendo um deles até dito que nenhum animal é realmente doméstico; eram silvestres que sofreram ação humana. Uma 5ª pessoa não incluída nessas categorias disse saber que havia diferença entre domésticos e silvestres, mas não conseguiu especificar nada para ilustrar.

Já finalizado o trabalho, notou-se que as perguntas 2, 4 e 8 do questionário, por terem sido feitas de modo indutivo, podem ter influenciado as respostas. A pergunta 8 por exemplo, que obteve maioria esmagadora de respostas positivas, poderia ter sido feita de modo aberto: “Que tipo de ação das pessoas você acha que contribui para o tráfico de animais silvestres?”. Dado o alerta para consideração, referência, aprimoramento ou futura replicação, seguem os dados obtidos que continuam válidos.

De modo geral, pode-se dizer que em mais de 85% dos casos o público tem boa noção dos danos que manter animal silvestre em casa sem procedência pode causar para ele e para a natureza, bem como da ilegalidade dessa ação. Segundo os relatos, mais de 90% das pessoas viram os atos de vender, dar e comprar animais silvestres de vida livre como alimentadores do tráfico. No caso da última ação, foram 100% (N=61). 84% dos respondentes também traçaram essa relação com o ato de ganhar o animal.

Das 54 pessoas que responderam ao questionamento direto “Acha que manter animal silvestre em casa pode fazer mal para ele?”, uma disse que há prejuízo dependendo da espécie, e outra não identificou prejuízo algum, dizendo que o animal poderia sofrer se fosse solto. Uma terceira, apesar de apontar como prejuízo a falta de convívio com outros da espécie, também demonstrou preocupação com a soltura do animal. As outras todas que viram danos ao animal mencionaram elementos já listados no quesito bem-estar, exposto na primeira pergunta.

Apesar de formalmente relatarem ter as informações, percebe-se a distância entre ter consciência e estar sensibilizado para a causa. Muitas vezes as pessoas enxergam essas questões sobre as quais opinaram como algo externo a elas, principalmente em se tratando de animais recolhidos, situações em que as pessoas se enxergam como salvadoras, não como prejudiciais, e menos ainda como criminosas. Há de se considerar também que os resultados demonstram a falta de clareza em uma questão básica: quais são realmente os animais silvestres que não se pode ter em casa? Quais seriam aqueles que alimentam o tráfico, prejudicam a natureza e sofrem danos ao serem levados para casa? A diferenciação entre eles e os domésticos não está clara para quase todo o público atendido. Como adquiri-los legalmente também não é um conhecimento da maioria dos casos (mais de 60%, se levarmos em conta as informações equivocadas apresentadas sobre o assunto).

As percepções apresentadas acima, bem como o perfil do público e das entregas, foram analisadas e discutidas adiante tendo em vista o levantamento bibliográfico das publicações na área. Nem sempre havia grande valor comparativo devido às diferentes naturezas dos estudos, mas foi possível polemizar alguns aspectos muito relevantes para o presente trabalho, demonstrando fenômenos constantes e particularidades do público investigado.

5.5. Projeto de atendimento educativo com abordagem e materiais adequados ao público

Para que qualquer pessoa disposta a fazer o atendimento educativo, sendo capacitada, tivesse condições de acompanhar uma estrutura, um padrão e ter direções claras para a atividade, a autora do presente trabalho criou um Guia de Orientação para os Atendimentos do Cetas BH. Além de explorar a dimensão protocolar do atendimento com a emissão de termo comprobatório da entrega do animal, respostas aos principais questionamentos do público e informações diversas sobre a condução da abordagem educativa, explorou-se também como tratar as pessoas, lidando com suas possíveis alterações emocionais ou comportamentais, inclusive diante de regras e proibições da instituição. Para concluir a elaboração desse instrumento, houve atualização constante à medida que a prática e o desenvolvimento dos materiais

permitted improvements in the educational approach. As the trainees who had them as a base for their training also managed to give their opinion. The final version presented here proved to be quite effective in the training of the new team of trainees and volunteers of environmental education who carry out the services.

All the materials for use in the approaches with the public – to name: *banner* (Appendix A of the Guide), folder (Appendix B of the Guide), game (Appendix C of the Guide) and video (Appendix D of the Guide) – were elaborated taking into consideration the profile raised in terms of both form and content. Or rather, the language, the references, the examples and the expressions were proper for school-aged people, with access to some elements compatible with the range of the age group, but also with the socio-economic composition (residents of the capital or surroundings, having access to information through various channels, such as digital media, internet, social media, etc.) of a basic cultural capital common in regions with a relatively high HDI (relatively high, local elements, etc.). The content aimed to cover the main gaps identified in the approaches on perception, just as in the one pointed out in the bibliography, in the research on Cetas BH and in the survey carried out with other Cetas.

Another important aspect was to use different cognitive channels for learning and for this reason it was decided to diversify the use of communication channels, employing vision, touch and hearing in combined and interactive ways. The dialogues opened up great doors for interaction, which promotes affective connections with the experience and facilitates mnemonic fixation.¹⁷ The proposal was not to give a lecture, but to allow an encounter in which the person was heard and perceived and that would lead to sensitization. The choice of positive approaches facilitated this process. The valuation of the act of delivery accompanied by the real possibilities of change in reality and the vision of oneself as agents of change turned these people into potential multipliers of the cause. The gifts and the possibility of participating in a craft also reinforce these proposals.

¹⁷ Do grego *mnemoniké* [tékhne], “a arte de lembrar”. Técnicas mnemônicas visam facilitar operações de memória, ligando ideias e fatos difíceis de reter a fatos e a ideias mais familiares e mais simples. Associar dados a experiências pode ajudar nesse processo.

Assim, podemos resumir os materiais e as estratégias elaboradas em:

- *banner* “O que acontece com os animais que chegam ao Cetas”;
- vídeo educativo *Domésticos x silvestres: cada macaco no seu galho*;
- jogo educativo *Domésticos x silvestres: cada macaco no seu galho*;
- *fôlder* educativo “Abra sua Cabeça para os Animais”
(Quadro comparativo doméstico x silvestre x exótico; Lidando com fauna sinantrópica; Fluxograma resgate filhotes; Relação tráfico e posse ilegal; Como mudar esse quadro? Canais de denúncia, *sites* e telefones úteis;
- brindes com o *slogan* do projeto “Abra sua Cabeça para os Animais” com mensagem da causa no verso;
- *e-mail* padrão com materiais educativos extras;
- cadastro para sorteio de participação em soltura assistida.

Particularmente sobre o jogo, cabe esclarecer que a linguagem, o grau de dificuldade e o tipo de envolvimento foram pensados para o público em questão. Foi feita uma pesquisa bibliográfica à parte para que os educadores ambientais tivessem condições adequadas de aplicá-lo na população, fornecendo dados próprios de cada espécie, que muitas pessoas perguntam, ou que podem ser necessários ao fazer as diferenciações das categorias. Além disso, o Livro do Educador permite ir muito além das instruções ou de apenas fornecer respostas “certo x errado”. Nele há maneiras de propor desafios de modo interativo, discutindo possíveis questões que venham a surgir com fichas elaboradas com esse propósito. As miniaturas de animais foram encomendadas de uma bióloga artista, que já tinha sido estagiária e depois voluntária no Cetas, e tem conhecimento anatômico dos animais. Tem também a habilidade e a prática de confeccioná-los de maneira caricata para reconhecimento, e atrativa o suficiente para leigos, o que facilitou bastante o uso das peças. Além disso, como os materiais não contaram com recurso público específico, a artista vendeu seus produtos à presente autora por um valor simbólico para ajudar a causa e o projeto. Tendo em vista o limitador financeiro e também a possibilidade de replicação do jogo futuramente em outras unidades de Cetas, ou quaisquer outros locais que se interessarem, os materiais usados na confecção são simples, facilmente encontrados e de baixo custo. Para fins de replicação, cada um deles está descrito junto às instruções do jogo. O jogo pode ser

usado de acordo com o interesse e a disponibilidade de tempo do público, sugerindo-se no mínimo quatro fichas para caráter comparativo; em torno de 20 minutos.

O vídeo foi elaborado tendo em vista a proposta de diversificar canais cognitivos de aprendizagem, mas também cobrir as possibilidades de educar quem estivesse sem muito tempo para se dedicar à abordagem. Outro aspecto considerado é o tom do vídeo, propositadamente realista, leve e com resquício cômico para que as pessoas pudessem tanto se identificar quanto quebrar resistências. Um vídeo rápido e simples, com imagens reais dos animais do Cetas e também de animais domésticos. O limitador dos recursos impediu que fosse contratada uma empresa para a atividade, mas a ferramenta atendeu, uma vez que, assim como com os outros materiais, a proposta foi criar uma versão piloto para uso imediato e teste. Quando houver devido investimento, os pilotos podem ser aprimorados e replicados.

Sobre o *banner*, o conteúdo foi exaustivamente discutido por toda a equipe. Os recursos também impediram contratação de serviço especializado, mas a arte gráfica foi feita por uma voluntária apoiadora da causa, com formação na área. Nos momentos iniciais do projeto os *banners* foram impressos em papel comum A3, como pôsteres, e afixados em locais estratégicos para a abordagem. Posteriormente conseguiu-se a impressão de cinco *banners* custeada pelo IEF, através de contratação de gráfica terceirizada, assim como 5 mil adesivos com o *slogan* do projeto. Em 2019 esse material foi aprimorado pela Assessoria de Comunicação do Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais (ASCOM) mas sua nova versão, devido a dificuldades da máquina pública, em especial após a troca de governo, até a finalização deste estudo ainda não tinha sido impressa.

A elaboração do conteúdo do fôlder foi longa e minuciosa, baseada principalmente nos resultados dos diagnósticos realizados. A distribuição de materiais no período eleitoral por órgãos públicos estaduais foi vedada, mas o piloto foi distribuído sem os logotipos oficiais dos governos. A impressão foi inicialmente feita de improviso, como a dos *banners*: em papel A3 comum nas impressoras do Ibama, quando havia folha. Em 2019 a ASCOM também fez a nova versão. Pelas mesmas razões, até a finalização desta publicação, ainda não havia uma nova tiragem sendo

produzida. A ASCOM também foi acionada para revisão e adequação dos outros materiais, mas não há prazo de entrega dos produtos.

Além do adesivo com o *slogan* da causa do projeto “Abra sua Cabeça para os Animais”, foram produzidos outros dois tipos de brinde para distribuição à população. Contudo, como não houve recurso disponível, e por entraves burocráticos como restrições do período eleitoral, vinculação dos recursos e prazos de abertura do sistema público de compras, os chaveiros e espelhos de bolsa foram encomendados e custeados pela presente autora em quantidades reduzidas para checar a aceitação e resposta do público ao incentivo para participar das abordagens e convite para multiplicar a causa. Apesar da boa aceitação do público, até a data supracitada não haviam sido produzidos pelo poder público pelas mesmas razões que os outros.

Todos os instrumentos apresentaram ótimo retorno do público no período em que foram usados. Os *e-mails* com materiais extras foram constantemente solicitados, e houve interesse nos cadastros para participar do sorteio de duas vagas na soltura assistida, que infelizmente acabou não ocorrendo pelos mesmos motivos já mencionados.

6. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Quanto à estrutura de combate ao tráfico e toda a sua cadeia, o Brasil lida com vários tipos de desafios já mencionados: orçamentários, procedimentais, de capacitação, de competência jurisdicional e de integração. Além da quantidade insuficiente, os Cetas pesquisados sentem particularmente a escassez de recursos, em especial aqueles destinados à qualificação de funcionários, à adequação da estrutura física e ao monitoramento das ações de soltura.

A posição do presente trabalho é consonante à de Skrabe (2009) no que se refere às soluções. Mesmo que houvesse melhorias na logística, na infraestrutura e nas ações fiscalizatórias, e ainda que as deficiências processuais e penais fossem amenizadas/sanadas, sabe-se que simplesmente endurecer a repressão não garante a efetividade no combate ao tráfico. Há pouco interesse da sociedade civil em denunciar crimes ambientais, seja por falta de confiança no sistema, seja por desconhecimento da possibilidade de anonimato do denunciante. O tráfico de animais silvestres configura um problema social com o agravante de ser alimentado por uma prática cultural fortemente enraizada. Na visão do senso comum, de parte da mídia e até do poder judiciário, na verdade, “não há mal algum se o animal for bem cuidado”. Uma transformação efetiva da realidade desses animais requer amplo processo de mudança sociocultural.

Nessa perspectiva, a educação ambiental surge como ferramenta ideal, pois, além de não exigir mudanças na legislação e demandar menos recursos financeiros do que os investimentos no combate, ao discutir e reconfigurar valores culturais referentes aos animais silvestres, pode gerar efeitos mais duradouros. Segundo Layrargues (2006, p. 4): “[...] a Educação, em tempos de crise ambiental, tem-se revestido majoritariamente da função moral de socialização humana ampliada à natureza, rumo à construção da ética ecológica no terreno da cultura”.

Naconecy (2006) discorre sobre uma área da filosofia que trata de uma relação ética entre os animais humanos e não humanos. Para alcançá-la, deve-se superar o antropocentrismo moral, cujas raízes religiosas colocam o homem em posição de domínio, justificando que se não há consciência, não há *status* moral. Há de se

transpor também o argumento relativista, que prega que o tratamento dos animais é uma questão de escolha e depende de valores pessoais e culturais, bem como a distorção de aspectos ecológicos, que usa de elementos naturais para outras espécies, por exemplo, competição e dominação, para justificar abusos dos homens contra a fauna. Para reconfigurar a cultura de modo a contemplar uma ética animal, é requisito que se reconheça o valor intrínseco deles e, assim, que se respeitem alguns princípios. A saber, não se pode lhes infligir dor ou sofrimento nem, de forma deliberada ou desnecessária, privá-los de liberdade, tirar-lhes a vida ou interferir no seu desenvolvimento em estado natural. Seja utilizando a premissa de parentesco entre humanos e animais devido à evolução das espécies descrita por Darwin, seja através do argumento religioso, de acordo com o qual os animais também são seres criados por Deus, temos uma obrigação moral e ética para com os animais. O presente estudo endossa as colocações do autor supracitado e acrescenta que é fundamental a legitimação por instrumentos jurídicos e políticas públicas que explicitamente reconheçam o valor intrínseco da fauna (e não só sua utilidade ou direito de uso por futuras gerações) e descrevam parâmetros práticos e objetivos para essa relação. As mudanças culturais são lentas e necessitam de apoios mais consistentes.

Qual seria então o caminho a ser percorrido nessa jornada de mudança paradigmática no campo da ética animal e das práticas culturais? Grandes campanhas têm seu lugar, mas projetos locais coordenados podem ter efeitos mais diretos, se há conhecimento a respeito do interlocutor. É necessário divulgar a causa a todos, mas se pautar exclusivamente em ações genéricas pode não trazer efeitos para ninguém.

Quintas (2005, p. 126) afirma que algumas variáveis influenciam na forma como as pessoas veem questões ambientais:

O modo de perceber determinado problema ambiental, não é meramente uma questão cognitiva, mas é mediado por interesses econômicos, políticos, posição ideológica e acontece em um contexto social, político, espacial e temporal.

Entender, antes de tudo, com quem se discute determinado assunto, qual lugar seu público ocupa, auxilia bastante no diálogo e na possibilidade de mudança daquela realidade. Assim, a seguir discutiremos como o perfil e as percepções do público em

questão se configuram no contexto das publicações analisadas e que implicações trazem para o presente trabalho.

O estudo de Aragão e Karama (2014) com os visitantes adultos de um zoológico em Brasília, e o de Canto (2016) com donos de animais silvestres ilegais em Lábrea tiveram mais mulheres que homens entrevistados, bem como este trabalho. Como o público é diferente, torna-se bastante especulativo discorrer sobre uma razão para a similaridade desse aspecto. O fato de mais mulheres entregarem animais não necessariamente diz que mais mulheres os mantêm em suas residências ilegalmente, já que algumas pessoas levam os animais alegando serem de terceiros. Suposições sobre um maior tempo disponível ou maior afinidade feminina para os cuidados precisariam de informações que não estão disponíveis sobre cada realidade local – por exemplo, taxas comparativas, entre gêneros, de desemprego, ocupações do lar e responsabilidade pelos cuidados com o animal. Desse modo, o mais prudente é apenas constatar que mulheres são maioria nesse contexto.

Quanto à faixa etária, no estudo de Canto (2016), bem como a apresentada neste trabalho, foi bem distribuída em porcentagens semelhantes (22% a 28%) entre adultos jovens e maduros (18 a 24 anos; 31 a 40 anos e acima de 50 anos). Canto, contudo, não fez divisão entre pessoas com mais de 50 anos. Esse aspecto seria relevante para comparações com a amostra de Belo Horizonte, em que as faixas de 56 a 65 anos e 66 a 75 são pouco representativas (menos de 10% cada) se comparadas às outras faixas etárias (18 a 25 anos, 26 a 35 anos, 36 a 45 anos e 46 a 55 anos), que variaram de 18 a 22% cada uma. Claramente idosos não se destacam entre as pessoas que levam animais ao Cetas BH, o que é endossado pela taxa de apenas 1% da amostra de pessoas acima de 76 anos. Cabe expor como conjecturas sobre os idosos serem minoria elementos que, informalmente, apareciam nas entrevistas: as dificuldades naturais de locomoção e gasto energético da idade, e o fato de que alguns entrevistados colocavam que os animais pertenciam a seus pais ou avós, que não tinham mais condições de saúde para cuidar deles, tendo alguns sido convencidos sobre a entrega e outros “enganados” para que os animais fossem levados. Ou seja, idosos não constarem como um grupo expressivo nas entregas de animais não denota, por si só, que não figuram em maior volume entre os donos. Vale lembrar que a prática,

que no Brasil atravessa gerações, configura-se com ampla distribuição de idades na população amostrada.

A renda propriamente não foi abordada na amostra do Cetas BH, mas o IDHM do bairro ou município de residência de quem fez a entrega era, na maioria dos casos, alto. No caso de Lábrea, temos que é um município que já possui IDHM baixo (0,531) e a amostra do estudo foi representativa dessa realidade: dos entrevistados, 45% recebiam menos que um salário mínimo, ninguém ganhava acima de seis, e só 12% entre três e seis salários mínimos. O único elemento comum nesses casos é que os indicadores socioeconômicos locais estão bem representados nas respectivas amostras. Partindo desses dados, não é possível afirmar que pessoas financeiramente mais carentes tendem mais a praticar a posse ilegal, tanto pela seleção de bairros em Lábrea quanto pela realidade socioeconômica da cidade em si, que poderiam enviesar a amostra, se não fossem considerados de antemão.

Com os dados da presente pesquisa não se pode dizer muito dos proprietários, uma vez que quem entrega não necessariamente é o responsável pela posse ilegal. Na amostra de quem entrega, temos mais residentes da capital, e os sujeitos residem majoritariamente em regionais com IDHs mais altos, em comparação com as outras unidades regionais, mas há de se levar em conta a questão do deslocamento. A facilidade de locomoção portando um animal ilegal é maior para quem tem poder aquisitivo mais alto e possui veículo próprio, combustível ou tem maior acesso financeiro a serviços de transporte pago, como táxis ou veículos por aplicativos. A proximidade física do Cetas com algumas regionais de IDHM mais alto também deve ser considerada. Ainda assim, na amostra há representantes de todas as regionais de Belo Horizonte, de fora da capital e mesmo de sua região metropolitana, denotando variedade dentro do público local estudado. O fato de os IDHs locais já serem mais altos nessa região de Minas Gerais é outro aspecto que interfere bastante na composição da amostra em si. Outro aspecto fundamental nessa análise é que o IDHM é um indicador que combina outras duas variáveis, sendo uma delas abordada no presente estudo: a escolaridade.

Informações sobre escolaridade dos entrevistados foram levantadas por quatro estudos. Além de Canto (2016) e Aragão e Karama (2014), Pessoa, Wagner e

Langguth (2013), em seu estudo com unidades familiares de alunos de seis municípios da Paraíba, e Costa (2012), entrevistando proprietários de aves em Santa Bárbara do Pará, abordam o assunto. De modo geral, o nível de escolaridade é baixo: 14% da amostra de Canto (2016) é analfabeta, e a maioria cursou ensino fundamental (31% completo e incompleto), assim como os pais dos alunos do estudo de Pessoa, Wagner e Langguth (2013) (mais de 40% têm ensino fundamental incompleto), e 10% deles nunca estudaram. O ensino fundamental, completo e incompleto, também figura como nível escolar da maior parte da amostra de Costa (2012). A exceção é o estudo de Aragão e Karama (2014), no qual a maioria das pessoas abordadas possuía curso superior, como no presente trabalho. Cabe salientar que o IDH de Brasília, onde se deu o estudo, é muito próximo ao de Belo Horizonte e Região Metropolitana, sendo ambos classificados como muito altos, contrapondo-se ao dos municípios citados no Norte e no Nordeste do país. Vale lembrar ainda que no estudo da capital mineira foram abordadas pessoas que entregaram os animais no Cetas, e na capital federal tratou-se de visitantes de um zoológico. Nesses casos, claramente pessoas com níveis escolares mais altos se destacaram numericamente. Nas duas situações há possibilidade de o acesso amplo a informação, ligado a um possível capital cultural mais elevado, ser uma variável relevante.

No que tange à posse ilegal de um animal silvestre, de acordo com os dados analisados, a escolaridade, assim como a renda, não parece ser critério excludente. Apesar de a ocorrência ser mais alta entre classes mais baixas, há que se levar em conta a realidade locacional dos estudos e o fato de diversos níveis de escolaridade serem representados nas amostras. Adicionalmente, o dado de alto nível escolar de quem entrega não implica obrigatoriamente que a posse seja daquela pessoa, mas pode dar um indicativo. É possível que renda e escolaridade influenciem a escolha de uma determinada espécie ou categoria de animal silvestre como *pet*, mas, de modo genérico, as análises do presente estudo corroboram as conclusões de Canto (2016) de que ambas não se apresentam como elemento categórico para a posse de silvestres para estimação. Assim como acontece na criação de animais domésticos na sociedade moderna ocidental, eles estão presentes em lares de diversas classes socioeconômicas.

A respeito das profissões, as pesquisas não dispõem de dados sobre a relação delas com a área ambiental. O mais próximo desse assunto que se pode chegar com as publicações analisadas está no aporte relevante de agricultores mencionado por Canto (2016) e Pessoa, Wagner e Langguth (2013) em suas amostras, uma vez que tal ocupação pode facilitar o contato com animais. Ainda assim, esse elemento sozinho não pode ser tomado como conclusivo, já que tal atividade nessas regiões é comum por diversas razões e que o contato com o animal não necessariamente pressupõe sua posse. Ter acesso mais fácil, por si só, pode levar à admiração e ao respeito apenas, não implica captura. No presente estudo, a presença da relação com a natureza ou com animais no curso superior (21%) ou na atividade profissional (14%) foi minoria, demonstrando que esse não é um pré-requisito para se entregar um animal voluntariamente. Não se trata de ter informação a respeito ou ligação diária com animais e outros elementos naturais; as razões que levam as pessoas a entregarem um animal silvestre ilegal são diversas, individuais e dependem de algumas variáveis.

Antes de abordar motivações de entrega, cabe lembrar que no presente estudo houve expressivo número de pessoas que declararam estar recolhendo o animal de uma situação de vulnerabilidade e não buscando ter animal de estimação. Para fins de classificação, usou-se o tempo de permanência de no máximo um mês com o animal como critério para definir se seria considerado *pet* ou apenas resgatado, nos casos em que os sujeitos declaravam tê-lo encontrado. A maioria das entregas (65%) se encontrou nessa categoria. Na pesquisa realizada por Souza *et al.* (2007), que analisou dados contidos nas fichas de recebimento de animais silvestres do RAN, tomando o critério do tempo como base, os resultados foram próximos da realidade do Cetas BH. A maioria dos sujeitos permanecia menos de um mês com os animais: 50% dos que estavam com quelônios (jabutis, tigres d'água e tracajás), mais da metade de quem estava com squamatas (iguanas e serpentes) e mais de 40% de quem levou crocodilianos (jacarés). Há que se considerar, contudo, que as fichas de entrega de squamatas contemplavam uma boa parte de animais apreendidos por denúncia, não sendo adequado usar essa ordem de répteis como exemplo de entrega voluntária em sua totalidade.

No grupo de recolhimentos do Cetas BH as razões apresentadas para entrega, segundo as declarações, eram direcionadas ao bem-estar do animal, relacionadas aos cuidados por estar ferido, doente, ser filhote perdido ou estar correndo algum outro risco. Houve argumentos adicionais, mas, de modo geral, o perfil era esse. No caso de *pets* que os sujeitos declaravam ter adquirido por outro meio que não resgate, as motivações eram, geralmente, voltadas para si, declarando conhecimento ou preocupação com a ilegalidade e dificuldade de manter o animal em casa por diversas razões. No caso de animais mantidos como de estimação, mas em que a origem declarada para obtenção era o resgate, houve os dois tipos de motivo para entrega: “altruístas” do primeiro grupo e “egoístas” do segundo. No estudo de Souza *et al.* (2007) só apareceram justificativas do segundo grupo, sendo o “desinteresse pelo animal” a mais expressiva em todas as ordens de répteis entregues voluntariamente. Importante ressaltar que neste trabalho não foi estabelecida a correlação entre tempo de permanência com o animal, origem declarada e motivo de entrega.

Diante desses resultados, temos que muitas pessoas buscam os centros afirmando querer ajudar um animal silvestre vulnerável. É preciso lembrar, contudo, que não há como atestar que todos os animais apresentados como resgatados realmente o foram. Cabe esclarecer que 46% das entregas desse grupo no Cetas BH eram de passeriformes e psittaciformes, e que algumas das espécies dessas ordens ditas resgatadas não ocorrem naturalmente na região onde disseram que elas foram encontradas. Outro ponto relevante é que alguns destes animais trazidos, como o pássaro preto, a saíra azul, o papagaio verdadeiro, a maritaca e o periquito-do encontro amarelo são, sabidamente, muito visadas para fins de estimação. Ainda há que se considerar que mesmo não sendo prevalentes, dentro deste grupo apareceram preocupações com a ilegalidade da posse. Alguns chegaram a comentar que lamentavam não poder continuar com eles, como o casal que tentou domesticar um beija-flor tesoura e só levou o animal porque ele não estava mais se alimentando adequadamente. Houve também casos curiosos como o de 10 filhotes de irerê que foram *resgatados da captura para estimação* por vizinhos da pessoa que os trouxe. A despeito desses elementos, é expressiva a ocorrência de fauna sinantrópica, de filhotes e animais feridos que indicam legítimo recolhimento. Mesmo com estas

pessoas, é flagrante a necessidade de abordagens educativas, pois, várias já tiveram um animal silvestre antes; não conheciam os hábitos naturais da espécie; não conseguiam diferenciar doméstico de silvestre e/ou levaram o animal apenas por não poderem ou conseguirem cuidar dele em casa. Esse público em especial é o que menos faz a conexão da posse ilegal com o tráfico de animais silvestres, pois, além de não haver movimentação financeira envolvida, com frequência ponderava apenas a própria intenção de ajudar, desconsiderando o valor do exemplo se ficassem com eles, a estimulação da prática e também os prejuízos para o meio ambiente e para o animal. Mesmo se formalmente declarassem conhecer as consequências, não se viam como agentes causadores delas, apoiando-se no, muitas vezes, legítimo intento benéfico do ato prejudicial.

Sobre aqueles que declaradamente optam por ter um animal silvestre ilegal como de estimação, há grandes chances de entregá-lo voluntariamente para os órgãos competentes apenas se estiverem preocupados com as consequências da atividade ilegal, se tiverem algum problema para mantê-lo (financeiro, de espaço, de manejo, cuidados, etc.) ou se perderem o interesse nele. Poucas foram as declarações que buscavam somente o bem-estar do animal, raras as que mencionavam a volta dele a seu ambiente natural, e nenhuma focou em reparar o equilíbrio ecossistêmico.

Dito isso, cabe explorar os argumentos para manter os animais silvestres como de estimação, apresentados nos demais estudos para completar a discussão sobre o tema. Os alvos de interesse para ter *pets* silvestres variam bastante. Vocalizações aparecem em primeiro lugar (37%) no estudo de Costa (2012) com aves. No trabalho de Canto (2016), o fato de sempre gostar de ter animais por perto é a razão mais citada (36%), e na pesquisa de Dias Júnior (2010) com a população de Macapá, a diversão é o que mais alimenta essa prática (37%). Há todo tipo de pretexto: desde os tradicionais “beleza” e “necessidade de companhia”, passando por “desejo de ter um animal diferente” e “*hobby*”, e até mesmo “para se sentir melhor, combater estresse e ter laços afetivos com algo”.

Claramente essas respostas são focadas exclusivamente nas vantagens que o homem pode obter ao ter um animal silvestre em sua posse. Denotam um triste domínio sobre outra espécie por questões frívolas, que poderiam ser satisfeitas de

diversas outras maneiras, sem sacrificar e prejudicar vidas, basicamente, por prazer humano. A questão do costume de conviver com aves por si só não é algo justificável. Hábitos, quando prejudiciais ao coletivo, e ainda ilegais, podem e devem ser readequados. Por ser um dos focos deste trabalho, trataremos desse aspecto de mudança cultural e de atitudes novamente na seção de Discussão.

Quanto às vocalizações, podem ser ouvidas, assim como a beleza pode ser vista, ou qualquer característica particular do animal pode ser apreciada, em seu ambiente natural, em “santuários” e zoológicos, ou mesmo em vídeos, sem ter de aprisioná-los para isso. As demandas por companhia, amenizar estresse e criar laços afetivos podem ser preenchidas, dentre outros, por um animal doméstico, que é adaptado e tem ganhos com nossos cuidados. O desejo de ter algo diferente dos outros ou manter um *hobby* pode ser atendido com objetos inanimados diversos ou mesmo atividades humanas. Não há nenhuma necessidade humana real a ser satisfeita em ter um animal silvestre de estimação. Nem há nada a respeito do que se declara esperar deles que não possa ser substituído por outras práticas. O estudo de Dias Júnior (2010) é o único que liga a estimação ao consumo, com apenas 4% de sua amostra dizendo criar os animais silvestres para consumir depois. Mesmo esse caso deve ser cuidadosamente analisado, tendo em vista que os dados apresentados não caracterizam o uso como de subsistência. Pelo contrário: quando os entrevistados foram indagados sobre a motivação para uso alimentar de animais silvestres, 36% disseram tratar-se de costume; 28% para variar o cardápio ou por curiosidade; e 25% por considerarem a carne mais saborosa que outros tipos. Ou seja, é uma prática totalmente substituível no universo estudado. Dias Junior (2010) complementa dizendo que o consumo para alimentação parece estar mais relacionado à questão cultural do que à econômica, corroborando resultados de dois outros estudos em comunidades amazônicas que descrevem a prática como regular, mesmo que haja carne de domésticos disponível.

Importante mencionar que vários dos trabalhos analisados aludem a outros usos de animais silvestres, como o consumo para se alimentar. No presente estudo optou-se por tratar de animais silvestres usados ilegalmente como *pets*, fruto direto do tráfico ou não. O tráfico é amplamente abordado, mas a atividade da captura em si ou do

combate a ela e à comercialização são tratados como contextuais, uma vez que o foco deste estudo está em atacar a causa, mais especificamente no que tange às pessoas que mantêm esses animais como de estimação, público direto do Cetas.

Sobre a posse de animais silvestres em casa, mais da metade dos visitantes do zoológico de Brasília (52%) declarou que já teve, tem ou gostaria de ter em casa (ARAGÃO; KARAMA, 2014). Da população entrevistada em Macapá, 48% teve ou tinha (DIAS JÚNIOR, 2010). Dos donos de animais silvestres ilegais de Lábrea amostrados, 76% já haviam tido um antes (CANTO, 2016), e no presente estudo, 64,4% dos respondentes declararam já ter tido algum na própria casa, na família ou na vizinhança. No artigo de Islas e Behling (2016) sobre a problematização do tráfico e da posse ilegal de animais silvestres nas escolas com alunos e professores da rede municipal de Capão do Leão, Rio Grande do Sul, apenas um professor demonstrou interesse em ter um lagarto, por ser diferente. Contudo, quase todos os sujeitos abordados possuíam ou conheciam quem possuísse pássaros em gaiolas, alguns tendo informações sobre a situação de legalidade e outros não. Tais números reforçam a teoria de que se trata de um hábito cultural mantido por mais de uma geração e que muitas vezes se repete, tendo em vista os já discutidos baixo alcance e efetividade das medidas repressivas e o pouco investimento financeiro, institucional e estratégico em projetos preventivos.

Nesse contexto, cabe trazer a questão das formas de obtenção dos animais silvestres ilegais. Se comparados entre si, os estudos que apresentam dados sobre isso divergiram bastante. Neste estudo, a maioria dos entrevistados que possuía animal silvestre de estimação (43%) o obteve ao encontrá-lo. Esses resultados coincidem apenas com os do trabalho de Silva, Otávio e Freire (2017), cujo público é semelhante, e que revelou que mais da metade dos animais também foram encontrados, de acordo com as pessoas que os levaram. Na pesquisa de Costa (2012), a maioria dos entrevistados (45%) comprou, e na de Dias Júnior (2010), ganhou de presente. Canto (2016) apresenta porcentagens iguais para quem ganhou (31%) e para quem capturou na natureza ou recuperou de caça. Nos outros três estudos animais retirados de seu meio foram minoria: em Costa (2012), apenas 2%; neste, 9%, mesma

porcentagem dos comprados, e em Dias Júnior (2010), 17%. No de Souza *et al.* (2007) essa categoria nem sequer aparece.

Pode-se observar que os tipos de procedência se repetem: comprados, doados, achados ou capturados, variando as quantidades de acordo com cada contexto. Todas elas, envolvendo ou não o fator monetário, de algum modo alimentam a cadeia do tráfico. O que movimenta essa atividade criminosa e altamente danosa ambientalmente é a demanda. O fato de ter um animal em casa ilegalmente, independentemente de sua origem, influencia os pares daquele sujeito a naturalizarem a prática, além de servir de modelo, ao relativizar a impunidade. Se a pessoa não entrega nem é denunciada, ela pode ser estimulada à reincidência e ainda incentivar terceiros. Ao manter o animal sob sua guarda, a pessoa não o priva somente de viver plenamente e seguir seu ciclo; ela também interrompe sua função ecológica, seu papel no ecossistema. A cada vez que se permite que um indivíduo, por mais bem-intencionado que esteja, permaneça em sua casa com um animal que antes vivia livre, se aceita e se endossa o ato de sua retirada. É como desconsiderar, quando conhecidos, os efeitos que retirar um animal da natureza e mantê-lo em casa pode ter para o meio, para os animais e para os humanos.

No estudo de Canto (2016) observou-se que os riscos sociais, sanitários e ambientais inerentes à posse de animais silvestres são desconhecidos pelos criadores. Mais da metade dos participantes não associa a posse com consequências para a sociedade, os animais ou o ambiente como um todo. Contudo, estes resultados são exceção no cenário. No presente trabalho, bem como nos trabalhos de Islas e Behling (2016), Gomes (2017), Pessoa, Wagner e Langguth (2013) e Dias Júnior (2010), a maioria do público declarou saber dos danos que a captura de fauna de vida livre pode gerar no meio ambiente, citando principalmente a interrupção de funções ecológicas. Danos para os animais de cativeiro também são reconhecidos pela maior parte da amostra deste trabalho, da de Costa (2012) e da de Islas e Behling (2016). Ciência sobre a ilegalidade da atividade é outra constante nesta publicação, na de Islas e Behling (2016), assim como na de Dias Júnior (2010).

Discutir o conteúdo em si é premissa básica, mas não esgota o tema. É fundamental tornar o público ciente da realidade, mas ela só é absorvida à medida que

faz algum sentido para seu interlocutor. Do contrário, o que for dito pode simplesmente ser distorcido para se encaixar no que as pessoas querem acreditar. Os resultados abaixo exemplificam essa premissa.

Para os entrevistados por Canto (2016), as proibições legais sobre o tema não possuem justificativas razoáveis, pois não fazem distinção entre o tráfico e a posse de escala local, julgada não prejudicial para os animais. A maioria deles nivela o tráfico de animais ao de pessoas, armas ou drogas, mas não se vê como parte dele. Segundo Souza *et al.* (2007, p. 72): “A modalidade de pet shop é a que mais incentiva o tráfico de animais silvestres no Brasil. Devido à grande procura, quase todas as espécies da fauna brasileira estão incluídas nessa categoria”. A diferenciação entre quem possui e cuida de um animal (mesmo que retirado da natureza e/ou vendido localmente) e quem comercializa em larga escala e maltrata é dicotômica, maniqueísta e cega.

No presente estudo, mais de 83% das respostas apontaram os atos de vender, comprar, ganhar e dar animais silvestres de vida livre como alimentadores do tráfico. Nesse caso, como a maioria declarava ter encontrado o animal, de certa forma se colocavam como fora desse quadro. Mesmo quando incluídas nas atividades acima descritas, buscavam, pelo amor e pelos cuidados despendidos ao animal, colocar-se em outra posição. Outro aspecto relevante é que várias pessoas associam o tráfico à questão monetária, não fazendo a conexão com a questão crucial que é a demanda. Esse fator também aparece na pesquisa de Skrabe (2009), quando os entrevistados se declaram mais propensos a denunciar quem vende e compra do que quem ganha um animal silvestre ilegal. É mais prático, e muitas vezes até inconsciente, localizar o problema externamente, continuar a manter suas práticas e não abalar suas crenças. “Para quê discutir sobre as consequências da posse ilegal quando o real problema é o traficante explorador?” Há a visão errônea e perigosa de que os problemas estão nas intenções e nos grandes volumes.

Conforme já foi visto, ter ciência de ilegalidade e dos prejuízos diversos da posse ilegal não pressupõe necessariamente que as pessoas agirão de acordo com o que sabem. O problema, ao não ser percebido direta e concretamente pelos sujeitos, pode ser relativizado a ponto de muitas vezes ser tratado como se não existisse. Nesse caso não seria um bloqueio diante de algo maior que eles, mas uma distorção pelo

distanciamento. Muitas vezes as pessoas que criam ilegalmente, diante da impunidade do ato criminoso, da distância dos danos diretos ao meio ambiente e da aplicação de parâmetros humanos para o bem-estar dos animais, entendem que na prática não há nada de realmente errado e ruim acontecendo.

Essa é uma problemática frequentemente enfrentada pelos educadores: os indivíduos não se sentem inseridos no meio ambiente, dificultando o processo educativo, por excluírem a realidade do contexto, como se o problema não fosse de todos (CRESPO, 1998 *apud* ISLAS; BEHLING, 2016).

Elas precisam ver nas informações que lhes são passadas algo que ressoe em suas vidas. Ao falar de quem adquire o animal para estimação, o primeiro passo é discutir sobre eles. Apesar de não lhes faltar conhecimentos sobre os fatos ligados ao animal, pouco ou nada sabem sobre sua realidade, suas condições, seu ser. Se o objetivo é que os homens respeitem os outros animais, premissa fundamental é que os conheçam. Não como se dispõe a conhecer, mas como eles realmente são; como funciona sua existência.

Boa parte dos criadores ilegais não apresentava familiaridade real com os animais. No presente estudo, apesar de 65% declararem não ter enfrentado dificuldades com os animais em suas casas, nem sempre estes chegavam ao Cetas em estado de saúde ou comportamental condizentes com seu bem-estar. As dificuldades relatadas pelos 35% restantes se relacionavam a diversas áreas: saúde, manejo, alimentação, condições ambientais, comportamentos, cuidados com filhotes. Apesar de a maioria dos entrevistados de Costa (2012) também alegar não ter dificuldades para manter em casa os animais, 64% não conhecem o comportamento selvagem das aves. Os outros 36% reconhecem apenas fatores básicos, como onde encontrar, alimentação e vocalização. No caso dos entrevistados do Cetas BH, a maioria também não conhecia os hábitos naturais dos animais entregues. Quem alegou conhecer se referia a costumes alimentares, sociais, reprodutivos e/ou comportamentais da espécie; mas em vários casos o que foi dito não estava de acordo com os conhecimentos ecológicos e veterinários sobre as espécies.

No estudo de Islas e Behling (2016), apesar de os docentes abordados apresentarem uma visão respeitosa e conservacionista, na maioria dos casos, foram

identificadas algumas lacunas. Foi percebido distanciamento entre o ambiente urbano (no qual os sujeitos estavam inseridos) e o ambiente considerado natural (onde a fauna vive). Além de a fauna sinantrópica não aparecer nos relatos, também se notou clara predominância de animais exóticos quando foi pedido que se exemplificassem os silvestres. Outro aspecto falho foi que os ecossistemas mencionados geralmente não incluíam aqueles mais característicos da região de estudo. Dificuldades semelhantes foram encontradas no presente trabalho, ao se deparar com a pergunta sobre diferenciação entre animais silvestres e domésticos. Com raras exceções, o público não sabia definir o que era um e o que era outro. O tipo de descrição dada geralmente remetia a visões equivocadas e que permitiam tratar animais silvestres como domésticos e mesmo a atribuir a diferença aos indivíduos, a como eles reagem ao amansamento, e não às espécies.

Tais elementos evidenciam o descolamento cultural da realidade natural e local na qual os brasileiros estão inseridos. Situação que muitas vezes tanto as mídias quanto os livros didáticos produzem e reproduzem.

Na pesquisa de Aragão e Karama (2014) no zoológico, mais da metade dos entrevistados dizia que seus conhecimentos sobre animais vieram da TV, e, quando indagados sobre animais que tinham interesse de visitar, 64% dos listados eram exóticos. No caso da população abordada no estudo de Gomes (2017), próximo a ASAS, mais da metade disse que suas noções sobre o assunto adivinham de seus pais. Quando indagados se havia projetos de educação ambiental na região, a grande maioria disse que sim, mas não soube descrever quais. No presente trabalho, a maioria dos entrevistados disse ter tomado conhecimento sobre a existência do Cetas pela internet. Quando perguntados se conheciam o trabalho da instituição, 67% disse que não, e dos que afirmaram conhecer, mais da metade sabia apenas de uma parte das atividades (só soltura, só reabilitação).

A posse legalizada é outra zona obscura. Dos que fazem ideia de sua existência, muitos acreditam que, já de posse do animal ilegal, basta procurar o Ibama e pedir uma licença. No presente trabalho mais de 60% das pessoas não sabia como funcionava realmente. E mesmo quando há a informação, ela pode ser manipulada de modo a justificar a opção de não fazer uso dela.

No estudo de Canto (2016), alguns sujeitos acreditavam que as proibições beneficiam só o governo por meio de seus órgãos e limitam a posse legalizada às classes sociais privilegiadas. Apenas 11% tentaram obter animais legalmente, o que foi atribuído à ausência de campanhas e de criadouros comerciais autorizados na região, além da baixa renda da população. Sabe-se que essas dificuldades procedem no que tange à posse legalizada, mas não por motivação de obter vantagens para os órgãos públicos. A questão da legalização é complexa e perpassa tanto conflitos de ordem ideológica quanto problemas estruturais que interferem nas políticas públicas para controlar a comercialização regularizada. O que realmente importa para essa discussão é que, em princípio, não se deseja estimular que um animal silvestre seja a primeira opção de alguém que quer um animal de companhia.

Desse modo, os diagnósticos apresentados, sejam da literatura, deste estudo ou da realidade de projetos educativos sobre o tema nos outros Cetas, apontam para a necessidade urgente de se explorar pedagogicamente mais a fundo alguns aspectos cruciais para a causa.

O perfil foi de grande valia para trabalhar a linguagem e forma das abordagens. Sobre o conteúdo: pelos conhecimentos e pela percepção do público deste estudo, bem como pelos diagnósticos da literatura investigada, é necessário, antes de tudo, abordar quem são os animais silvestres e diferenciá-los de domésticos. Grande parte das pessoas já havia tido contato com animais silvestres em cativeiro antes e mesmo assim desconheciam características naturais das espécies. Apesar das declarações de ciência dos prejuízos gerados pela manutenção desses animais em cativeiro (para eles e para o meio), é importante explorar melhor esses aspectos, pautando, mas suplantando, as intenções de quem os mantém. Mesmo que reconheçam a ligação dos atos de venda, compra, doação e recepção de animais como alimentadores do tráfico, é necessário fazer a conexão do papel de cada um – inclusive dos que mantêm animais resgatados – com essa atividade ilegal e os malefícios do cativeiro de um animal de vida livre. Divulgar onde levar o animal e o trabalho das instituições envolvidas é imprescindível. Em casos em que as pessoas se mostrem irredutíveis, é importante informar sobre procedimentos de aquisição legalizada. Urge apresentar à população soluções palpáveis para a reversão do quadro, partindo de pequenos atos

concretos, como a entrega ou a observação da relevância de não mais manter silvestres em casa, valorizando suas atitudes rumo à mudança desejada e estimulando o potencial de multiplicação da causa.

Compreendidos os tópicos/temas que precisam ser trabalhados com as pessoas, é importante discutir a forma. Como conseguir uma aproximação com o público através da qual a pessoa possa ser tocada e mudar suas atitudes, e como isso foi transformado, a partir do estudo bibliográfico e dos resultados dos outros objetivos, em um projeto educativo efetivo é o que será discutido a seguir.

No trabalho de Carneiro *et al.* (2009) não há muitos detalhes sobre a abordagem educativa em si, apenas alguns materiais usados para divulgar a causa em uma campanha. Apesar de úteis, não apresentaram uma estratégia e uma estrutura de sensibilização, ou um *modus operandi* para viabilizar a conscientização.

A dissertação de Skrabe (2009) trouxe ideias para futuros projetos, fazendo parcerias e incluindo novos públicos-alvo, objetivos e estratégias, ampliando assim a visão de como um órgão público pode atuar no combate preventivo ao tráfico e à posse de animais silvestres. No que se refere a metodologias para ações e ferramentas do presente projeto, as propostas não ofereceram grandes contribuições, a não ser no contexto teórico, bem como no levantamento de percepção dos criadores já mencionados.

Quanto às ações de educação ambiental descritas no artigo de Behling *et al.* (2013), algumas têm destacada relevância para o presente projeto. Visitas à sede do Cetas não são possíveis em BH: não há estrutura física apropriada, não há centro ou sala de visitantes nem instalações próprias à visita para educação ambiental na unidade. Já o acompanhamento de solturas, apesar da logística e de os recursos não serem os mais apropriados, parece viável. Por isso foi proposto no projeto que duas pessoas do público pudessem assistir a um evento, devidamente acompanhadas e monitoradas pela equipe do Cetas BH. Essa ocasião será filmada e haverá pequenas entrevistas com os dois sujeitos antes e depois da soltura. O vídeo será posteriormente incorporado à abordagem educativa. Acredita-se, como os autores, que as solturas são parte fundamental das ações educativas, uma vez que permitem unir reflexão e ação, fomentando nos participantes a postura crítica e multiplicadora. Tanto no trabalho deles

quanto neste, a participação em eventos para divulgação tanto da causa quanto do trabalho desenvolvido pelas instituições teve valor. Considerando que grande parte da população da área de abrangência desconhecia a atuação e também a importância dos órgãos para a região, é necessário ampliar esse conhecimento. No presente projeto, contudo, essa divulgação apenas começou a ser feita, por meio de palestras na reunião da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, na abertura da Semana do Meio Ambiente, do Ibama, e na Semana da Biologia, do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, todos em 2018. Este último evento fez parte de um curso de combate ao tráfico e à posse ilegal de animais silvestres que foi idealizado pela presente autora e executado pela equipe Cetas BH e pela ONG Waita, e incluiu educação ambiental. Em 2019 pretende-se expandir de modo estruturado divulgação e parcerias sobre o tema em universidades.

Apesar de contribuições valiosas que a literatura trouxe como um todo, não foi encontrada nenhuma publicação realmente consonante ao que esta se propôs a fazer. Assim, coube consultar também, além de todos os diagnósticos já realizados, diretrizes de autores para a elaboração de projetos de educação ambiental em áreas relacionadas à fauna. Adiante serão discutidas as propostas do projeto “Abra sua Cabeça para os Animais” à luz dessas proposições.

Saunders (2012) menciona, além do conhecimento sobre o perfil do público, a relevância de o educador ambiental promover a troca, bem como entender interesses e valores das pessoas. Essa indicação foi seguida no presente projeto, ao propor que o educador estabeleça com seu público um diálogo produtivo, considerando o tempo de que dispõe e sua conexão com o animal, e busque os melhores canais para tratar da conservação da fauna e suas implicações.

As recomendações de Pellegrino (2012) para projetos informais de educação ambiental também são contempladas. De modo sucinto, ele propõe transitar nos ambientes informais tendo em vista objetivos de aprendizado específicos; ser interativo; fornecer múltiplas formas de engajamento com conceitos e práticas de um contexto; mediar o aprendizado por conhecimentos, experiências e interesses relevantes dos educandos; e encorajá-los a ampliarem seu aprendizado ao longo do tempo. Com foco no aprendizado sobre fauna silvestre e decorrências da posse, discute-se o assunto em

diferentes contextos, considerando a realidade da pessoa e trazendo para a abordagem as experiências, conceitos e valores que ela carrega. Através da exposição do trabalho do Cetas no *banner*, das diferenciações entre animais silvestres e domésticos e todos os tipos de consequência de sua posse pautados no vídeo, no jogo e no fôlder usados; das relações traçadas sobre posse e tráfico e as questões da fauna siantrópica do fôlder; induz-se o público a interpretar os conteúdos à luz de suas vivências, conduzindo para a possibilidade de mudanças. A ampliação do aprendizado é estimulada pela interatividade e pelos desafios trazidos pelo jogo e pelas conversas. O jogo foi estruturado com algumas questões em certa medida ambíguas, ou capciosas, para que um diálogo provocativo e instigante seja instalado.

O efetivo envolvimento com a causa e mesmo sua multiplicação dependem também de ferramentas palpáveis para a mudança. Atendendo ao que sugerem Clayton, Goldman e Celio (2012) para uma atuação efetiva em educação ambiental, este projeto educativo orienta os educadores a exporem as informações de modo amistoso e proverem elementos tangíveis que viabilizem uma mudança concreta. Neste projeto, cabe destacar que a linguagem do vídeo, já descrita, é simples, ilustrativa, direta, objetivando subsidiar diálogos palpáveis. Ao retirar o peso da posição do educador que contém elementos repressores à posse ilegal, os conceitos são assimilados mais facilmente, e o canal para o diálogo fica mais fluido. Um segundo aspecto fundamental é que as ações do público consonantes à proposta de conservação, como o ato da entrega do animal, são sempre reforçadas. Agradece-se a atitude, distribuem-se brindes e oferece-se a chance de participar de uma soltura de animais assistida. Além disso, o educador e o fôlder transmitem pontos específicos e claros para que a pessoa consiga, com atitudes, mudar essa realidade. Adotar uma agenda positiva mostrou ser a postura mais adequada em projetos educativos que tratem desse tema. Além de evitar a inércia resultante da negação diante de um problema muito grandioso como o tráfico, a agenda positiva valoriza atitudes e fornece possibilidades de atuação expressivas para a causa.

Se a pessoa tem uma experiência significativa que contemple também seus valores e suas emoções, as chances de assimilação são maiores. Pádua (2001, p. 189) traz as seguintes contribuições: “Dar a cada um capacidade de solucionar problemas,

de engajar-se em processos de mudança. Somente quando as pessoas despertam para o seu valor individual podem passar a acreditar em seu potencial transformador”. Assim, no presente projeto, além do tratamento dado ao público como um todo, o diálogo e a interação estimulados pelas ferramentas educativas, em especial o jogo, e pela possibilidade de participar de solturas, bem como as orientações de como o sujeito pode multiplicar a causa usando os brindes e materiais, tornam-nos protagonistas nessa transformação.

Um último, mas não menos importante aspecto nos projetos de educação ambiental pró-fauna se refere à faixa etária dos potenciais educandos. Skrabe (2009) coloca que um projeto educativo de combate ao tráfico e à posse ilegal de animais silvestres deve contemplar todas elas. O autor critica as campanhas de conservação de espécies ameaçadas voltadas exclusivamente para um público estudantil, uma vez que é necessário reverter as ameaças em curto prazo. O presente trabalho endossa a posição levantada e acrescenta que, ainda que as crianças possam influenciar em alguma medida, os responsáveis pelas decisões de aquisição de um animal em um lar são os adultos. Projetos em ambientes escolares precisam envolver a comunidade onde as escolas estão inseridas, e, em especial para essa causa, os muros do ensino formal precisam ser ultrapassados para a obtenção de resultados satisfatórios hoje. O projeto Abra sua Cabeça para os Animas considerou essa premissa para atuar nesse movimento pioneiro de atender adequada, estruturada e pedagogicamente quem já está envolvido com o tema, alterando a realidade atual desses adultos e esperando que a causa possa se multiplicar por seus pares de quaisquer gerações que sejam.

O projeto apresenta-se como uma relevante proposta inicial que, apesar dos bons resultados, precisa ser aprimorada, estudada e expandida; espera-se que possa contribuir para a causa no plano teórico e, principalmente, no prático.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atuando como funcionário público tem-se uma boa ideia de como é difícil o percurso e do quão frágil é a estrutura que deveria estar agindo para proteger a natureza e regulamentar o uso sustentável e justificado de recursos naturais. (Recomenda-se ler a Carta Aberta do Cetas/Ibama Ceará¹⁸ como exemplo da infeliz realidade dessas instituições). Para realizar este projeto, idealizá-lo, cria-lo e coloca-lo em prática foram inúmeros os obstáculos institucionais, interinstitucionais, extra institucionais. Escassez de todo tipo, menos de burocracia. Ao longo de sua execução, contudo, também se evidenciou a união, a disposição, o apoio e a fé de pessoas que acreditam, como a autora, que se pode e se deve mudar esse cenário, e combater o tráfico e a posse ilegal de animais silvestres.

Apresentar esta proposta é lançar uma semente que, se espera, seja plantada em todos os locais possíveis: instituições públicas e privadas, terceiro setor e em cada um dos lares e instituições de ensino do país. É uma proposição aplicada de como atuar na conservação das espécies. Comando-controle na área ambiental é necessário, mas não rompe o ciclo. Apenas tratar de animais vítimas de toda sorte de problemas é andar em círculos: quanto mais se trata e se pune sem educar a população, tantos mais entram para as estatísticas. A única maneira de mudar esse cenário assustador que assola nossa biodiversidade é a prevenção. O investimento inicial em educação logo é recuperado tendo em vista que, menos animais saindo de seus habitats representam uma queda considerável de recursos necessários para alimentar a estrutura de combate a este crime e de recuperação e retorno do animal ao meio ambiente.

Assim, acredita-se que este projeto seja uma base palpável e prolífica na luta pela fauna. Trabalhar na mudança de mentalidade e atitude é árduo e demorado, colhem-se os frutos a médio e longo prazo, mas só assim é possível vislumbrar uma saída definitiva: através da transformação de valores, da familiaridade e aproximação do mundo natural, da sensibilização para o respeito à vida e principalmente da mudança de atitudes.

¹⁸ <http://blogdoverissimo.com.br/site/servidores-do-ibama-denunciam-herbert-lobo/>

8. REFERÊNCIAS

ABDALLA, Annelise Varanda Dante. *A proteção da fauna e o tráfico de animais silvestres*. 2007. 235 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, Piracicaba, 2007.

ALVES, Iara Rodrigues dos Santos. *Abordagem do conhecimento dos alunos de uma escola de Areia- PB, sobre meio ambiente e a fauna doméstica e silvestre: uma experiência de intervenção para o ensino de ciências*. 2017. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal da Paraíba, Areia, 2017.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION (APA). *Psychology in Global Climate Change: Addressing a multifaceted phenomenon and set of challenges*. A Report of the American Psychological Association Task Force on the Interface Between Psychology and Global Climate Change. By Janet Swim, J., S. Clayton, T. Doherty, R. Howard, J. Reser, P. Stern and E. Weber. 2009. Disponível em: <<http://www.apa.org/science/about/publications/climate-change.aspx>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

ARAGÃO, Georgia Maria de Oliveira; KAZAMA, Ricardo. Relações humano-animal: uma abordagem a partir da percepção de visitantes do Zoológico de Brasília. *Educação Ambiental em Ação*, ano XII, nº 46, dez. 2013-fev. 2014.

AVELAR, Erica Rodrigues de; SILVA, Rafael da; BAPTISTA, Luiz Alfredo Martins Lopes. Ameaças à sobrevivência de animais silvestres no estado de Goiás. *Uniciências*, v. 19, nº 2, p. 132-140, dez. 2015.

BEHLING, Greice Maia *et al.* Contribuições das ações de educação ambiental do NURFS/CETAS-UFPEL na preservação da fauna silvestre. In: SEMINÁRIO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO SUL, 31., 2013, Florianópolis. *Anais...* Disponível em: <Contribuições das ações de educação ambiental do NURFS/CETAS-UFPEL na preservação da fauna silvestre.>. Acesso em: 5 fev. 2018.

BRASIL. *Lei Complementar nº 140*, de 8 de dezembro de 2011. Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981. Brasília, 8 dez. 2011.

CANTO, Delana de Souza. *Interação homem e animal de estimação: um estudo acerca da posse de animais silvestres na cidade de Lábrea – AM*. 2016. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

CARNEIRO, Lorena Ribeiro de Almeida; TOSTES, Jair Moraes; FARIA, Ana Raquel Gomes. A educação ambiental como ferramenta contra os maus-tratos e o tráfico de animais silvestres. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 23, jul.-dez. 2009.

CLAYTON, Susan; GOLDMAN, Susan R.; CELIO, Carolyn. Understanding and Responding to Climate Change: Psychological Barriers. In: GRAJAL, Alejandro; GOLDMAN, Susan (Ed.). *Climate Change Education: A Primer for Zoos and Aquariums*. Chicago: Chicago Zoological Society, 2012. p. 47-60.

CORADINI, Flávia Rossato. *Educação ambiental no combate ao tráfico de animais silvestres*. 2013. 31 f. Monografia (Especialização em Educação Ambiental) – Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, São Sepé, 2013.

COSTA, Fábio José Viana. Atualizações sobre o tráfico de animais no Brasil. In: COSTA, Fábio José Viana *et al.* (Org.). *Ciência contra o tráfico: avanços no combate ao comércio ilegal de animais silvestres*. João Pessoa: Imprell, 2017. p. 23-50.

COSTA, Fábio José Viana *et al.* Espécies de aves traficadas no Brasil: uma meta-análise com ênfase nas espécies ameaçadas. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 7, nº 2, p. 324-346, maio-ago. 2018.

COSTA, Viviany Amaral da. *Aves silvestres criadas em cativeiro em Santa Bárbara do Pará: aspectos sócio-culturais e etológicos*. 2012. 68 f. Dissertação (Mestrado em Ecoetologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

DESTRO, Guilherme Fernando Gomes *et al.* Esforços para o combate ao tráfico de animais silvestres no Brasil. 2012. Disponível em: <<https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/periodico/esforcosparaocombateaotrafficodeanimais.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

DIAS JÚNIOR, Miguel Benedito Ferreira. *Fauna silvestre ex situ no estado do Amapá: utilização, apreensão e destinação*. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade Tropical) – Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológicas do Estado do Amapá, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2010.

GIOVANINI, Dener. A Renctas e o combate ao tráfico devastador da biodiversidade brasileira. In: ROURE, Mônica de; PADUA, Suzana Machado (Org.). *Empreendedores sociais em ação*. São Paulo: Cultura, 2001. p. 135-148.

GLOBAL FINANCIAL INTEGRITY. *Transnational Crime in the Developing World*. 2011. Disponível em: <https://www.gfintegrity.org/wp-content/uploads/2014/05/gfi_transnational_crime_high-res.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018.

GOMES, Cárita Chagas; OLIVEIRA, Raisia Lustosa de. O tráfico internacional de animais: tratamento normativo e a realidade brasileira. *Revista Direito e Liberdade – RDL*, v. 14, nº 2, p. 33-49, jul-dez. 2012.

GOMES, Deimes do Nascimento. *Reintrodução de aves silvestres: ecologia e uma abordagem etnoornitológica no município de Caxingó, Piauí*. 2017. 215 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (Ibama). Instrução Normativa Ibama nº 07, de 30 de abril de 2015. Institui e normatiza as categorias de uso e manejo da fauna silvestre em cativeiro, e define, no âmbito do IBAMA, os procedimentos autorizativos para as categorias estabelecidas. *Diário Oficial da União*, Brasília, 11 maio 2015, seção 01, p. 75.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio). Instrução Normativa ICMBio nº 23, de 31 de dezembro de 2014. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2 jan. 2015, seção 01, p. 115.

ISLAS, Camila Alves; BEHLING, Greice Maia. Problematizando a temática do tráfico de animais silvestres e do cativeiro ilegal na sala de aula: perspectivas da educação ambiental na percepção de professores da educação básica. *Pesquisa em Educação Ambiental*, v. 11, nº 1, p. 66-80, 2016.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. 2006. Disponível em: <http://www.ifbaiano.edu.br/unidades/valenca/files/2011/05/MUITO-ALEM-DA-NATUREZA_EDUCACAO-AMBIENTAL-E-REPRODUCAO-SOCIAL.pdf>. Acesso em: 12 set. 2018.

MENDES, Daniela. Campanha nacional fortalece combate ao tráfico de animais silvestres. *Ministério do Meio Ambiente*, 15 out. 2008. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/5121-campanha-nacional-fortalece-combate-ao-trafico-de-animais-silvestres.html>>. Acesso em: 8 maio 2018.

NACONECY, Carlos Michelon. *Ética & animais: um guia de argumentação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

NASSARO, Adilson Luís Franco. *Policiamento ambiental: políticas públicas de meio ambiente e tráfico de animais silvestres (oeste do Estado de São Paulo, 1998 a 2012)*. 2013. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Assis, 2013.

PADRONE, José Maurício de Brito. *O comércio ilegal de animais silvestres: avaliação da questão ambiental no estado do Rio de Janeiro*. 2004. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

PADUA, Suzana Machado. Educação ambiental e participação comunitária: chaves para a conservação da biodiversidade. In: ROURE, Mônica de; PADUA, Suzana Machado (Org.). *Empreendedores sociais em ação*. São Paulo: Cultura, 2001. p. 183-201.

PELLEGRINO, James W. Teaching about Climate Change: The Roles of Zoos and Aquariums in Formal and Informal Science Education. In: GRAJAL, Alejandro; GOLDMAN, Susan (Ed.). *Climate Change Education: A Primer for Zoos and Aquariums*. Chicago: Chicago Zoological Society, 2012. p. 37-46.

PEREIRA, Daniel Carvalho *et al.* Verificação da validade da educação ambiental como ferramenta para promover a conservação da fauna e combater o tráfico de animais silvestres. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ENGENHARIA AMBIENTAL (SBEA), 9.; ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ENGENHARIA AMBIENTAL (ENEEAmb), 15., 2017, Belo Horizonte. *Anais...* Disponível em: <<http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/engineeringproceedings/xveneeam/197.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2018.

PESQUISA revela o que o brasileiro pensa do meio ambiente e do consumo sustentável. *Portal Brasil*, 6 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2012/08/pesquisa-revela-o-que-o-brasileiro-pensa-do-meio-ambiente-e-do-consumo-sustentavel>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

PESSOA, Tainá Sherlakyann Alves; WAGNER, Paulo Guilherme Carniel; LANGGUTH, Alfredo. Captura e comercialização de animais silvestres no semiárido da Paraíba, Brasil, sob a perspectiva de crianças e adolescentes. *Revista Nordestina de Biologia*, v. 21, nº 2, p. 79-100, 2013.

PINHEIRO, Paula; KINDEL, Eunice Aita Isaia. Debates sobre filmes infantis em sala de aula: uma ferramenta contra a posse de animais silvestres. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, v. 30, nº 2, p. 27-48, jul.-dez. 2013.

PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Efraim. *Biologia da conservação*. Londrina: E. Rodrigues, 2006.

QUINTAS, José Silva. Por uma educação ambiental emancipatória: considerações sobre a formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental. In: _____. *Introdução à gestão ambiental pública*. Brasília: Ibama; Ministério do Meio Ambiente, 2005. p. 119-132.

REGUEIRA, Rodrigo Farias Silva; BERNARD, Enrico. Wildlife Sinks: Quantifying the Impact of Illegal Bird Trade in Street Markets in Brazil. *Biological Conservation*, v. 149, nº 1, p. 16-22, 2012.

RENTAS. *I Relatório nacional sobre gestão e uso sustentável da fauna silvestre*. 2016. Disponível em: <http://www.rebras.org.br/rebras/userfiles/file/IREL_RENTAS_FINAL_3.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

RENTAS. *1º Relatório nacional sobre o tráfico de fauna silvestre*. 2001. Disponível em: <http://www.rentas.org.br/wp-content/uploads/2014/02/REL_RENTAS_pt_final.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

ROCHA, Murilo Reple Penteado. Prefácio. In: CENTROS de Triagem e Áreas de Soltura de Animais Silvestres no Estado de São Paulo. São Paulo: Revista CETAS e ASMs no Estado de São Paulo; Superintendência do IBAMA no Estado de São Paulo; Ministério do Meio Ambiente, 2012. p. 4.

RODRIGUES, João Fabrício Mota; LEITE, Raquel Crosara Maia. Educação ambiental e escola: uma união contra o tráfico de animais silvestres. *Educação Ambiental em Ação*, v. XII, n. 44, jun.-ago. 2013.

ROST, Vania Nair. *A percepção de alunos da 5ª série do ensino fundamental sobre o tráfico de fauna silvestre: uma abordagem a partir de relato de experiência vivenciada no centro de triagem do parque zoológico de Sapucaia do Sul, RS*. 2007. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Centro Universitário La Salle, Canoas, 2007.

SAUNDERS, Carol. Applying Psychology to Zoo Messaging about Climate Change. In: GRAJAL, Alejandro; GOLDMAN, Susan (Ed.). *Climate Change Education: A Primer for Zoos and Aquariums*. Chicago: Chicago Zoological Society, 2012. p. 61-71.

SILVA, Juliana Soares da; OTÁVIO, Larissa Prado Vieira; FREIRE, Simone Mousinho. Educação ambiental como ferramenta de combate ao tráfico de répteis e à conservação das espécies. *Educação Ambiental em Ação*, ano XVI, nº 60, jun.-ago. 2017.

SKRABE, Emerson Strack. Um programa de Educação Ambiental como ferramenta para enfrentar o tráfico de animais no Rio Grande do Sul/RS através de um programa de gestão ambiental da fauna silvestre. 2009. 162 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Auditoria Ambiental) – Universidade de Léon, Porto Alegre, 2009.

SOARES, Ricardo. Polícia apreende centenas de pássaros silvestres dentro de casa usada como viveiro em BH. *G1*, 7 nov. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2018/11/07/policia-apreende-centenas-de-passaros-silvestres-dentro-de-casa-usada-como-viveiro-em-bh.ghtml>>. Acesso em: 10 maio 2018.

SOUZA, Valéria Leão *et al.* Caracterização dos répteis descartados por mantenedores particulares e entregues ao Centro de Conservação e Manejo de Répteis e Anfíbios – RAN. *Revista de Biologia Neotropical*, v. 4, nº 2, p. 149-160, 2007.

TRÁFICO de animais contribui para extinção de espécies. *Portal Brasil*, 16 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/meio-ambiente/2014/07/trafico-de-animais-contribui-para-extincao-de-especies>>. Acesso em: 9 ago. 2018.

VILELA, Daniel A. R.; OLIVEIRA, Diêgo Maximiano Pereira de; MARTINS, Nelson Rodrigo da Silva. Destinação de animais silvestres no Brasil. In: COSTA, Fábio José Viana *et al.* (Org.). *Ciência contra o tráfico: avanços no combate ao comércio ilegal de animais silvestres*. João Pessoa: Imprell, 2017. p. 189-209.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE (WWF). *Fighting Illicit Wildlife Trafficking: A Consultation with governments*. 2012. Disponível em: <<https://www.traffic.org/site/assets/files/7455/dalberg-report-dec-2012.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

ZAGO, Daniane Ciocari. *Animais da fauna silvestre mantidos como animais de estimação*. 2008. 39 f. Monografia (Especialização em Educação Ambiental) – Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

APÊNDICE A
Questionário visão outros Cetar:
Educação ambiental e atendimento ao público externo no Cetar

Para Visualização

4. Ordene, por favor, os grupos animais por volume recebido no CETAS em que trabalha *

	1- mais recebido	2	3	4	5	6- menos recebido	o CETAS não tem o dado
aves	<input type="radio"/>						
mamíferos	<input type="radio"/>						
peixes	<input type="radio"/>						
répteis	<input type="radio"/>						
anfíbios	<input type="radio"/>						
invertebrados	<input type="radio"/>						

5. Qual o número médio de animais que entram por ano no CETAS? *

Sua resposta

6. Qual a taxa média (%) anual de soltura de animais do CETAS em que trabalha? *

Sua resposta

7. Qual a taxa média (%) anual de destinação de animais para cativeiro legalizado do CETAS em questão? *

Sua resposta

Educação ambiental e atendimento ao público externo no CETAS

Este questionário é parte de uma pesquisa de mestrado que visa estruturar um Programa de Educação Ambiental no CETAS BH para as pessoas que entregam voluntariamente animais silvestres na instituição. Ele aborda caracterização e perfil dos CETAS para contextualizar a visão dos respondentes sobre o tema supracitado.

Sua participação é muito importante para a estruturação adequada de um programa aplicável à realidade dos CETAS. Desde já agradeço sua disponibilidade e coloco-me à disposição para contatos/esclarecimentos
Isabella Carneiro - Instituto Estadual de Florestas Minas Gerais
(isabella.carneiro@meioambiente.mg.gov.br)

*Obrigatório

1. Em que estado fica o CETAS em que você trabalha? *

Escolher

2. Onde se localiza o CETAS em que você trabalha? *

Você pode marcar mais de uma opção

- área urbana
- área rural
- a 10 km de distância ou mais do centro urbano mais próximo
- capital do estado
- Outro:

3. O CETAS em questão funciona junto (localização física) a um CRAS?

- Sim
- Não

8. Classifique, por favor, os aspectos abaixo de acordo com o grau de impacto no CETAS em questão *

	não é uma dificuldade enfrentada pelo CETAS	é uma questão presente no CETAS, mas manejável	é um grande problema do CETAS	não se aplica/ não é possível responder
dificuldade de integração com a polícia ambiental e demais instituições ambientais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
dificuldade de relação com o ministério público	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
falta ou escassez de capacitação/treinamento/acompanhamento do corpo técnico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
escassez de recursos humanos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
escassez de veículos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
inadequação de veículos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
espaço insuficiente para quantidade de animais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
escassez de recursos para adequação/ampliação/ manutenção da estrutura física	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
inadequação física dos recintos dos animais (umidade, incidência solar, disposição dos comedouros, manutenção das instalações, entre outros)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
escassez de insumos para tratamento clínico dos animais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
escassez de insumos para alimentação adequada dos animais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
escassez de enriquecimento ambiental animal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
presença de animais externos aos recintos interferindo (ex ratos, cobras, micos)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
furto/extravio/fuga de animais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
adocimento dos animais no CETAS	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
alta mortalidade dos animais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ausência de CRAS	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
deficiência física/instrumental de CRAS	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

ausência de um programa de soltura de animais silvestres	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
deficiências de critérios, disponibilidade, fomento ou dados de áreas de soltura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ausência de monitoramento das solturas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
deficiências no monitoramento das solturas (poucas espécies, poucos recursos, pessoal...)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

9. O público externo atendido pelo CETAS é composto majoritariamente por *

Escolher

10. Como você acha que deve ser o atendimento às pessoas que realizam entrega voluntária de animais silvestres em CETAS? *

Citar abordagem, tipos de ações, materiais e conteúdos

Sua resposta

11. Julga que o CETAS deveria promover um programa estruturado de Educação Ambiental contra tráfico e posse ilegal de animais silvestres? *

Você pode marcar mais de uma opção

- sim, é papel do CETAS
- sim, caso tenha recursos humanos e materiais disponíveis
- sim, o CETAS em que trabalho já tem um programa
- sim, o CETAS em que trabalho já promove ações isoladas nesse sentido
- não, não é papel do CETAS
- não, não é prioridade e quando possível o CETAS deve fazer apenas ações pontuais
- Outro:

12. Se sim, qual(is) abordagem(ns) considera/ consideraria eficaz(es)? *

Sua resposta

Para Leitura-> Educação ambiental e atendimento ao público externo no CETAS

Este questionário é parte de uma pesquisa de mestrado que visa estruturar um Programa de Educação Ambiental no CETAS BH para as pessoas que entregam voluntariamente animais silvestres na instituição.

Ele aborda caracterização e perfil dos CETAS para contextualizar a visão dos respondentes sobre o tema supracitado.

Sua participação é muito importante para a estruturação adequada de um programa aplicável à realidade dos CETAS. Desde já agradeço sua disponibilidade e coloco-me à disposição para contatos/esclarecimentos

Isabella Carneiro - Instituto Estadual de Florestas Minas Gerais

isabella.carneiro@meioambiente.mg.gov.br

*Obrigatório

1. Em que estado fica o CETAS em que você trabalha? * _____

2. Onde se localiza o CETAS em que você trabalha? *

Você pode marcar mais de uma opção.

- área urbana capital do estado
 a 10 km de distância ou mais do centro urbano mais próximo
 área rural Outro:

3. O CETAS em questão funciona junto (localização física) a um CRAS? () Sim () Não

4. Ordene, por favor, os grupos animais por volume recebido no CETAS em que trabalha *

	1- mais recebido	2	3	4	5	6- menos recebido	CETAS não tem o dado
Aves							
Mamíferos							
Peixes							
Répteis							
Anfíbios							
invertebrados							

5. Qual o número médio de animais que entram por ano no CETAS? *

6. Qual a taxa média (%) anual de soltura de animais do CETAS em que trabalha? *

7. Qual a taxa média (%) anual de destinação de animais para cativeiro legalizado do CETAS em questão? *

8. Classifique, por favor, os aspectos abaixo de acordo com o grau de impacto no CETAS em questão *	Não é uma dificuldade enfrentada pelo CETAS	É uma questão presente no Cetat, mas manejável	É um grande problema do CETAS	Não se aplica/ não é possível responder
dificuldade de integração com a polícia ambiental e demais instituições ambientais				
dificuldade de relação com o ministério público				
falta ou escassez de capacitação/treinamento/acompanhamento do corpo técnico				
escassez de recursos humanos				
escassez de veículos				
inadequação de veículos				
espaço insuficiente para quantidade de animais				
escassez de recursos para adequação/ampliação/ manutenção da estrutura física				
inadequação física dos recintos dos animais (umidade, incidência solar, disposição dos comedouros, manutenção das instalações, entre outros)				
escassez de insumos para tratamento clínico dos animais				
escassez de insumos para alimentação adequada dos animais				
escassez de enriquecimento ambiental animal				
presença de animais externos aos recebidos interferindo (ex ratos, cobras, micos)				
furto/extravio/fuga de animais				
adoecimento dos animais no CETAS				
alta mortalidade dos animais				
ausência de CRAS				
deficiência física/instrumental de CRAS				
ausência de um programa de soltura de animais silvestres				
deficiências de critérios, disponibilidade, fomento ou dados de áreas de soltura				
ausência de monitoramento das solturas				
deficiências no monitoramento das solturas (poucas espécies, poucos recursos, pessoal..)				
dificuldade de integração com a polícia ambiental e demais instituições ambientais				
dificuldade de relação com o ministério público				
falta ou escassez de capacitação/treinamento/acompanhamento do corpo técnico				
escassez de recursos humanos				
escassez de veículos				
inadequação de veículos				
espaço insuficiente para quantidade de animais				
escassez de recursos para adequação/ampliação/ manutenção da estrutura física				
inadequação física dos recintos dos animais (umidade, incidência solar, disposição dos comedouros, manutenção das instalações, entre outros)				
escassez de insumos para tratamento clínico dos animais				
escassez de insumos para alimentação adequada dos animais				
escassez de enriquecimento ambiental animal				
presença de animais externos aos recebidos interferindo (ex ratos, cobras, micos)				
furto/extravio/fuga de animais				

adocimento dos animais no CETAS				
alta mortalidade dos animais				
ausência de CRAS				
deficiência física/instrumental de CRAS				
ausência de um programa de soltura de animais silvestres				
deficiências de critérios, disponibilidade, fomento ou dados de áreas de soltura				
ausência de monitoramento das solturas				

9. O público externo atendido pelo CETAS é composto majoritariamente por *

Marcar apenas uma opção.

- pessoas que tentam requerer de volta um animal apreendido pelo valor comercial
- pessoas que tentam requerer de volta um animal apreendido pelo valor emocional
- pessoas que vêm fazer entregas voluntárias de animais de posse ilegal e/ou frutos de recolhimento
- pessoas que vêm pedir informações sobre animais silvestres
- pessoas que desejam conhecer as instalações ou visitar os animais
- outro público
- não há atendimento frequente e constante a um público externo ao CETAS/ Polícia Ambiental/ parceiros (ONGs, clínicas veterinárias, outros)

10. Como você acha que deve ser o atendimento às pessoas que realizam entrega voluntária de animais silvestres em CETAS? * Citar abordagem, tipos de ações, materiais e conteúdos.

11. Julga que o CETAS deveria promover um programa estruturado de Educação Ambiental contra tráfico e posse ilegal de animais silvestres? * Pode marcar mais de uma opção.

- sim, é papel do CETAS
- sim, caso tenha recursos humanos e materiais disponíveis
- sim, o CETAS em que trabalho já tem um programa
- sim, o CETAS em que trabalho já promove ações isoladas nesse sentido
- não, não é papel do CETAS
- não, não é prioridade e quando possível o CETAS deve fazer apenas ações pontuais
- Outro:

12. Se sim, qual(is) abordagem(ns) considera/ consideraria eficaz(es)? *

Se houver algum aspecto não mencionado que lhe pareça importante/pertinente, favor acrescentá-lo abaixo .

APÊNDICE B
Roteiro de entrevista ao público do Cetas BH

Perfil, Conhecimentos e Percepção Ambiental do Público atendido pelo Cetas __/__/__ TC__

Dados pessoais

Sexo: () F () M Endereço (cidade/ bairro): _____

1. Faixa etária: () < de 18 () 18 -25 () 26–35 () 36-45 () 46-55 () 56-65 () 66-75 () > de 76

2. Até que ano você estudou? (Marque apenas uma resposta)

() não alfabetizado () pós-graduação _____

() ensino fundamental incompleto () ensino fundamental completo

() ensino médio incompleto () ensino médio completo

() ensino superior incompleto () ensino superior completo _____

3. Ocupação: _____

Sobre o animal

1. Espécie(s) entregue(s) () papagaio () maritaca () passeriforme () outro

2. Como o animal chegou até você: () comprado () recolhido () apanhado da natureza () dado

Onde? () prox. residência () rua/estrada _____ () outro _____

3. Há quanto tempo está com ele? () até 1 dia () até 1 semana () 1- 2 semanas () 2 semanas-mês

() 1 - 6 meses () 6 meses-1 ano () 1 – 5 anos () 5- 10 anos () > de 10 anos () outro _____

4. O que dava de comer: () frutas _____ () sementes/grãos () ração para aves

() não tentou alimentar () não quis comer, tentou dar _____ () outro _____

5. Encontrou alguma dificuldade na manutenção deste animal dentro de casa? () Não

() alimentação () doença/ ferimento () outro _____

6. Sabe hábitos dele na natureza? () Não () alimentares () reprodutivos () comportamentais

() sociais Cite _____

7. Já teve animal silvestre como de estimação? () Não () Sim _____ Que aconteceu com ele?

() foi solto por você () deu de alimento para família ou outro animal

() foi apreendido pelo órgão ambiental () foi entregue ao órgão ambiental

() foi vendido () foi doado

() morreu de _____ () morreu e desconheço a causa

() ainda está comigo () fugiu

() quando criança ,não lembra destinação ou várias () outros _____

8. Por que entregou/ recolheu/ veio pedir de volta o animal? () filhote sem a mãe () ilegal manter

() ferido () outro _____

9. Como ficou sabendo sobre o CETAS?() internet () TV () leu reportagem () rádio () campanha

IBAMA () amigo do IBAMA () amigo de criatório legalizado () amigo () outro _____

10. Sabe o que acontece com os animais que entram no CETAS? () Não

O quê? _____

11. **No caso de posse:** Por que escolheu este animal para ter em casa? (Marcar quantas quiser)

() sempre gostou de ter animais por perto () lhe faz sentir próximo da natureza ou da roça

() para ter como companhia () seus pais / parentes / vizinhos têm ou tinham

() ter um animal diferente dos outros () por motivos estéticos (é bonito, chama atenção)

() pelas características do animal (ex canto) quais? _____ () hobby ou vício

() combater stress, ter laços afetivos () acha que ele precisa de você () outros _____

Conhecimentos e percepção sobre posse ilegal e tráfico de animais silvestres

1. Acha que todos os animais deviam poder conviver com o homem em casa?
() Não Por: () restrição de liberdade animal () cuidados inadequados com animal () impacto na natureza () saúde do animal () saúde humana () não reproduzir () não conviver com outros da sp
() outros _____
() Sim - () com cuidados adequados e amor do homem, faz bem () outros _____

2. Acha que há algum prejuízo/dano ao ambiente quando animal é retirado da natureza? () Não
() não dá impacto se for pouco () Sim, dá impacto no bando () Sim, pode extinguir espécies
() Sim, impacta pela função ecológica: dispersão de sementes, reprodução, cadeia alimentar ...
() outro _____

3. Sabe a diferença entre o animal silvestre e o doméstico? () Não

Silvestre: () que não é domesticado, vive solto () outro _____

Doméstico: () que precisa de cuidados humanos () outro _____

4. Já sabia que é ilegal manter um animal silvestre em cativeiro sem autorização? () Não
Como soube? () internet () TV () leu reportagem () rádio () campanha IBAMA () amigo do IBAMA
() amigo de criatório legalizado () outro _____

5. Conhece as punições pra isso? () Não () Sim _____

Acha eficazes? () Não () Sim _____

6. Sabe o que é necessário para ter um animal silvestre em casa legalmente? () Não
() cadastrar/ pegar autorização no IBAMA () comprar de criadouro legalizado pelo IBAMA ()
outro _____

7. O que pensa sobre criadouro legalizado? (para quem não tem a informação, explicar esse texto)

Há 3 tipos de criatórios legalizados - conservacionistas: manutenção de animais que não podem voltar à natureza por impossibilidade física ou comportamental; - científicos: pesquisa e reprodução de animais em extinção ou ameaçados e - comerciais: venda de silvestres legalizados, animais reproduzidos em cativeiro que só podem ser vendidos a partir da 3ª geração. A diferença dos últimos para os vendidos sem procedência (além do preço pela manutenção da estrutura específica ser mais caro) é que nunca foram de vida livre e assim não causam impacto direto no ambiente. Principal justificativa para existência desses locais autorizados pelo IBAMA, é que há pessoas que buscam ter silvestres de um modo ou outro e, comprando dos legalizados, diminuiria o tráfico. Contrapontos: não há prova que o aumento dos criadouros legalizados interfere nos ilegais. Os animais são silvestres e mesmo com condição nunca serão de vida livre)

() modo do governo ganhar dinheiro com multas e prejudica pois não dá para legalizar depois de ter

() impede pessoas que não têm condição de comprar de ter seu pet silvestre

() válido para quem quer muito ter um pet silvestre - que seja legalizado

() válido pois não tira animais da natureza e cuida adequadamente

() importante para proteger animais da extinção/ ação humana

() animal silvestre não deveria ficar em cativeiro nenhum

() válido para animais que não podem voltar à natureza

() válido para diminuir o tráfico

() outro _____

8. Acha que quem compra um animal silvestre de vida livre contribui para o tráfico? Não () Sim ()

E quem ganha? Não () Sim () _____

Quem dá? Não () Sim () _____ Quem vende? Não () Sim () _____

9. Na sua percepção animais são () iguais aos homens () inferiores a nós () superiores a nós

Observações gerais: _____

APÊNDICE C
Guia de Orientação de Atendimento Educativo do CETAS BH

Guia de Orientação de Atendimento Educativo do CETASBH



Material elaborado pela Educadora Ambiental Isabella Janot Pacheco Carneiro e as estagiárias Bárbara da Silva Dias, Daniela Oliveira da Costa e Izabela Aparecida Rocha Porto

Versão 5-11/2018

Introdução- A abordagem educativa proposta neste guia pressupõe:

- **Espaço de diálogo** como ferramenta para **sensibilização**
Em primeiro lugar é necessário prover ambiente acolhedor e cordial. Sendo inicialmente respeitada é que a pessoa poderá se abrir para ouvir, discutir e mesmo mudar seu posicionamento – ideológico, afetivo e ativo. O público não precisa ser só informado. Ele é dotado de posições e agência, o que permite inclusive que mude suas posições. Como? A forma que as pessoas significam o mundo é permeada pelas emoções. Cabe ao educador percebê-las em seu público, exercitar a empatia. Colocar-se no lugar do outro, buscando entender como ele pensa, o que faz diferença a ponto dele se importar com o que lhe é dito, é crucial. Perceber motivações e proporcionar uma experiência positiva facilita sensibilizar, promover reflexão e até mudar atitudes, quando apropriado. Contudo, há limites. Respeito, educação e compreensão não podem ser confundidos com aceitação incondicional, uma vez que a abordagem pressupõe caminhar na direção da conservação ambiental e do cumprimento da lei. Mesmo havendo abertura, estes preceitos devem estar claros.
- **Conhecer bem o tema** abordado a fim de **transmitir segurança**
As pessoas que levam um animal ao Cetas muitas vezes trazem inseguranças sobre as consequências de seu ato para si e para o animal. Domínio do tema, clareza e firmeza, especialmente sobre as garantias de não ser penalizado e sobre o que acontece com o animal depois que entra no Cetas, são essenciais para o sucesso da abordagem educativa. Caso haja dúvidas o educador não deve hesitar em procurar ajuda; o importante é o público sentir que a base do trabalho é segura, assim como o ato da entrega, e que é o melhor a fazer. Contar com o apoio do corpo técnico não é problema, é desejável.
- Apresentar **meios objetivos** do educando **mudar a realidade**, valorizar isso
A causa ambiental é grandiosa, mas diante de algo que não se pode ver a tangibilidade muitas vezes as pessoas se afastam. Mesmo inconscientes, as pessoas podem negar questões com as quais não conseguem lidar. Abordagens de choque, se não tiverem contextualização e limite, podem ter este efeito. Se algo é muito maior que você e não há instrumentos para alterar essa realidade, negar sua existência pode ser mais adaptativo em termos psicológicos. Um bom exemplo é com o tema das mudanças climáticas, que, quando tratado como inexorável, além de causar consternação e preocupação, pode gerar uma espécie de repulsa. Para haver mudança de atitude, além de enxergar as consequências dos próprios atos, é preciso ver também como mudá-los. Por isso é tão importante guiar o público no caminho da ação, mostrar as relações e possibilidades do quadro, indo além do choque e paralisação. Reforçar o ato da entrega, valorizar e mostrar a importância de cada ação da pessoa, inclusive a de multiplicação da causa, é o que viabiliza a transformação da realidade.
- **Conhecer o público alvo e trabalhar de acordo** com ele
No caso do Cetas BH, durante 4 meses entre 2017 e 2018 foi realizado um diagnóstico do público atendido contemplando o perfil socioeconômico e a percepção ambiental deles sobre o tráfico, a posse de animais silvestres e suas consequências. Recomenda-se que o educador consulte o levantamento já que a abordagem educativa foi baseada no que ele apontou como conteúdos e formas mais adequados para conscientização e sensibilização dessas pessoas.

Passo-a passo do atendimento ao público que busca o Cetas para entregar animais silvestres

1- **Apresentar-se cordialmente** dizendo seu nome e que o **procedimento** é elaborar um **Termo de Recebimento** do animal que comprova a entrega dele à destinação correta. Esse Termo, além de controlar as entradas dos animais, **resguarda o entregador¹⁹ de penalidades** caso alguém tenha visto o animal em sua posse e a denuncie. O Termo evidencia que o animal já está com o órgão ambiental. Pode ocorrer de entregadores não quererem mostrar os documentos temendo algum problema. Por isso, é de extrema importância que esta informação esteja clara; acalmar a pessoa pode facilitar o atendimento.

2- Perguntar **qual animal** o entregador trouxe. Mesmo que quem esteja entregando o animal alegue saber sua espécie, é necessário que a **identificação** da(s) espécime(s) seja feita por um **biólogo ou veterinário** da equipe para elaboração precisa do Termo de Recebimento. Anotar a informação. Caso o animal esteja ferido, adoentado ou nervoso, chamar um **veterinário** para auxílio.

3- Dizer ao entregador que **o animal será levado** ao Cetas para os devidos cuidados e perguntar se ele **deseja receber o transportador²⁰** do animal de volta. Se ele quiser tirar fotos ou despedir-se do animal, isso deve ser feito neste momento, antes de o animal entrar no Cetas propriamente.

Pode ocorrer de a pessoa estar nervosa ou emocionalmente alterada. Nesses casos recomenda-se **elaborar o Termo, fazer a abordagem educativa e só depois levar o animal** até as dependências do Cetas. Enquanto isso ele poderá ficar no transportador. A única exceção para essa situação é se o animal estiver ferido, debilitado, nervoso ou necessitando de cuidados específicos. Nesses casos, relatar ao veterinário e dar prosseguimento no atendimento conforme os passos abaixo, avisando ao entregador que o animal será levado pelo seu bem-estar físico.

4- **Levar** o animal no transportador até um funcionário **dentro do Cetas** e comunicar sobre seu **estado** (ferido, adoentado, nervoso). Caso o entregador deseje o **transportador** de volta, pedir que, depois de desocupá-lo, o funcionário devolva-o no local que o educador ambiental indicar.

5- Solicitar **nome** completo e número de **documento** de identificação do entregador, além do **endereço** de onde o animal se encontrava, para **elaborar o Termo**. Se mesmo explicando que não há penalidades ele não quiser apresentar ou fornecer número de nenhum documento, elaborar Termo anônimo. Caso seja identificado, imprimir duas vias, uma para o entregador e outra para o órgão ambiental. O analista do IBAMA e o entregador devem **assinar** as duas vias do Termo. Se o Termo for anônimo imprimir só uma via para o órgão ambiental assinar e arquivar.

Caso não haja um analista do IBAMA presente na sala, fazer o Termo e anotar o **e-mail da pessoa** no campo **Observações**. Imprimir somente uma via, pedir ao entregador que assine e dizer que a via dele será enviada por e-mail com a assinatura do responsável do IBAMA. Extraordinariamente, se não for possível fazer o termo no computador, anotar os dados no **Caderno de Entrega** para que o analista do IBAMA posteriormente elabore e envie o Termo ao entregador por e-mail. Neste caso, o **e-mail** do entregador também deve ser **anotado** no caderno.

¹⁹ Entregador é o termo usado no Termo de Recebimento do Cetas BH para designar a pessoa que entrega o animal silvestre no Cetas.

²⁰ Transportador é o recipiente usado para transportar o animal até o Cetas: caixas, gaiolas, cestas e outros.

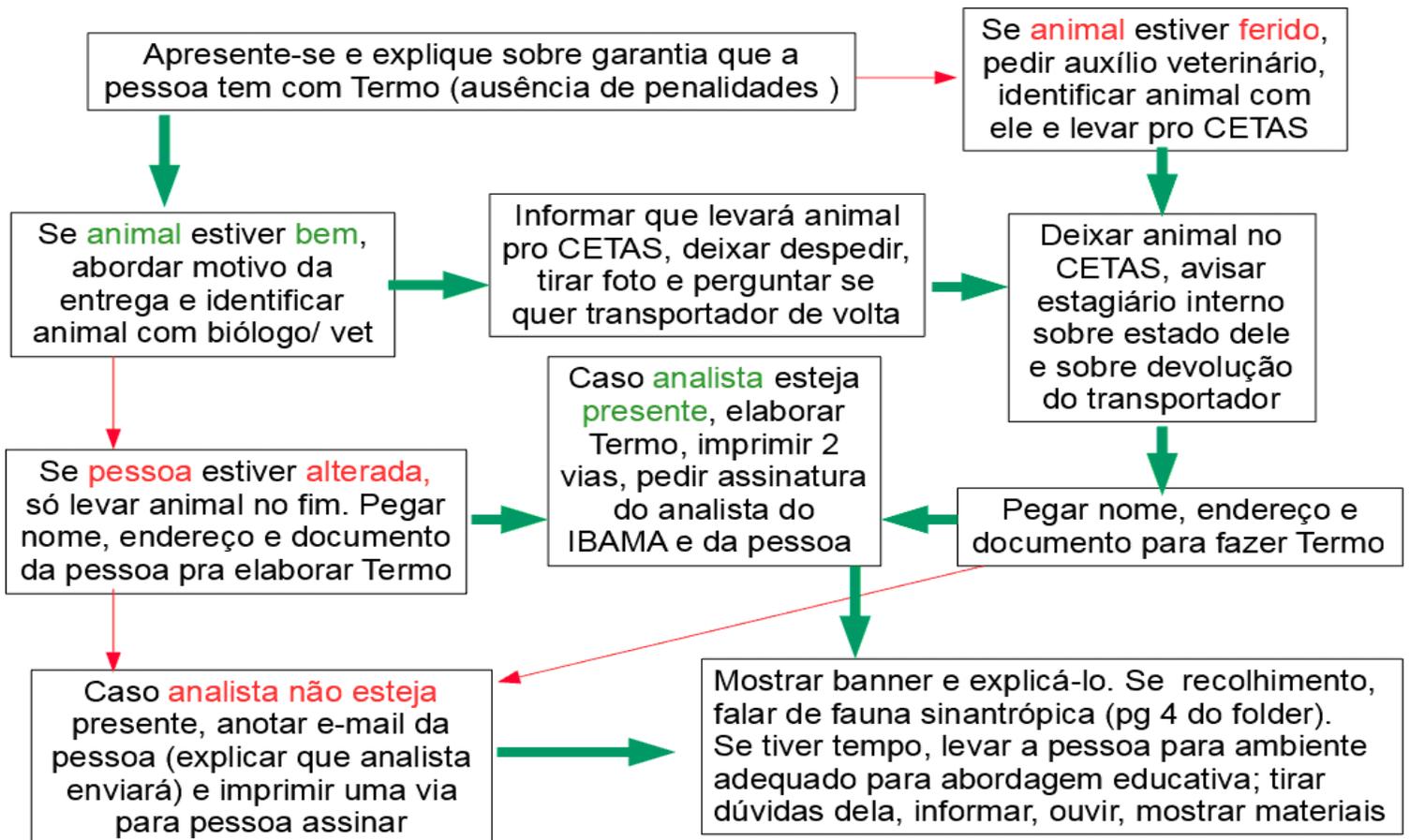
6- Após estes procedimentos, perguntar se a pessoa conhece o **trabalho realizado no Cetas**, se sabe o que acontece com o animal quando entra lá. Explicar, usando o **banner (APÊNDICE A)**, que o animal passará por uma **avaliação clínica**, na qual são consideradas as enfermidades e possíveis ferimentos que possa ter. Quando é identificado algum problema, o animal é tratado conforme recomendações específicas antes de ser agrupado. Se estiver aparentemente saudável, o animal passa pela **avaliação física** em que é analisada tanto sua integridade anatômica quanto sua capacidade funcional: se falta algum nutriente, se está magro ou obeso, se as penas das asas estão completas, entre outros. Se for necessário algum cuidado, o animal fica na quarentena. Se está em condições normais, é encaminhado para avaliação comportamental. Nessa etapa é observado se o animal está estressado, mutilando-se, agressivo, manso demais, se está alimentando-se adequadamente, como se comporta com os outros... Só após esses procedimentos é possível definir a melhor abordagem para cada animal. A prioridade de **destinação** do Cetas é sempre a **soltura**, e para isso trabalha-se com a **reabilitação** do animal entregue para que ele possa sobreviver em ambiente natural, com **hábitos naturais**: comportamento alimentar, grupal, de locomoção, entre outros esperados para a espécie. Para que se obtenha esse resultado é preciso ter um ambiente adequado e técnicas, como o enriquecimento ambiental, que permitam o desenvolvimento do animal. Os órgãos ambientais possuem uma área de reabilitação, o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS) e parceiros reabilitadores. As **solturas** são realizadas em Áreas de Solturas de Animais Silvestres cadastradas em todo o Estado. São **áreas** particulares nas quais o proprietário se dispõe voluntariamente a receber animais para soltura. É realizada uma avaliação prévia pelo órgão ambiental para constatar se a área é **relevante** para a soltura e se garante **segurança dos animais** soltos. Se aprovada, a área precisa construir um **recinto de aclimação** para que, após a viagem até sua chegada, os animais possam se recuperar em viveiros protegidos. Nesses viveiros são oferecidas alimentação e água à vontade e, após período de adaptação, é aberta uma porta do recinto pela qual os animais podem sair à medida que se sentirem seguros. É fornecida alimentação de reforço ao redor e dentro do recinto para onde podem voltar, se precisarem ou quiserem. Trata-se da **soltura suave**. Somente quando constatado que estão **inaptos à reintrodução**, que não darão mais conta de viver em seu ambiente natural (em casos específicos como **lesões incapacitantes**, mutilações e **distúrbios comportamentais**) é que são encaminhados para **cativeiro autorizado**. Esses cativeiros não podem vender o animal ou repassá-lo, e precisam estar cadastrados e seguir critérios, com corpo técnico e condições adequadas para receber esses animais.

7- Caso ocorra **recolhimento** de **fauna** silvestre em **ambiente urbanizado**, se possível, explicar, usando as páginas 4 e 7 do **folder (APÊNDICE B)**, que a ocorrência dela em meios urbanos é algo natural, que essas espécies podem já ter habitado os arredores antes da construção das cidades, e que com elas perderam seus habitats. Explicar que houve diminuição da oferta de comida e território, obrigando-os a utilizarem ao meio urbano. Espécies generalistas, com capacidade de se adaptar a diferentes condições, tendem a resistir melhor nas cidades e arredores. Bons exemplos são gambás, pombos, micos, urubus, maritacas, morcegos, entre outros. Algumas vezes conflitos são gerados por medo ou desconhecimento do ser humano em relação aos hábitos dos animais. Explicar que as possibilidades de ataque estão ligadas, na maioria das vezes, a animais que estão com filhotes ou se sentem acuados. Não há como removê-los todos e é crime ambiental matá-los. É preciso aprender a conviver e, se forem indesejados, algumas providências podem ser adotadas. Geralmente eles vêm em busca de **abrigo** ou **comida** disponível; assim, não se deve alimentá-los, pois o animal voltará e cada vez mais se aproximará. Mesmo **sem oferecer, o alimento** acessível é atrativo, como os de sacos de lixo, lixeiras fáceis de abrir, rações de animais domésticos, restos de comida, entre outros. **Deve-se**

isolá-los. Recomenda-se também **tampar frestas, buracos, telar** locais que possibilitem sua entrada para não criarem ninhos e evitar que se abriguem novamente.

8-O educador deve convidar o entregador a conversar mais sobre o animal, tirar **dúvidas**, discutir, caso ele tenha algum tempo. Levá-lo então para **ambiente adequado para a abordagem educativa.** Todos esses passos estão resumidos de modo esquemático na figura abaixo.

ATENDIMENTO AO PÚBLICO CETAS BH



Se a pessoa **não tiver tempo**, perguntar se tem interesse em receber material educativo sobre animais silvestres. Caso tenha, entregar o folder e anotar o e-mail dela no Caderno para encaminhar depois. **Agradecer a entrega/recolhimento**, reforçar o ato da entrega e **pedir que passe adiante** essa experiência e as informações.

Reforçar que os únicos animais silvestres que o Cetas BH **não recebe são os morcegos** (que devem ser encaminhados à zoonose da prefeitura) e **serpentes peçonhentas** (contatar FUNED).

Abordagem educativa

Em uma situação **normal** - sem alterações emocionais ou comportamentais do público:

- Recomenda-se iniciar pelo assunto que trouxe o entregador ao Cetas: o animal. O público se mostra mais receptivo, aberto e entende que “faz parte de um protocolo”. Abordar sobre a origem e a história desse animal pode ser um bom começo. Se o animal estava na posse do entregador, pergunte porque optou por aquela espécie. Se a pessoa o recolheu, pergunte se sabe se a espécie é doméstica ou silvestre. A partir da resposta a qualquer uma das duas perguntas, aproveite a deixa para contar que há diferença entre animais domésticos e silvestres que são amansados.
- Convide o entregador a jogar o **jogo** educativo “Domésticos x Silvestres: Cada Macaco no seu Galho” (**APÊNDICE C**). Faça a proposta em tom de desafio/brincadeira. Exemplo: “Será que você conseguiria identificar na prática qual é qual? Vamos ver?” Incentive-o dizendo que há um brinde para quem acertar duas questões e que vale tentar. Cuidado para o entregador não se fechar, dizendo que vai errar ou que não sabe nada; diga que a ideia é aprender e se divertir ao mesmo tempo. Caso tope jogar, explique as regras. Jogue quantas fichas a pessoa puder/quiser (tentar que sejam no mínimo 4 para comparar). Mesmo se não acertar, ofereça o brinde, dizendo que o intuito do jogo é discutir e aprender.
- Se o entregador não tiver pelo menos 15 minutos (tempo mínimo para o jogo) apresente o **vídeo** “Doméstico x Silvestres” (**APÊNDICE D**) e se ofereça para esclarecer dúvidas. Usando o **folder** como referência, promova a discussão com os conteúdos seguintes.

Os animais domésticos não nasceram assim. Todos os animais algum dia foram silvestres, mas, ao longo da história da humanidade, em milhares de anos de convivência com os animais houve um processo de domesticação. Isso se deu gradativamente há mais de 10.000 anos; os homens manipularam os animais para conseguir obter características mais próximas das desejáveis. Além de cães e gatos, bons exemplos são os chamados animais de criação (vacas, cavalos e outros). Analisemos os cães. Todas as raças que vemos hoje são animais selecionados para ficar dessa forma. No início alguém observou que na mesma ninhada alguns eram mais dóceis, outros mais espertos, com instinto caçador, ou outras características. Separou-se, então, esses animais que foram cruzados entre semelhantes, de acordo com o que era desejado. Esses cruzamentos foram repetidos inúmeras vezes, separando grupos de animais com características específicas. O que é importante perceber é que as manipulações feitas ao longo de milhares de anos pelos humanos fizeram com que os animais domésticos tivessem características biológicas e comportamentais de dependência com o ser humano, e muitas vezes aparência diversa da dos animais silvestres originários. Silvestres não têm essa relação. Pode-se amansá-los e adaptá-los ao cativeiro, mas em sua constituição não se tornaram domésticos. Sua espécie vive bem sem o ser humano. Tê-los em casa pode fazer muito mal a eles em decorrência de cuidados inadequados com alimentação e saúde, privação do ambiente natural, de hábitos naturais, da liberdade, entre outros aspectos.

Além disso, o impacto da retirada de animais silvestres do ambiente natural pode ser observado mesmo em pequenas quantidades. Animais sociais como os psitacídeos (papagaios, araras, maritacas) exercem funções em seus respectivos bandos, podendo a retirada de um só indivíduo, prejudicar a estrutura do grupo, dissolver o bando e/ou aumentar a vulnerabilidade dos demais com. Existem também espécies que têm

poucos filhotes e, quando um é retirado, pode interferir em todo o ciclo de reprodução. Outro ponto é que se todas as pessoas pensarem que podem retirar um, em pouco tempo não teremos mais aqueles animais na natureza; só em cativeiros, como é o caso dos bicudos. Mesmo espécies que têm muitos filhotes, como gambás, estes cumprem função de presa para outros em seu ambiente. A teia alimentar é prejudicada em vários níveis e funções importantes para o meio ambiente, que deixam de ser cumpridas quando esses animais são retirados. Há animais que revolvem camadas do solo, outros que dispersam sementes pela floresta além de outras características; todos têm funções. Além de prejuízos às próprias espécies, pode haver desequilíbrio ambiental sempre que se retira indevidamente animais de seus meios naturais.

Sobre os animais retirados, é importante esclarecer que a maioria não sobrevive. A cadeia do tráfico de animais silvestres trabalha com números; as vidas em si não têm valor. A maioria das vezes a vida dos animais vale menos que outras mercadorias, posto que se alguns chegam até o consumidor final, basta para se obter o ganho financeiro. Muitas vidas são tiradas e outros tantos animais sofrem maus tratos

É importante frisar que, apesar de ser a 4ª atividade ilegal em termos de movimentação financeira no mundo, não é só o caráter monetário que faz com que o tráfico aconteça. A partir da hora que alguém tem a demanda de ter/receber um animal silvestre sem procedência legal em casa, existirão pessoas dispostas a tirá-los da natureza para esse fim. Essa motivação alimenta o tráfico de animais silvestres, e mesmo que a intenção de presentear ou tentar amparar um animal seja boa, as consequências são ruins. Além disso, o recado para quem visita alguém que mantém um animal silvestre em casa é de que pode ser aceitável mantê-lo ilegalmente; seria um tipo de incentivo, um exemplo. Nesses casos o animal deve ser levado ao Cetas.

Não é possível legalizar/reaver o animal que se encontra em situação irregular. Se não há registro da procedência desse animal e o órgão ambiental autoriza a pessoa a manter um animal possivelmente retirado da natureza, é como dizer que as pessoas podem continuar os retirando. Mesmo que o animal tenha sido recolhido de uma situação de vulnerabilidade, dado de presente ou que tenha criado "vínculo" com a pessoa, não pode permanecer com ela. A única possibilidade de um animal silvestre legalmente ficar com uma pessoa que o mantém em cativeiro é se ela comprou de criadouro autorizado. Do contrário, a multa mínima é de R\$500,00 e geralmente o valor máximo é R\$5000,00 por animal, variando de acordo com diversos fatores, dentre os quais espécie, quantidade e recorrência. Se o animal estiver em listas internacionais como os psitacídeos, que estão na lista da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), o valor pode passar de R\$10.000. Há sempre o processo que o autuado enfrentará por crime ambiental, mas a prisão é rara e a pena é de 6 meses há 1 ano. Geralmente a pena é convertida em serviços comunitários. Pode ser dito que os próprios órgãos ambientais veem as penalidades como brandas e lamentam a falta de estrutura, pessoal e recursos aplicados nessa área como um todo.

Em relação a algumas espécies originárias de outros países, como a calopsita, o canário-belga, entre outros, são tratadas como de estimação em nosso país uma vez que, ainda que silvestres, não há possibilidade de serem introduzidos em nosso

ambiente. Estes podem tanto não resistir ao novo ambiente, não encontrando comida e outros recursos, quanto podem se espalhar mais que o esperado como os búfalos da ilha de Marajó no Pará, causando desequilíbrio ambiental. Hoje, várias espécies exóticas (ou não nativas do Brasil) são legalmente comercializadas e podem ser mantidas em cativeiro. Algumas são tratadas operacionalmente como domésticas (Anexo da Portaria IBAMA nº93/1998) e outras vendidas em criatórios autorizados.

- O foco da abordagem é sempre incentivar a pessoa que deseja possuir um animal a ter os domésticos como companhia, ou, pelo menos, um operacionalmente permitido. Se o entregador quiser mesmo ter silvestre nativo, que seja legalizado. Se ele questionar quais estabelecimentos são legalizados, informe que são os que emitem nota fiscal e fazem a marcação adequada dos animais. Para obter uma relação dos que estão ativos, o público pode entrar em contato com a Gerência de Uso e Manejo de Fauna Silvestre do IEF.
- Dizer sempre que a ação da entrega do animal rompe o ciclo do tráfico e da interferência negativa do ser humano na vida deles. O carinho é apreciado, mas o bem-estar do animal está em seu ambiente natural, por isso **agradeça** tê-lo trazido ao Cetas e reforce a **importância do ato**. Diga que demonstrar o amor pelos animais e **mudar esse quadro** do tráfico e degradação ambiental está ao seu alcance ao multiplicar a causa, pedir que mais pessoas tragam e denunciar se preciso, apoiar instituições parceiras, ajudar no recolhimento. Tudo isso tem muito valor!
- Por fim, indagar se o entregador quer receber material educativo sobre animais silvestres. Caso queira, entregar o folder e anotar o e-mail dela no Caderno para encaminhar depois.

Dicas para lidar com público emocionalmente alterado

Antes de tudo, prestar atenção ao seu próprio estado emocional, sua condição para lidar com público alterado naquele dia e momento. Se julgar que não está preparado, peça apoio da equipe. Caso não seja possível, não fazer a abordagem tradicional. Elaborar o Termo, mostrar o banner exposto, responder o que lhe é perguntado, se for relativo à entrega, sem alongar. Caso a pergunta não seja pertinente, encaminhar a pessoa a um superior. Se todos estiverem ocupados dizer que ela pode ligar depois para o Cetas. **Respeitar seu limite para não gerar situações desagradáveis.**

Abaixo seguem tipos comuns de públicos e dicas para cada um.

Choroso: não cortar a pessoa, nem pedir para não chorar. Dizer que você está lá para ouvi-la, para conversar, que a pessoa não precisa se constranger. Dizer que é normal se apegar aos animais, que entende o que a pessoa está passando e sabe que é difícil. Caso se emocione, evitar demonstrar. Dizer que o animal ficará bem, descrever o que ocorrerá com ele e incentivar a falar sobre ele. Oferecer água e um local calmo para a conversa. Caso haja mais de uma pessoa neste estado, observar qual está mais calma, pois esta poderá ser o foco inicial. Tentar obter suporte dessa pessoa para lidar com a mais alterada.

Nervoso/bravo: adotar postura calma e firme e dizer que a pessoa está fazendo o que é melhor e mais correto, não só por estar dentro da lei quanto por ser o melhor para o animal. Se a pessoa não for desrespeitosa com você, deixar falar, dizer que entende que a pessoa esteja assim, mas que pode esclarecer alguns pontos e tirar dúvidas, com paciência e calma. Dizer que ela será ouvida e poderá conversar sobre os procedimentos se tiver interesse. Caso a pessoa não se acalmar, for desrespeitosa ou mostrar dificuldade maior, pedir licença e chamar um superior.

Ansioso/agitado: adotar postura tranquila e segura e dizer que o animal será adequadamente direcionado. Tentar aclarar dúvidas e questionamentos. Falar que a pessoa deve ficar tranquila e que os procedimentos serão feitos de acordo com o protocolo do Cetas, que você poderá explicá-los em detalhes, caso a pessoa deseje. Não entrar no ritmo da pessoa aflita, tentar se conter. Em casos de emergência veterinária ou quando a pessoa declara esta necessidade, chamar o veterinário e pedir auxílio, pois, mesmo quando a situação não é realmente urgente clinicamente, acontece de a pessoa só se acalmar quando o animal é examinado. Tratar com atenção, mas sem nervosismo.

Contestador: não tomar a postura da pessoa como um problema pessoal com você, estar sempre atento ao foco da abordagem e não se deixar levar pelas dúvidas/afirmações/desafios trazidos por ela. Caso haja questionamentos/comentários que deem outra direção para a abordagem, ser objetivo na resposta e não abrir espaço para novos conflitos. Fechar o assunto dizendo que a pessoa pode obter informações em um outro momento e/ou por outros meios (internet, profissionais especializados, material a ser enviado por nós caso queira). Se houver recorrência de um assunto, insistência/repetição de posição/postura, reafirmar a previsão legal e encerrar o tema. Algumas pessoas não estão abertas a mudança e a discussão, apesar de válida, deve ter início, meio e fim.

Quanto à abordagem educativa, caso a pessoa consiga manter-se tranquila após o primeiro momento, qualquer instrumento pode ser usado (jogo, filme, folder), de acordo com o julgamento do educador do que seria adequado para o estado emocional em questão. Caso esteja difícil fazer a abordagem, o educador deve tentar ao menos mostrar o banner para que a pessoa vá embora mais segura de sua ação. Se até isso não for possível, buscar ser cordial.

Alterações comportamentais decorrentes de regras do CETAS

Algumas vezes, diante da proibição de entrar no Cetas, visitar o animal posteriormente ou mesmo de tirar fotos dos animais, as pessoas se alteram. Podem tentar entrar furtivamente, tirar foto mesmo sendo avisada, desistir da entrega ou, se já tiverem entregado, pedir o animal de volta.

Permanecer firme e calmo diante dos pedidos, mesmo se insistentes.

Se necessário, explicar os itens listados a seguir.

Fotos: os animais estão no Cetas para se reabilitarem, e a ideia não é expô-los. Eles estão em uma situação temporária de cuidados e exibir imagens na mídia deve ser feito com parcimônia, oficialmente pelos órgãos envolvidos, dentro de um contexto e com um propósito específico. Esses procedimentos não são permitidos à população. Se a pessoa quiser fotografar o próprio animal sendo entregue ao funcionário não é problema, mas as instalações e o que adentra o Cetas, não. Se a pessoa chegar a fotografar, mesmo após o aviso, é importante pedir que ela apague as fotos antes de sair.

Entrada no Cetas: dentro do Cetas os animais estão em reabilitação. Recebemos animais de todas as formas: machucados, feridos, estressados, muito humanizados. Estes animais precisam de um ambiente tranquilo para se recuperarem física e comportamentalmente, para se ajustarem à nova realidade, para criar hábitos e relações com outros da mesma espécie. Se o trânsito de pessoas não for controlado, esses animais podem se estressar e atrapalhar todo o processo. Além disso, o contato com humanos, principalmente aqueles com os quais dividiram uma rotina, deve ser evitado a fim de que façam novas conexões, dessa vez com seus pares. Por fim, as pessoas, assim como os animais, transmitem doenças e, bem como em um hospital, precisamos cuidar da segurança dos internos e dos visitantes. A equipe tem os devidos cuidados de saúde, comportamento e proteção para si e para os animais. Abrir para visitação compromete a integridade do local e a saúde em geral. Caso solicitada entrada, mostre o aviso afixado na porta, explique as questões expostas acima bem como a limitação de espaço físico e a falta de estrutura específica para trabalhos educativos com visitação. Se o entregador entrar mesmo assim, pedir imediatamente que se retire.

Desistência da entrega: a pessoa que entrega está rompendo com o ato de ilegalidade, com o tráfico e as consequências para a natureza da retirada do animal. Mesmo que bem-intencionada, a posse ilegal é um problema para os animais e alimenta a demanda. Animais recebidos não são devolvidos em nenhuma hipótese. Caso não tenha entregado ainda e ameace ir embora com ele, dizer à pessoa que o órgão ambiental sabe que ela está de posse de um animal ilegalmente e que se a entrega não for voluntária, a polícia poderá ir até sua casa recolhê-lo com processo e multa. Esclarecer e manter-se calmo. Não se indispor fisicamente com a pessoa. Caso ela insista, anotar dados que tenha obtido dela para denúncia posterior (nome e placa do carro, por exemplo).

Nas três situações, se tudo que foi feito não funcionar, você pode dizer que a **proibição é norma** da instituição e que se o procedimento for autorizado, quem permitiu pode sofrer **consequências** graves, ser dispensado, inclusive. Se ainda assim a pessoa insistir, chame um **superior**.

Apêndice A do Guia

Banner “O que acontece com os animais que chegam ao Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas)”

O que acontece com os animais que chegam ao

Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS)

Recebimento dos animais:

Fique tranquilo: o animal será prontamente atendido!
Você receberá um Termo que garante que não há penalidade
ao entregar o animal
Onde: CETAS



Avaliação, marcação e triagem dos animais:

O animal será identificado, avaliado (parte clínica, física e comportamental) e encaminhado para local adequado (enfermaria, sala de filhotes, quarentena).
Onde: CETAS

Reabilitação:

O animal, mesmo já tendo vivido em cativeiro, terá chance de reaprender a viver na natureza com outros de sua espécie e até mesmo reproduzir. Comportamentos que o animal terá em vida livre serão reforçados: busca de alimentos, treino de voo, convívio em bandos, uso do ambiente natural (folhas, galhos, tocas...)
Onde: Inicia-se no CETAS, continua em Reabilitadores parceiros e no Centro de Reabilitação de Animais Silvestres (CRAS)



Destinação:

Animais que conseguem voltar para natureza serão transportados até uma área com um recinto onde podem se abrigar, comer e descansar da viagem. Ao se adaptarem ao novo ambiente e sentirem-se seguros, saem por conta própria para a vida livre.
Onde: Em Áreas de Soltura de Animais Silvestres (áreas particulares, atestadas pelo Estado como aptas a receber algumas espécies e onde há registro delas já vivendo soltas).
Animais que não podem retornar à natureza (por lesões incapacitantes, distúrbios de comportamento...) ficarão sob cuidados especializados. Onde: Em cativeiros legalizados.

Mesmo com boa intenção, manter animal silvestre em cativeiro sem licença é crime, prejudica o animal e o meio ambiente.
Não retire da vida livre, não compre de clandestinos e não mantenha em casa animais que você acolheu. Traga-os para o CETAS!

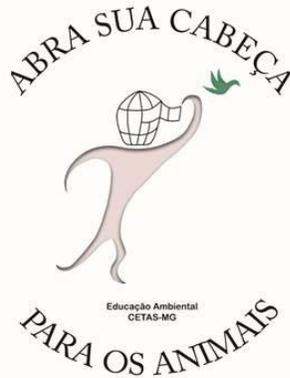


Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais
Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Quebre o ciclo! Evitando a posse ilegal você combate o tráfico de animais e restabelece o equilíbrio ecológico! Você pode fazer parte disso!
Dê o exemplo! Os animais, a sociedade e toda natureza te agradecem!!!

Apêndice B do Guia
Fôlder “Abra sua Cabeça para os Animais”

SUA AJUDA É MUITO IMPORTANTE!
A natureza agradece!



Autoria: Isabella Janot Pacheco Carneiro, Bárbara da Silva Dias, Daniela de Oliveira Costa e Izabela Aparecida Rocha Porto
Design gráfico, diagramação e ilustrações : Nino Camini
Logotipo : concepção Isabella Janot Pacheco Carneiro execução Leandro Guimarães
Revisão: Alice Lopes, Antonio Fernando Mendes, Camila Marques, Christiane Encarnação, Daniel Vilela, Flávio Túlio Gomes, Nathália Trevisani, Nino Camini, Thiago Stehling Charge gentilmente cedida por Junião: www.juniao.com.br
Apoio:



O QUE É O CETAS?

CETAS (Centro de Triagem de Animais Silvestres) são unidades responsáveis pelo manejo dos animais silvestres que são recebidos de ação fiscalizatória, resgate ou entrega voluntária de particulares.

O QUE ACONTECE COM O ANIMAL QUE CHEGA AO CETAS?

Recebimento dos Animais: fique tranquilo, o animal será prontamente atendido! Entregando o animal voluntariamente você não sofre nenhuma penalidade e pode tirar todas as suas dúvidas - **CETAS**



Avaliação, Marcação e Triagem dos Animais: o animal será identificado, avaliado (parte clínica, física e comportamental) e encaminhado para o local adequado (enfermaria, sala de filhotes, quarentena) - **CETAS**

Reabilitação: o animal, mesmo já tendo vivido em cativeiro, terá a chance de reaprender a viver na natureza com outros de sua espécie e até mesmo reproduzir. Comportamentos que o animal terá em vida livre serão reforçados: busca de alimentos, treino de voo, convívio com bandos, uso do ambiente natural (folhas, galhos, tocas etc) - **CRAS** e reabilitadores



Destinação: animais que conseguem voltar para a natureza serão transportados até uma área com um recinto onde possam se abrigar, comer e descansar da viagem. Ao se adaptarem ao novo ambiente e sentirem-se seguros, saem por conta própria para a vida livre - **ASAS**

Os animais que não podem retornar à natureza (por lesões incapacitantes, distúrbios de comportamento etc) ficarão sob cuidados especializados.

VOCÊ SABE A DIFERENÇA?



Porco doméstico

- Convivem com as pessoas há milhares de anos e tiveram suas características alteradas pelo manejo humano e reprodução em cativeiro.
- Depois de muitas gerações de mudanças, hoje eles podem ser bem diferentes das espécies silvestres das quais vieram, tanto na aparência quanto no comportamento.
- Os cruzamentos direcionados por humanos selecionaram traços que permitem usos variados desses animais (transporte, alimentação, guia, tarefas, companhia, etc.).
- Após tantas modificações, estas espécies dependem dos humanos, sendo nossa responsabilidade garantir seu bem-estar, qualidade de vida, segurança, que inclui controle populacional.

Por que ter: A convivência com animais domésticos pode ser vantajosa e prazerosa para homens e animais. Eles precisam do homem e não podem ser soltos nas cidades nem na natureza. Além de correrem risco de não sobreviver, podem competir por comida e território com espécies nativas, transmitir doenças, se alimentar delas ou se reproduzir com elas, causando desequilíbrio



Porco do mato nativo - Cateto

- São aqueles encontrados na natureza do nosso país. Livres no cerrado, campos, pântanos, matas e florestas, onde encontram formas de se abrigar, alimentar e sobreviver sozinhos, sem contato humano.
- No meio ambiente exercem funções muito importantes para o equilíbrio ambiental: ajudam na reprodução de plantas, espalham sementes, arrijam o solo, permitem a entrada de água e ar nele, se alimentam de outras espécies, entre outros.
- Retirá-los da vida livre em definitivo, mesmo com intenção de ajudá-los, além de ser crime ambiental, prejudica esses animais e seu meio. Mesmo que aparentemente felizes, em cativeiro eles sofrem muito devido a redução do espaço físico, solidão, restrição ou alteração de hábitos e exposição a doenças humanas e de animais domésticos.

Por que não ter: Para chegar na sua casa o animal silvestre perde sua liberdade, sua família, sua saúde e a chance de ter filhotes. Retirados de seu ambiente, esses animais deixam de cumprir suas funções ecológicas e suas espécies podem ser extintas. Com essas perdas, florestas inteiras podem morrer também.



Javali europeu

- Animais não encontrados naturalmente no território brasileiro. Seus ancestrais foram trazidos de outros países, onde viviam na natureza.
- No Brasil não podem viver soltos. Algumas espécies não encontram condições adequadas para sobreviver em um novo ambiente: abrigo, comida, clima e morrem. Outras acham o que precisam e podem trazer sérios danos ao ecossistema invadido: à medida que reproduzem passam a competir com os animais nativos por comida e território, podendo reproduzir com eles, expulsá-los, predá-los ou eliminá-los de lá. Podem alterar também o ambiente natural, gerando desequilíbrio.
- Há ainda espécies generalistas que se adaptam a ambientes urbanizados muitas vezes sem causar grandes impactos.

Posse legalizada: Alguns animais silvestres exóticos criados em grande escala e há muito tempo em cativeiro no Brasil, têm sua posse permitida pelo IBAMA, como se fossem domésticos (Portaria IBAMA 93/1998). Animais nativos criados em cativeiros previamente autorizados pelo órgão ambiental podem ser comercializados. Eles são marcados e possuem nota fiscal para atestar sua origem legal e indicar que não foram retirados da natureza.

Convívio de Animais Silvestres com os Humanos

Muitos animais silvestres perderam sua casa em decorrência de atividades humanas. Alguns encontraram formas de se adaptar e sobreviver nos centros urbanos e em certas situações a convivência deles com humanos pode trazer transtornos. Apenas a presença desses animais perto das pessoas não é motivo para recolhê-los. Por se tratar de fauna silvestre em vida livre é crime capturá-los, além de inútil uma vez que haverá outros ao redor. Geralmente eles se aproximam das residências em busca de alimento e abrigo.

Para evitar conflitos deve-se:

- tampar todos possíveis locais de abrigo, telando as frestas;
- retirar/isolar/esconder as possíveis fontes de alimento disponíveis como restos de comida, rações de animais;
- retirar o lixo somente nos dias de coleta;
- manter o ambiente sempre limpo;
- caso o animal já tenha entrado, deixe um caminho livre para que saia, principalmente à noite, pois muitos têm atividade noturna.

Recolhimentos só acontecem se o animal ou a pessoa estiverem em perigo real. Se o animal estiver preso, ferido, bravo, estressado, com filhote ou for venenoso, Ele não deve ser manipulado ou capturado. A Polícia Militar de Meio Ambiente (PMMamb) ou os Bombeiros de sua região devem ser acionados para resgatá-lo.

Caso você mesmo tenha condições de capturá-lo, leve-o ao Centro de Triagem de Animais Silvestres mais próximo.

Onde ficam:

CETAS - Belo Horizonte

Endereço: Avenida do Contorno, 8121 – Bairro: Lourdes

Telefone: (31) 3555-6179

CETAS - Juiz de Fora

Endereço: Avenida Prefeito Mello Reis, 1500 – Bairro: Aeroporto

Telefone: (32) 3215-1662 / 3233-1269 / 0077

CETAS - Montes Claros

Rua Antônio Francisco, 89 – Bairro Edgar Pereira

Telefone: (38) 3223-9669

Vamos mudar esse quadro? Faça parte da mudança...

- Recolhendo o animal de situação de vulnerabilidade ou filhote sem a mãe e levando ao CETAS (ver fluxograma no verso do folder)

- Ajudando (financeiramente ou com suprimentos) organizações parceiras que apoiam a causa e arcam com os gastos de projetos de reintrodução e monitoramento de animais na natureza, manutenção daqueles que não podem voltar por quadros intratáveis, Áreas de Soltura de Animais Silvestres e reabilitadores cadastrados de animais

- Buscando como companhia preferencialmente animal doméstico. E caso vá mesmo adquirir um silvestre, comprando de criatórios legalizados pois garantem que o animal não foi retirado da natureza e que recebeu os cuidados adequados.

- Não retirando da natureza, comprando ou aceitando animais sem procedência. Não mantendo em casa animal resgatado ou de posse ilegal e entregando-o no CETAS

- Tentando convencer pessoas próximas a entregar voluntariamente (sem penalidades) e denunciando aquelas que mantêm animal silvestre ilegalmente.

A denúncia é anônima, não têm que dar seus dados, você não perde nada e a natureza ganha!

Canais de denúncia

. Polícia Militar do Meio Ambiente BH: (31) 2123-1600/ 2123-1637. Outras cidades, 181

. Corpo de Bombeiros: 193

. Linha Verde - IBAMA: 0800 61 8080

. SEMAD 155 <http://www.meioambiente.mg.gov.br/denuncia>

Sites importantes

www.ief.mg.gov.br (IEF)

www.ibama.gov.br (Ibama)

www.mp.mg.gov.br (Ministério Público de Minas Gerais)

www.policiamilitarmg.gov.br/portal-pm/ciapmmamb/principal.action (Polícia Militar)

Para mais informações

<http://www.prrppg.ufpr.br/entrevistacovid19/> (evitar choque de ave com vidraça)

<https://waita.org/> (ONG parceira em vários projetos, ex monitoramento)

<https://pt-br.facebook.com/cetasmg/> e [instagram CETAS MG](https://www.instagram.com/cetasmg/)

<http://www.ief.mg.gov.br/fauna/cetas>

<http://www.ief.mg.gov.br/fauna/uso-e-manejo-de-fauna-silvestre> (animais legalizados)

<http://www.ief.mg.gov.br/fauna/projeto-asas-areas-de-soltura-de-animais-silvestres>

www.asazemigos.com.br (ONG parceira - animais que não voltarão à natureza)

A posse ilegal e o tráfico de animais silvestres

Vários animais silvestres em todo mundo são retirados de seus ambientes todos os dias para os mais diversos fins. Ser usado como companhia é uma prática muito comum no Brasil, mesmo não sendo adequados para ficar em cativeiro. A vontade que você tem de ter aquele companheiro "diferentão", super fofo, falador ou cantor pode acabar mal para todo mundo.

Ao serem capturados causam um grande problema onde viviam pois deixarão de ter filhotes, comer animais menores ou ser comidos por outros; desequilibrando a natureza. Não poderão levar sementes nem preparar o solo, prejudicando o crescimento de florestas. E mesmo que pareçam adaptados e ligados a você, lembre-se: você não está dando opção, tanto que, tendo chance, vários fogem. Mesmo que tente imitar as condições naturais de vida deles, você tira a liberdade e a família deles para obrigá-los a viver na sua!

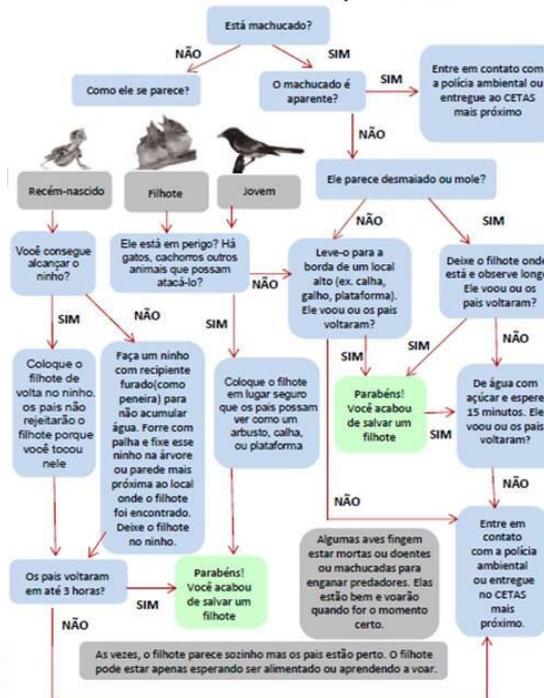
Quem resgata um animal ferido mas depois não deixa ele ir embora, mesmo com boa intenção, está fazendo a mesma coisa. Se achar que ele se apegou a você ou que não conseguirá viver solto de novo, saiba que os profissionais dos órgãos ambientais cuidam e treinam para devolvê-lo à natureza e têm sucesso! Animais soltos que vivem nas cidades e arredores podem conviver conosco e até criar boas relações desde que livres, assim como os que vemos nas matas. Animais nas matas não devem ser recolhidos nem se estiverem feridos pois têm função a cumprir por lá, nem que seja ser comida para outros.



Além das consequências para a natureza e para o animal silvestre, o tráfico deles é a 4ª atividade ilegal que mais movimenta dinheiro no mundo, ficando abaixo do tráfico de drogas, pessoas e mercadorias falsificadas. Muitos animais não resistem aos cuidados inadequados e maus tratos do transporte ilegal e morrem.

Os que sobrevivem chegam ao comprador final (você que comprou na feira/ loja/ estrada) sem garantia de saúde do bichinho e da sua ao conviver com ele. Mesmo que a ideia seja resgatá-lo de más condições, não compre! Isso alimenta a demanda: quanto mais se vende, mais são retirados da natureza, submetidos à crueldade ou morte porque tem quem compre, dê de presente ou aceite ganhar. Só de ter em casa você dá mau exemplo, movimentando o mercado, participando do tráfico e cometendo crime (com multa, processo e podendo ser preso!). Não faça o mal, faça a diferença!

ACHEI UM FILHOTINHO! O QUE DEVO FAZER?



* Fluxograma adaptado da obra "Aves do Parque Ecológico do Córrego Grande" (Marcon, A. P.; Vieira, B. P. - 2017)

Apêndice C do Guia
Jogo educativo Domésticos x silvestres: cada macaco no seu galho

Fichas de Animais Domésticos

Em áreas ambientalmente protegidas, como parques, podem desequilibrar a natureza ao comer animais naturais do local, consumir a comida deles, disputar território ou lhes passar doenças.

Podem ser bem diferentes de seus antepassados, apresentando mudanças, após manejo, na aparência (pelos, cores, tamanho), ciclo de vida (reprodução, filhotes) e comportamento (alimentação, docilidade, relação com o ser humano).

Tem algum tipo de dependência do ser humano, precisando de nosso carinho, companhia, atenção e/ou cuidados.

Se forem soltos em florestas ou ruas têm grande chance de sofrer ou mesmo morrer.

Não têm medo da presença humana nem oferecem risco real aos homens.

Os humanos foram domando e utilizando esses animais para seus interesses: trabalho, transporte, companhia, alimentação...

Elaborado pela Educadora Ambiental Isabella Janot Pacheco Carneiro e as estagiárias Bárbara da Silva Dias, Daniela Oliveira da Costa e Izabela Aparecida Rocha Porto

Fichas de Animais Silvestres

A convivência dos humanos com eles é para ser de longe, com visitas aos ambientes de cada um.

Vivem livres e soltos na natureza, onde encontram formas de se abrigar, alimentar, reproduzir e sobreviver sozinhos, sem precisar do ser humano.

Cumprem funções na natureza que são interrompidas quando são retirados do meio ambiente e a sua criação, sem a devida legalização, é crime.

São traficados e muitos deles morrem durante o trajeto, como resultado de maus tratos, péssimas de condições de transporte e cuidados básicos.

Quando nos aproximamos ou os aprisionamos podem ficar agressivos, nervosos, avançar, morder, arranhar, como forma de defesa.

Em cativeiro sua reprodução é difícil e o espaço físico reduzido, alimentos inapropriados e doenças dos seres humanos podem prejudicar sua saúde e bem-estar, podendo até matá-los.



Instruções Jogo Domésticos x Silvestres: Cada Macaco no seu Galho

Objetivos do jogo:

-Diferenciar e caracterizar, de forma dinâmica, animais silvestres de domésticos.
- Dialogar, de modo dinâmico, sobre as principais ameaças à fauna silvestre e as vantagens de ter como companhia espécime da fauna doméstica em lugar da silvestre.

Público alvo: Jovens e adultos

Regras do jogo:

1. As fichas serão embaralhadas e o jogador deverá escolher uma aleatoriamente.
2. Ao ler a ficha sorteada o jogador deverá pendurá-la no lado do quadro da categoria (doméstico ou silvestre) que considerar que ela representa. O educador ambiental não deve opinar ou tentar influenciar a escolha do jogador.
3. Em seguida, o jogador deve escolher a miniatura de um animal que ele considera representar a frase e pendurá-lo ao lado da ficha sorteada. Novamente o educador ambiental não deve interferir na jogada.
4. Com os objetos no quadro, caso queira, o jogador poderá trocar tanto as fichas quanto as miniaturas de lugar no quadro, sem que o educador ambiental interfira. Estando os objetos posicionados, o educador ambiental deve questionar o porquê das escolhas.
5. A partir das explicações do jogador, o educador ambiental deve discutir o assunto com ele, fornecendo as informações corretas sobre cada uma das categorias, frases e animais em questão (o educador pode recorrer ao Livro do Educador).
6. O número de fichas que o jogador escolherá para completar o jogo pode variar de acordo com a situação. O educador ambiental deve analisar o tempo disponível e o interesse do jogador. Sugere-se no mínimo 4 fichas, mas todas podem ser usadas.

Obs: Caso haja mais de um jogador ao mesmo tempo, é permitido que se ajudem nas escolhas. O educador ambiental deve estimular a discussão entre eles. Caso não haja convergência na jogada, o educador ambiental deve fazer duas rodadas separadas.

Itens do jogo:

- 1 quadro de feltro com separação de categorias e 24 alfinetes para fichas e miniaturas.
- 1 maleta de MDF para guardar fichas, miniaturas e o Livro do Educador.
- 12 miniaturas de animais de feltro com alça para pendurar no alfinete: cachorro, coelho, coruja, gato, jabuti, macaco, marreco, papagaio, porquinho-da-índia, serpente, tucano e vaca.
- 6 fichas plastificadas com frases sobre animais silvestres e alça para pendurar no alfinete.
- 6 fichas plastificadas com frases sobre animais domésticos e alça para pendurar no alfinete.
- 1 Livro do Educador Ambiental contendo: orientações sobre como usar as fichas, as miniaturas e como promover as discussões, além de Fichas Técnicas das 12 espécies representadas no jogo.

Jogo elaborado pela equipe de Educação Ambiental do Centro de Triagem de Animais Silvestres de BH 01/ 2018:
Educadora Ambiental Isabella Janot Pacheco Carneiro (Técnica Ambiental do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais)
Estagiárias da ONG Waita: Bárbara da Silva Dias; Daniela de Oliveira Costa e Izabela Aparecida Rocha Porto

Livreto do Educador Ambiental



Orientações ao Educador Ambiental Fichas Técnicas das Espécies do Jogo

Elaborado pela Educadora Ambiental Isabella Janot Pacheco Carneiro e as estagiárias Bárbara da Silva Dias, Daniela Oliveira da Costa e Izabela Aparecida Rocha Porto

PG 1

Orientações ao Educador Ambiental

Sobre o uso das miniaturas

A utilização dos animais nesse jogo tem como finalidade aplicar o conceito discutido à realidade, com exemplos práticos e cotidianos. É importante dizer para o jogador que as frases de uma categoria vão se aplicar de um modo amplo a qualquer exemplar dela. O foco então não é parear perfeitamente, mas visualizar como a categoria funciona com seus exemplares. Ou seja, em graus diferentes, todos os animais domésticos representam qualquer uma das frases de sua categoria. O mesmo se aplica aos silvestres.

Sobre o uso das fichas

Metade das fichas elaboradas definem a categoria; são frases que dificilmente serão confundidas. A outra metade pode gerar dúvida. A proposta é mesmo essa, pois se todas as frases fossem óbvias não haveria aprendizado, discussão ou desafio.

Quando a ficha estiver em posição errada, o educador deve ouvir o jogador, os argumentos que ele dá para acreditar que a frase se aplica àquela categoria e ao final deve explicar porque a categorização foi feita indevidamente

Para diferenciar as fichas com frases sobre animais domésticos das fichas com frases de animais silvestres, favor observar o verso.

As de domésticos possuem um ponto azul na lateral inferior esquerda.

As de silvestres possuem um ponto azul na lateral inferior esquerda e outro na lateral superior direita.

PG 2

O argumento principal a ser usado é de que as frases foram construídas para representar a categoria de maneira ampla e não apenas casos específicos.

Abaixo seguem orientações ao educador para discutir os casos com o jogador

A frase “*Em cativeiro sua reprodução é difícil e o espaço físico reduzido, alimentos inapropriados e doenças dos seres humanos podem prejudicar sua saúde e bem-estar, podendo até matá-los.*” trata de silvestres no geral. Pode suscitar questionamento de que alguns animais domésticos também passam por essas situações. Deve-se explicar então que devido às modificações induzidas pelo ser humano, vários domésticos lidam bem com espaço físico reduzido, conseguem reproduzir e toleram uma diversidade maior de alimentos (todas espécies domésticas do jogo exemplificam isso). Ou seja, caberiam nessa frase apenas casos específicos de domésticos em situações extremas e, portanto, a frase não representa essa categoria.

A frase “Quando nos aproximamos ou os aprisionamos podem ficar agressivos, nervosos, avançar, morder, arranhar, como forma de defesa.” trata de silvestres. Pode suscitar questionamento de que alguns domésticos também o fazem. Deve-se explicar que a frase trata de situações normais, não de exceções e, dessa maneira, não pode ser usada como representativa de toda a categoria.

A frase “*Tem algum tipo de dependência do homem, precisando do nosso carinho, companhia, atenção e/ou cuidados.*” representa os domésticos no geral. Pode suscitar questionamento de que alguns animais silvestres mantidos em cativeiro aparentam depender da companhia, carinho ou atenção humana. Deve-se explicar, então, que um animal silvestre em seu estado natural não tem necessidade da presença humana. Em cativeiro, as pessoas não dão escolha ao animal senão de interagir com elas. Podem ser condicionados a comportamentos que lhes são ensinados para ter o que precisam: alimento, atividade, interação. Um animal silvestre pode criar relação com pessoas, mas ter dependência delas a ponto de não ser reabilitado caracteriza distúrbio comportamental causado pelo ser humano; é antinatural para eles de modo que a frase não representa a categoria.

A frase “*Em áreas ambientalmente protegidas, como parques, podem desequilibrar a natureza ao comer animais naturais do local, consumir a comida deles, disputar território ou passar doenças para eles.*” representa animais domésticos no geral. Pode suscitar questionamento de que animais silvestres exóticos àquele ambiente, ao serem introduzidos, podem gerar distúrbio ecológico. Deve-se explicar então que essa é só uma das possibilidades desse subgrupo, pois esses animais quando em ambiente diverso do seu natural, também têm grande possibilidade de morrer. Ademais, o foco do jogo está em um nível mais básico e amplo, diferenciando animais silvestres de domésticos. A frase se aplica só a um subgrupo de silvestres e em certos casos, de modo que não os representa. Obs: Caso surja interesse pelos exóticos, trabalhar conceito com o folder.

Animal silvestre

Nome comum: tucano toco ou tucanuçu

Nome científico: *Ramphastos toco*

Ordem: Piciformes

Área de ocorrência geográfica: tem distribuição extensa no território brasileiro, mais adensado em regiões campestres do interior.

Ocorre também na Bolívia, Guianas, Paraguai e no norte da Argentina.

Habitat natural da espécie: ocorre no Cerrado e na Mata Atlântica, habita matas de galeria, capões; sobrevoa frequentemente campos abertos e rios largos. Por ser uma espécie de habitat e alimentação generalista se adequa bem a fragmentos florestais e mesmo a áreas antropizadas.

Curiosidade: seu bico é composto de tecido ósseo esponjoso, o que o deixa mais leve e não atrapalha o voo. As bordas são serrilhadas, o que o torna cortante! Para dormir, ele vira a cabeça para trás e apoia o bico nas costas.

Referências bibliográficas: http://portal.unemat.br/media/oldfiles/ppgec/docs/Producoes_Curso_de_Campo_2009/Relatorios_Grupos_2009/Souza_et_al_Composicao_trofica_da_avifauna_d_e_cerrado.pdf. // < <http://www.wikiaves.com.br/tucanucu> > Acesso em: 3 de Julho de 2018. // <http://www.oeco.org.br/blogs/fauna-e-flora/26904-o-grande-tucano-toco-apartidario/>



A frase “*Não têm medo da presença humana nem oferecem risco real aos homens.*” também representa animais domésticos no geral. Pode suscitar questionamento de que alguns animais silvestres, após período de amansamento, se comportam do mesmo modo. Deve-se explicar então que em estado natural isso raramente acontece com silvestres e que mesmo nos casos de cativeiro isso não é regra. Alguns, mesmo apresentando esse comportamento em cativeiro, podem, após reabilitação, passar a afastar ou atacar na presença de humanos. Ou seja, caberiam nessa frase apenas silvestres que não podem ser reintroduzidos e, portanto, a frase não representa essa categoria. O questionamento de que alguns domésticos não se comportam assim deve ser esclarecido, dizendo que a frase trata de situações normais e não de exceções.

A frase “*Se forem soltos em florestas ou ruas têm grande chance de sofrer ou mesmo de morrer.*” representa os animais domésticos como um todo. Pode suscitar questionamento de que se o silvestre estiver numa rua ou for solto em uma floresta qualquer também vai sofrer essas consequências. Deve-se explicar então, que animal silvestre em seu estado natural não precisa ser manipulado pelos humanos nem ser solto em lugar algum. Essa é a regra. Há também os que, mesmo livres, convivem nas ruas sem sofrer (fauna sinantrópica) e os de cativeiro que, após trabalho do órgão ambiental, são soltos em florestas. Caberiam nessa frase só casos específicos de silvestres de cativeiro que as pessoas soltam aleatoriamente; a frase então não representa a categoria.

Animal silvestre

Nome comum: coruja buraqueira

Nome científico: *Athene cunicularia*

Ordem: Strigiformes

Área de ocorrência geográfica: ocorre em todo território brasileiro, bem como em vários outros países do continente americano (sul do Canadá ao sul da Argentina).

Habitat natural da espécie: ocupa grande amplitude de biomas, do nível do mar até 4500 m de altitude. Povoia cerrados, campos naturais, áreas de restingas, planícies, encostas montanhosas e praias. Não é comum em áreas densamente florestadas. Por sua diversidade de hábitat e hábitos tem sucesso em áreas antropizadas como aeroportos, pastos, rodovias, terrenos baldios etc

Curiosidade: pode ser vista durante o dia e ficar pousada sobre uma perna, ambos hábitos incomuns para as outras corujas.

Referências bibliográficas: Menq, W. (2018) Coruja-buraqueira (*Athene cunicularia*) - Aves de Rapina Brasil. Disponível em: < http://www.avesderapinabrasil.com/athene_cunicularia.htm > Acesso em: 3 de Julho de 2018. < <http://www.wikiaves.com.br/coruja-buraqueira> > Acesso em: 3 de Julho de 2018.



Animal silvestre

Nome comum: papagaio verdadeiro
Nome científico: *Amazona aestiva*
Ordem: Psittaciformes



Área de ocorrência geográfica: ocorre no interior da América do Sul: Bolívia, Paraguai e Argentina. No Brasil tem ampla área de ocorrência, mais densamente presente na porção leste (regiões nordeste, centro-oeste, sudeste e sul).

Habitat natural da espécie: habita florestas úmidas, savanas, florestas de galeria, áreas cultivadas com árvores e matas com palmeiras.

Curiosidade: além de reproduzir fala humana, a espécie “conversa” com seus pares. É muito social e mantém complexas relações no bando. A hierarquia não depende de sexo ou número de parceiros; é determinada por interações amigáveis e conflituosas; se um determinado animal é retirado, o bando pode até se desfazer.

Referências bibliográficas: <<http://www.wikiaves.com.br/papagaio-verdadeiro>> Acesso em: 3 de julho de 2018. HIERARQUIA E ESTRESSE SOCIAL EM PAPAGAIO-VERDADEIRO (Amazona aestiva - Linnaeus, 1758) FORA DA ESTAÇÃO REPRODUTIVA - Laerciana Silva de Souza Matos

Animal silvestre

Nome comum: macaco prego amarelo
Nome científico: *Sapajus libidinosus*
Ordem: Primates



Área de ocorrência geográfica: endêmico ao Brasil, ocorrendo nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, São Paulo, Piauí, Rio Grande do Norte, Tocantins, Pernambuco e Paraíba.

Habitat natural da espécie: habita florestas ripárias e formações arbóreas e arbustivas dos biomas Cerrado e Caatinga, e até mesmo em manguezais, não sendo restrito a habitats primários (Rylands & Kierulff 2008).

Curiosidade: essa espécie usa ferramentas elaboradas para conseguir alimentos, fazem pedras de martelos e usam fendas rochosas para apoiar coquinhos para quebrar.

Referências bibliográficas: <http://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/estado-de-conservacao/7274-mamiferos-sapajus-libidinosus-macaco-prego/> Mamíferos do Brasil, uma visão artística, Tomas Sigrist Editora Avis Brasilis, 2012, 1ª edição

Animal silvestre

Nome comum: jibóia
Nome científico: *Boa constrictor*
Ordem: Squamata



Área de ocorrência geográfica: ampla distribuição geográfica na América do Sul (só não ocorre na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai). No Brasil só não ocorre em São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Habitat natural da espécie: habita todas as formações vegetais brasileiras: Floresta Atlântica e Amazônica, Cerrado, Caatinga e Pantanal.

Curiosidade: Segunda maior serpente do Brasil, podendo chegar a 4 metros, 50kg e pode viver até 30 anos. Não possui veneno, é uma serpente que mata suas presas esmagando-as. Para se defender, além de morder e retrair cabeça e pescoço, fazendo um S, solta um som demorado conhecido como “bafo de jibóia”.

Referências bibliográficas: <http://www.aquariodesp.com.br/ru/index.php/jiboia/> Avaliações ultrassonográficas dos ciclos reprodutivos das serpentes Boidae neotropicais / Viviane Campos Garcia – 2012

Animal silvestre

Nome comum: jabuti piranga / Jabuti de pés vermelhos
Nome científico: *Chelonoidis carbonaria*
Ordem: Testudines



Área de ocorrência geográfica: ocorre em quase toda a América do Sul, exceto no Equador, Peru, Chile e Uruguai. Encontrado também no Panamá e em ilhas da Venezuela. No Brasil tem ampla distribuição, apenas não ocorrendo no Acre, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul.

Habitat natural da espécie: animal terrestre que prefere campos abertos e áreas de gramíneas. Ocorre também em florestas, na Caatinga e no Cerrado.

Curiosidade: durante o inverno pode hibernar dentro de seu casco por até dois meses sem sair nem para comer! O macho tem o plastrão (parte de baixo do casco “barriga”) côncavo, e o da fêmea é reto, permitindo o encaixe para reprodução. Em cativeiro, 1 em cada 10 fêmeas desenvolve distocia (dificuldade na postura de ovos) não tendo sucesso reprodutivo e podendo até morrer.

Referências bibliográficas: <http://www.icmbio.gov.br/portal/faunabrasileira/30-fauna-brasileira/estado-de-conservacao/7399-repteis-chelonoidis-carbonaria-jabuti-piranga/> //Tratado de animais selvagens - Medicina veterinária - Cubas, Z. S., Silva, J.C.R., Catão-Dias, J.L. - São Paulo: Roca, 2006// FERREIRA, V.H.M. et al. Distocia em Jabuti Piranga (Chelonoidis carbonaria) - relato de caso. PUBVET, Londrina, V. 6, N. 36, Ed. 223, Art. 1479, 2012. PUBVET, Londrina, V. 6, N. 36, Ed. 223, Art. 1479, 2012.

Animal doméstico**Nome comum:** cão doméstico, cachorro**Nome científico:** *Canis lupus familiaris* ou *canis familiaris***Tempo aproximado de domesticação da espécie:** incerta, no mínimo 14700 anos.**Região de domesticação:** incerta, Europa ocidental, Ásia central ou Ásia oriental, podendo ter havido domesticação independente.**Usos:** guarda, pastoreio, farejadores, guias, companhia, exibição, tração, carne.**Nome comum da espécie silvestre originária:** lobo cinzento**Nome científico da espécie silvestre originária:** *Canis lupus***Origem geográfica da espécie silvestre originária:** Eurásia e América do Norte**Referências bibliográficas.** Taming the Past: Ancient DNA and the Study of Animal Domestication David E. MacHugh, Greger Larson, Ludovic Orlando Annual Review of Animal Biosciences 2017 5:1, 329-351 // anssens, Luc; Giemisch, Liane; Schmitz, Ralf; Street, Martin; Van Dongen, Stefan; Crombé, Philippe (2018). "A new look at an old dog: Bonn-Oberkassel reconsidered". Journal of Archaeological Science. 92: 126**Animal doméstico****Nome comum:** pato doméstico /marreco de Pequim**Nome científico:** *Anas platyrhynchos domesticus***Tempo estimado de domesticação da espécie:** 4.000 anos atrás**Região da domesticação:** sudeste da Ásia**Usos:** carne, ovos, plumas, ornamentação, companhia**Nome comum da espécie silvestre originária:** Pato real**Nome científico da espécie silvestre originária:** *Anas platyrhynchos***Origem geográfica da espécie silvestre originária:** Ocorrem na Europa, Ásia, Ásia Central, Sibéria, Norte de África, na América do Norte e na Groenlândia.**Referências bibliográficas:** SIZE OF HEART OF THE DOMESTIC PEKIN DUCK (*ANAS PLATYRHYNCHOS F. DOMESTIC*) AND WILD DUCK (*ANAS PLATYRHYNCHOS*, L. 1758). Anna Charuta, Hanna Mańkowska Pliszka, Bartłomiej J. Bartyzel, Jarosław Wysocki// *Anas platyrhynchos* Linnaeus, 1758 LIVRO VERMELHO DOS VERTEBRADOS DE PORTUGAL //Kear, Janet (2005). Ducks, Geese and Swans: General chapters, species accounts (Anhima to Salvadorina). Oxford University Press**Animal doméstico****Nome comum:** gato doméstico**Nome científico:** *Felis silvestris catus***Tempo aproximado de domesticação da espécie:** ~9.000 anos atrás**Região de domesticação:** Oriente Médio**Usos:** Companhia e controle de pestes**Nome comum da espécie silvestre originária:** gato-selvagem-africano**Nome científico da espécie silvestre originária:** *Felis silvestris lybica***Origem geográfica da espécie silvestre originária:** Norte da África e Oriente médio**Referências bibliográficas:** The Domestic Cat: The Biology of its Behaviour - David Macdonald; Nobuyuki Yamaguchi // Ottoni, Claudio et al. (2017). "The palaeogenetics of cat dispersal in the ancient world". Nature Ecology & Evolution. Nature Publishing Group. 1 (7): 0139.**Animal doméstico****Nome comum:** vaca, boi, gado**Nome científico:** *Bos taurus***Tempo aproximado de domesticação da espécie:** variável de acordo com a fonte de estudos:5-10 mil anos**Região de domesticação:** possível domesticação independente. Na Índia o *Bos primigenius namadicus* teria originado os zebuínos (*Bos taurus indicus*) e na Europa *Bos primigenius primigenius*, deu origem aos bovinos europeus (*Bos taurus taurus*)**Usos:** carne, couro, tração, leite**Nome comum da espécie silvestre originária:** auroque ou uro**Nome científico da espécie silvestre originária:** *Bos primigenius***Origem geográfica da espécie silvestre originária:** Índia**Referência bibliográfica:** Genetics and Domestic Cattle Origins - Ronan T Loftus; David Machugh; Patrick Cunningham // Evolução da espécie *Bos taurus* e formação das Raças Zebuínas (*Bos taurus indicus*) com ênfase na Raça Nelore, ASSIS, R.E.F. 2007 Monografia de Pós-graduação da FAZU, Uberaba

Nome comum: porquinho da Índia
Nome científico: *Cavia porcellus*

Tempo aproximado de domesticação da espécie: 3000 - 6000 anos atrás

Região de domesticação: Andes – América do Sul



Usos: carne, cobaia de pesquisa científica e companhia

Nome comum da espécie silvestre originária: Cori
Nome científico da espécie silvestre originária: alguma das espécies de preá silvestres como *Cavia aperea*, *Cavia fulgida* ou *Cavia tshchudii*.

Origem geográfica da espécie silvestre originária: Andes, América do Sul

Referências bibliográficas: Comportamento, manejo e bem-estar de mamíferos neotropicais de interesse zootécnico. Selene Siqueira da Cunha Nogueira & Sérgio Luiz Gama Nogueira-Filho. <<https://zoociencias.ufff.emnuvens.com.br/zoociencias/article/view/2986/2247>> Acesso em 11 de julho de 2018 // Criação e manejo de cobaias. Sebastião Enes Reis Couto . <<http://books.scielo.org/id/sfwjtj/pdf/andrade-9788575413869-12.pdf>> . Acesso em 11 de julho de 2018// Corte intra e interespecifica em cobaias (*Cavia porcellus*) e preás (*Cavia aperea*). Nina Furnari. <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-01092006-175910/pt-br.php>>. Acesso em 11 de julho de 2018

Animal doméstico

Nome comum: coelho
Nome científico: *Oryctolagus cuniculus*

Tempo aproximado de domesticação da espécie: indeterminado, registro mais antigo ~2.000 anos



Região de domesticação: Europa, região do império romano

Usos: carne, lã, companhia

Nome comum da espécie silvestre originária: coelho bravo
Nome científico da espécie silvestre originária: *Oryctolagus cuniculus*

Origem geográfica da espécie silvestre originária: Ibéria e norte da África.

Referências bibliográficas Criação e Manejo de Coelhos - Sebastião Enes Reis Couto // *T Evan K. Irving-Pease, Laurent A.F. Frantz, Naomi Sykes, Cécile Callou, Greger Larson. Trends in Ecology and Evolution Volume 33, Issue 3, p149–152, March 2018 // Corbet, Gordon & Ovenden, Denis (1980). The Mammals. Glasgow: Wm Collins sons & Co Ltd.

Apêndice D do Guia
Roteiro do vídeo *Doméstico x silvestre: cada macaco no seu galho*

Roteiro do Vídeo "Doméstico x Silvestre: Cada Macaco no seu Galho"

As falas abaixo são de **animais silvestres** e constituem o 1º bloco de cenas

"Olá, sou um animal silvestre! Nós, animais silvestres, vivemos livres na natureza. É ilegal nos prender. Não precisamos do homem para sobreviver.

Vocês são bem interessantes, mas como parentes distantes, que a gente visita de vez em quando e fica feliz". (jabuti)

"Alguns de nós rondam soltos pela cidade; outros vocês podem ver quando passearem na mata. Precisamos e queremos ficar por lá!

Se for tirado do meu ambiente..." (carcará)

"...posso me tornar aflito e mudar meu comportamento." (bugio)

...posso me sentir sozinho; sentir falta da minha família." (bugio)

"...posso continuar cantando, mas não será de felicidade." (trinca ferro)

"...vou sentir falta do bando voando solto, de poder namorar e ter filhotes." (papagaio)

"...vou parar de espalhar sementes na mata e a floresta pode acabar!" (arara)"

"No meio dos homens e nas estradas infelizmente alguns se acidentam; outros perdem a mãe, como eu. Nesses casos, ficamos muito agradecidos de receber sua ajuda." (tamanduá)

"mas todos queremos ter a chance de voltar para a natureza. Então, traz a gente pro CETAS!" (iguana)

As falas abaixo são de **animais domésticos** e constituem o 2º bloco de cenas

"Depois de milhares de anos sendo criados e manipulados pelos humanos, somos diferentes dos nossos antepassados, que viviam livres na natureza." (vaca)

"Veja o caso do amigo javali, que originou meus ancestrais há muitos e muitos anos: nossa aparência é diferente, nosso jeitão também.

Hoje, nós animais domésticos, gostamos de" (porco)

"...de quando você escova minha crina e de te levar para passear" (cavalo)

"... de ser criado por você, ser bem abrigado e alimentado" (codorna)

"...de ganhar um carinho seu e de ter sua companhia em diversos momentos.

Para nós, hoje, nascendo já junto das pessoas, a convivência pode ser bem interessante!" (gato)

"Somos a melhor companhia para as pessoas! E nos ter em casa não dá confusão, não tem multa, nem processo nem prisão. Só tem o lado bom!" (cachorro)

Roteiro elaborado pela Educadora Ambiental Isabella Carneiro com o apoio das estagiárias Bárbara Dias, Daniela Costa e Izabela Porto **VÍDEO DISPONÍVEL EM:**

https://drive.google.com/open?id=11YPnXMD2_fcGoHvV9wUyuI3TNKfiUI4q

ANEXO A
Relação de espécies e indivíduos entregues

CLASSE	ORDEM	NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	INDIVÍDUOS RECEBIDOS
Aves	Anseriformes	marreca cabocla	<i>Dendrocygna autumnalis</i>	10
		Irerê	<i>Dendrocygna viduata</i>	13
	Apodiformes	beija-flor tesoura	<i>Eupetomena macroura</i>	2
	Caraniformes	Seriema	<i>Cariama cristata</i>	1
	Columbiformes	pombo doméstico	<i>Columba livia</i>	1
		rolinha roxa	<i>Columbina talpacoti</i>	2
	Falconiformes	falcão quiri-quiri	<i>Falco sparverius</i>	2
		gavião carrapateiro	<i>Milvago chimachima</i>	1
		Carcará	<i>Caracara plancus</i>	1
	Passeriformes	Sabiás	<i>Turdus sp</i>	6
		bem-te-vi	<i>Pitangus sulphuratus</i>	4
		pássaro- preto	<i>Gnorimopsar chopi</i>	2
		saíra azul	<i>Dacnis cayana</i>	1
	Piciformes	tucano toco	<i>Ramphastos toco</i>	2
	Psittaciformes	papagaio verdadeiro	<i>Amazona aestiva</i>	8
		Maritaca	<i>Psittacara leucophthalmus</i>	7
periquito- do- encontro- amarelo		<i>Brotogeris chiriri</i>	6	
Strigiformes	coruja buraqueira	<i>Athene cunicularia</i>	1	
	Caburé	<i>Glaucidium brasilianum</i>	1	
Mamalia	Xenarthra	tatu galinha	<i>Dasypus novemcinctus</i>	1
	Primates	mico estrela	<i>Callithrix penicillata</i>	1
	Didelphimorphia	gambá-de-orelha branca	<i>Didelphis albiventris</i>	16
Reptilia	Testudines	cágado de barbicha	<i>Phrynops geoffroanus</i>	1
		jabuti piranga	<i>Chelonoidis carbonaria</i>	13
		jabuti tinga	<i>Chelonoidis denticulata</i>	3
		tigre d'água americano	<i>Trachemys scripta elegans</i>	2
		tigre d'água brasileiro	<i>Trachemys scripta</i>	1
TOTAL DE ANIMAIS RECEBIDOS NAS 60 SITUAÇÕES DE ENTREGA				109